

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
NÍVEL MESTRADO**

**ANA KARLICE NASCIMENTO DE ÁVILA**

**ESTUPRO COLETIVO NO RIO:**

**Sentidos que emergem da trama entre jornalismo e comentários no Twitter**

**São Leopoldo**

**2020**

ANA KARLICE NASCIMENTO DE ÁVILA

**ESTUPRO COLETIVO NO RIO:**

**Sentidos que emergem da trama entre jornalismo e comentários no Twitter**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo César Henn

São Leopoldo

2020

A958e      Ávila, Ana Karlice Nascimento de.  
Estupro coletivo no Rio: sentidos que emergem da trama entre  
jornalismo e comentários no twitter / Ana Karlice Nascimento de  
Ávila. – 2020.  
124 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da  
Comunicação, 2020.  
“Orientador: Prof. Dr. Ronaldo César Henn.”

1. Jornalismo. 2. Twitter (Rede social on-line). 3. Construção  
de sentidos. 4. Gênero. 5. Violência. I. Título.

CDU 070

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

ANA KARLICE NASCIMENTO DE ÁVILA

**ESTUPRO COLETIVO NO RIO:**

**Sentidos que emergem da trama entre jornalismo e comentários no Twitter**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

---

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARCIA BENETTI – UFRGS

---

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARIA CLARA AQUINO BITTENCOURT - UNISINOS

---

PROF. DR. RONALDO CÉSAR HENN – UNISINOS

## **AGRADECIMENTOS À CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Para Flora, que tão pequena atravessou essa jornada comigo, sendo farol a iluminar os dias, com o desejo de que ela possa viver em um mundo mais justo e igualitário.

Para Leonardo, pela paciência e pela força, por acreditar em mim quando eu mesma não era capaz, pela leitura crítica e valiosa, pelo amor compartilhado que sedimenta o caminho e torna os sonhos possíveis.

## AGRADECIMENTOS

É do lugar-comum tão visitado por quem encerra uma tarefa, da sensação de dever cumprido, de um misto de exaustão e plenitude que nascem as palavras a seguir, dirigidas àqueles que foram suporte e incentivo, colo e afeto, meus olhos e ouvidos, os que me deram as mãos e caminharam comigo quando sozinha não seria capaz de cumprir o projeto ao qual me propus.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos pelo espaço qualificado de aprendizado e discussão, onde concluí minha graduação e, uma década depois, retornei para o desenvolvimento de uma nova pesquisa, a partir da bagagem acumulada ao longo desse período.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tão necessária e tão ameaçada no último ano, por ainda garantir acesso ao conhecimento àqueles que, assim como eu, não poderiam pagar por ele, mas entregam-se a pesquisar na tentativa de contribuir com o seu campo de estudo e com a sociedade.

Ao meu orientador, Ronaldo Henn, pelo olhar gentil e cirúrgico para o meu trabalho, pela disponibilidade e acolhimento em um momento único da minha vida. Seu modo de conduzir, sem impor, desqualificar ou induzir, foi essencial ao longo dessa jornada, especialmente para que ela fosse tão proveitosa quanto possível, sem a pressão que esmagae impede a fruição.

A duas mestras que foram cruciais ao longo dessa jornada pelas possibilidades que apresentaram, pelo conhecimento que compartilharam e pela referência que se tornaram para mim. Marcia Veiga da Silva, aquela que semeou em mim o desejo de compreender melhor as questões de gênero, me auxiliou a mudar a lente, descolonizar o olhar, promoveu, enfim, uma das transformações mais profundas, não só na pesquisadora, mas na jornalista, na mulher, na mãe que sou – ou almejo ser. Ana Paula da Rosa, aquela que me fez questionar, repensar, refazer o que eu já considerava pronto. O primeiro olhar verdadeiramente crítico com o qual me deparei no início da pós-graduação, responsável por despertar em mim as compreensões necessárias para avançar e concluir uma pesquisa da qual possa hoje me orgulhar. Detentora da didática e da sensibilidade que se tornaram norteadoras para mim ao pensar a educação e sua *práxis*.

Aos meus colegas e ex-colegas do Sul21 pela generosidade com quem acumulou, ao longo desses anos, jornada tripla, por vezes quase impossível de ser

conciliada, e pelas trocas tão proveitosas ao longo da pesquisa. À ex-colega Débora Fogliatto, em especial, por ter sido o exemplo que me fez nutrir o interesse em refletir sobre o machismo e a misoginia que perpassam o jornalismo e nos constituem enquanto cidadãos e cidadãs profissionais da Comunicação.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos pelas trocas generosas, pelo compartilhamento dos anseios, temores e aprendizados. Ouvir, ler, saber a respeito de cada passo dado por cada um ao longo da pesquisa foi sempre motivo de alegria e uma possibilidade de ampliar o olhar. Dentre todos eles, um agradecimento especial ao LuanPazzini, presente em cada instante, especialmente do último ano, quando a escrita poderia ter sido ainda mais solitária, mas, nas trocas frequentes, diminuimos essa distância física, acreditando que a Academia pode, perfeitamente, não ser espaço de disputa, mas de apoio e alegria pelas conquistas de nossos pares.

Ao Moreno Osório, amigo, colega, afilhado, parceiro nas discussões da vida, do jornalismo, da Academia e da parentalidade. A voz tranquila que sempre me estimula a seguir em frente, abre portas, me dá a mão e caminha comigo.

Da mesma forma, às amigas e amigos de fora do ambiente acadêmico, Pessoas com as quais dividi muitos momentos da pesquisa, mas que, para além disso, contribuíram na troca das coisas da vida, nos momentos que nos dão o respiro necessário para seguir os caminhos que traçamos. À BiliGuerra e ao Matheus Piovesan, companheiros que outro momento de estudo me deu e seguem ao meu lado, perto ou longe, em longos áudios ou abraços cheios de afeto, sendo alicerces na vida.

À minha rede de apoio, pois sem ela eu não seria capaz de tanto. As avós da Flora: minha mãe, Irene, e minha sogra, Mari, mulheres fortes e gentis, avós dedicadas e amorosas, que partilham conosco, além da bagagem acumulada na trajetória como educadoras, a sabedoria e a paciência que só a experiência permite ter.

Ao companheiro que compartilhou comigo cada lágrima e alegria trazidas por essa jornada. Leonardo, homem que não tem vergonha nem preguiça de se questionar, que me deu lições de feminismo quando eu jamais tinha parado para pensar sobre as violências diárias que a desigualdade de gênero provoca em nossas vidas. Parceiro nas trocas de fraldas, nos embalos noturnos, na louça acumulada na pia, no cansaço que extenua o corpo, mas também nas discussões acadêmicas, nas



longas e esperançosas conversas sobre os mais diversos assuntos, nas viagens de descobertas felizes, no prazer de cozinhar e comer. A pessoa com quem me sinto feliz em caminhar lado a lado e com quem divido a mais desafiadora e fascinante missão desta vida.

À pessoa que vem promovendo em mim a transformação mais profunda desde que soube, ainda no primeiro semestre de aulas do Mestrado, que crescia em meu ventre. Flora, ainda tão pequena, mas dona de uma personalidade forte e radiante, que preenche e ilumina tudo ao seu redor. Presença que me faz experienciar a vida com uma profundidade que desconhecia, que me toma de emoção e vontade de ser melhor, de possibilitar bons exemplos, que me permite aprender a organizar e valorizar meu tempo como nunca. Depois de gerar, parir e dar início à missão de criar e educar Flora, concluo essa etapa com profundo e renovado desejo de contribuir, de alguma forma, para uma sociedade mais igualitária, menos violenta, machista, misógina, racista e lgbtfóbica, planejando seguir em frente por mim, por Flora e pelas que virão depois de nós, acreditando que não podemos desistir de trabalhar por uma sociedade mais justa, especialmente, para as mulheres.

“Y la culpa no era mía, ni dónde estaba, ni cómo vestía. El violador eras tú. El violador eres tú. Son los pacos, los jueces, el Estado, el presidente. El Estado opresor es un macho violador”. Daffne Valdés; Sibila Sotomayor; Paula Cometa; Lea Cáceres.

## RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar e analisar os sentidos que emergem no Twitter a partir da cobertura jornalística da violência contra as mulheres. Para tanto, nos debruçamos sobre o caso do estupro coletivo de uma adolescente ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 2016 e trabalhamos considerando as tramas que se estabelecem entre o discurso de veículos de comunicação da mídia hegemônica e aquilo que dizem os atores nas redes sociais na Internet. Procuramos trazer para o debate, tensionando as narrativas, desde conceitos-chave do jornalismo, como as teorias do acontecimento, até contribuições dos Estudos de Gênero, que nos permitiram analisar os discursos e sentidos articulados e sua relação com os dados a respeito da violência de gênero no Brasil. Utilizamos como metodologia para evidenciar e produzir inferências a partir desses sentidos a Análise de Construção de Sentidos em Redes Digitais, que nos permitiu concluir que jornalismo e sujeitos no Twitter se acionam mutuamente ao longo da repercussão do caso. Para além desse acionamento, o jornalismo como forma de conhecimento destaca-se enquanto um dos pilares que sustentam a compreensão dos sujeitos a respeito de questões constantemente em debate na sociedade como gênero, violência e justiça. Além disso, percebemos que o jornalismo, neste caso, faz uso de um discurso que mantém o *status quo* ao explorar apenas elementos pontuais que impactam e reverberam nas redes sociais, sem contextualização ou reflexão a respeito de seu papel formador. Não podemos ignorar, no entanto, o fortalecimento nas redes sociais de discursos feministas, de sororidade e questionamento de narrativas da mídia hegemônica e de enfrentamento da culpabilização da vítima, que também encontram eco na cobertura jornalística, ainda que de modo incipiente.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Twitter. Construção de sentidos. Gênero. Violência.

## **ABSTRACT**

This work aims to investigate and analyze the meanings that emerge on Twitter from the press coverage of violence against women. Therefore, we look at the case of the mass rape of a teenager in Rio de Janeiro in May 2016 and we work considering the woofs that are established between the discourse of hegemonic media and what the subjects say in the social networks. We tried to bring to the debate, tensioning the narratives, from key concepts in journalism studies, such as Theory of Communication Event, to contributions from Gender Studies, which allowed us to analyze the speeches and articulated meanings and their relationship with the data regarding the violence of gender in Brazil. We used as a methodology to evidence and produce inferences from these senses the Analysis of the Construction of Meanings in Digital Networks, which allowed us to conclude that journalism and subjects on Twitter are mutually activated throughout the repercussion of the case. In addition to this activation, journalism as a form of knowledge stands out as one of the pillars that support the understanding of subjects regarding issues constantly debated in society such as gender, violence and justice. In addition, we realize that journalism, in this case, makes use of a discourse that maintains the *status quo* by exploring only specific elements that impact and reverberate on social networks, without contextualizing or reflecting on its formative role. We cannot ignore, however, the strengthening in social networks of feminist discourses, sorority and questioning of narratives from the hegemonic media and coping with the victim's blame, which also find an echo in the press coverage, albeit in an incipient way.

**Key-words:** Journalism. Twitter. Construction of meanings. Gender.Violence.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> -Tuite do Estadão ilustrado por uma das imagens símbolo da mobilização .....	60
<b>Figura 2</b> -Tuite de O Globo ilustrado pela foto de perfil da adolescente .....	62
<b>Figura 3</b> -Tuite de sujeito na rede ilustrando a cultura do estupro.....	94
<b>Figura 4</b> - Frame usado pelo SBT para ilustrar a postagem no Twitter .....	100

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Tuites dos veículos de comunicação.....	66
<b>Quadro 2:</b> Constelações da 1ª notícia compartilhada no Twitter.....	72
<b>Quadro 3:</b> Constelações da 2ª notícia compartilhada no Twitter.....	73
<b>Quadro 4:</b> Constelações da 3ª notícia compartilhada no Twitter.....	75
<b>Quadro 5:</b> Constelações da 4ª notícia compartilhada no Twitter.....	77
<b>Quadro 6:</b> Constelações da 5ª notícia compartilhada no Twitter.....	78
<b>Quadro 7:</b> Constelações da 6ª notícia compartilhada no Twitter.....	80
<b>Quadro 8:</b> Constelações da 7ª notícia compartilhada no Twitter.....	82
<b>Quadro 9:</b> Constelações da 8ª notícia compartilhada no Twitter.....	83
<b>Quadro 10:</b> Constelações da 9ª notícia compartilhada no Twitter.....	85
<b>Quadro 11:</b> Constelações da 10ª notícia compartilhada no Twitter.....	86
<b>Quadro 12:</b> Constelações da 11ª notícia compartilhada no Twitter.....	88
<b>Quadro 13:</b> Constelações da 12ª notícia compartilhada no Twitter.....	89
<b>Quadro 14:</b> Constelações da 13ª notícia compartilhada no Twitter.....	90
<b>Quadro 15:</b> Constelações da 14ª notícia compartilhada no Twitter.....	91
<b>Quadro 16:</b> Constelações da 15ª notícia compartilhada no Twitter.....	92
<b>Quadro 17:</b> Constelações da 16ª notícia compartilhada no Twitter.....	93
<b>Quadro 18:</b> Constelações da 17ª notícia compartilhada no Twitter.....	95
<b>Quadro 19:</b> Constelações da 18ª notícia compartilhada no Twitter.....	96
<b>Quadro 20:</b> Constelações da 19ª notícia compartilhada no Twitter.....	97
<b>Quadro 21:</b> Constelações da 20ª notícia compartilhada no Twitter.....	99
<b>Quadro 22:</b> Constelações da 21ª notícia compartilhada no Twitter.....	101
<b>Quadro 23:</b> Constelações da 22ª notícia compartilhada no Twitter.....	102
<b>Quadro 24:</b> Constelações da 23ª notícia compartilhada no Twitter.....	103
<b>Quadro 25:</b> Constelações da 24ª notícia compartilhada no Twitter.....	104
<b>Quadro 26:</b> Constelações da 25ª notícia compartilhada no Twitter.....	106
<b>Quadro 27:</b> Constelações da 26ª notícia compartilhada no Twitter.....	107
<b>Quadro 28:</b> Constelações da 27ª notícia compartilhada no Twitter.....	108
<b>Quadro 29:</b> Constelações da 28ª notícia compartilhada no Twitter.....	109
<b>Quadro 30:</b> Constelações da 29ª notícia compartilhada no Twitter.....	110
<b>Quadro 31:</b> Constelações da 30ª notícia compartilhada no Twitter.....	111

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 CONSTRUÇÃO DO CASO DE PESQUISA .....	16
<b>2 ACONTECIMENTO E CIBERACONTECIMENTO: TRANSFORMAÇÕES NO FAZER JORNALÍSTICO</b> .....	22
2.1 A VIOLÊNCIA COMO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO .....	22
2.2 TENSÕES NA SEMIOSFERA: DESTRINCHANDO O CIBERACONTECIMENTO .....	28
2.3 REDES SOCIAIS NA INTERNET: TWITTER COMO ESPAÇO DE DISPUTAS .....	32
2.4 SUBJETIVIDADE JORNALÍSTICA SOB RECORTE SEMIÓTICO.....	36
<b>3 GÊNERO: DE QUE CONCEITO, AFINAL, ESTAMOS FALANDO?</b> .....	40
3.1 PARA ALÉM DOS PAPÉIS, GÊNERO NAS RELAÇÕES .....	40
3.2 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: O USO DAS PALAVRAS NA CONSTRUÇÃO DAS DIFERENÇAS .....	43
3.3 O JORNALISMO É MASCULINO.....	45
3.4 MÚLTIPLOS OLHARES PARA A OBJETIVIDADE .....	48
3.5 PRIMAVERA FEMINISTA, UMA INTRODUÇÃO .....	52
<b>4. CONSTRUINDO SENTIDOS: A TRAMA QUE EMERGE DAS ARTICULAÇÕES NO TWITTER</b> .....	55
4.1 PRIMEIRO FIO DA TRAMA: O DISCURSO JORNALÍSTICO NA REDE.....	57
<b>4.1.1 Escondidos atrás da objetividade</b> .....	67
4.2 SEGUNDO FIO DA TRAMA: O DISCURSO DOS ATORES NA REDE .....	70
<b>4.2.1 Sentidos reunidos</b> .....	112
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
REFERÊNCIAS.....	120

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema o enquadramento jornalístico dado à violência contra a mulher e como ele se relaciona às ações de atores sociais no Twitter. O interesse pela abordagem começou a ser instigado por entrevista de Livia Perez, diretora do documentário *Quem matou Eloá?*<sup>1</sup>, à Agência Patrícia Galvão<sup>2</sup>, em outubro de 2016. Na ocasião, ela disse ver poucas mudanças na forma como a imprensa brasileira noticia casos de violência de gênero, quase uma década depois do episódio envolvendo a adolescente que acabou morta pelo ex-namorado sob o olhar de milhões de espectadores.

Não se falava sobre como a TV tratou Eloá como algoz em vez de vítima e hoje continuamos vendo isso, por exemplo no estupro coletivo no Rio. Falavam em “suposto estupro” mesmo quando eles já haviam cometido o crime mas muitas pessoas caíram em cima do G1 no Twitter, a própria população já está pressionando nas redes sobre coisas que a mídia não pode falar. Vejo que esse tipo de abordagem sensacionalista de espetacularizar continua acontecendo muito com as camadas mais pobres. Acho que estamos avançando a passos lentos na discussão sobre a mulher mas ainda há uma exploração da miséria muito forte na mídia. (Fonte: <https://goo.gl/g1BziY>. Acesso: 28 mai. 2018.)

Em 25 de maio de 2016, o noticiário brasileiro estampava a manchete sobre a menina de 16 anos estuprada por mais de 30 homens na zona oeste do Rio de Janeiro. O caso ganhava notoriedade após um vídeo com imagens da garota nua e desacordada cercada por homens ser propagado pelas redes sociais digitais.

A denúncia às instâncias judiciais não chegou pela vítima, atravessada pelos acontecimentos. A partir da repercussão nas redes, uma pessoa foi ao Ministério Público do Rio de Janeiro e fez uma denúncia anônima à ouvidoria. Ela levou o vídeo e produziu prints das manifestações a respeito nas redes sociais. Na sequência, cerca de 800 comunicações chegaram à ouvidoria sobre o caso. A própria família da adolescente soube do ocorrido ao ver o vídeo em que a jovem aparece desacordada.

---

<sup>1</sup> Documentário de Livia Perez, lançado em 2015, que analisa a espetacularização do feminicídio de Eloá Cristina Pimentel, adolescente de 15 anos morta pelo ex-namorado, em 2008, com dois tiros após cinco dias de cativeiro em que cenas do sequestro eram transmitidas em tempo real pela TV aberta.

<sup>2</sup> Criada em 2009 pelo Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos, organização social sem fins lucrativos que atua nos campos do direito à comunicação e dos direitos das mulheres brasileiras, a Agência Patrícia Galvão produz e divulga notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres.



Após a divulgação nas redes e a denúncia no MP, a imprensa passou a produzir notícias diárias sobre o acontecimento. Paralelamente, o fato seguia se desenrolando no ambiente das redes sob lógicas nem sempre alinhadas àquelas utilizadas pelo jornalismo.

Pensando as transformações na sociedade e, naturalmente, no jornalismo, do período que separa o caso Eloá ao do estupro coletivo no Rio, propomo-nos a analisar mais detalhadamente este último acontecimento, considerando as lógicas específicas que o potencializam. Para tanto, apresentamos um recorte que considera como campo empírico as notícias compartilhadas por diferentes portais no Twitter nos seis primeiros dias de repercussão do acontecimento - de 25 a 30 de maio de 2016 - a partir da expressão estupro coletivo. Seleccionamos conteúdo de diferentes veículos jornalísticos, priorizando notícias com maior engajamento ou que apresentassem 1) reforço de sentido 2) alguma particularidade capaz de chamar a atenção. Na sequência, observamos os comentários relacionados a cada uma dessas matérias tuitadas, identificando as constelações de sentidos que emergem do que dizem os atores sociais na rede, bem como verificamos de que modo esses sentidos circulam ou se desdobram em relação ao jornalismo ou retornando à rede social.

Dentro dessa perspectiva, propomos como questão de pesquisa: quais os sentidos que emergem das postagens e comentários no Twitter, envolvendo questões de gênero, sobre o estupro coletivo de 2016 no Rio de Janeiro, a partir das publicações nos portais de notícias e que enquadramentos foram estabelecidos na interface com esse ciberacontecimento?

Propomos, como objetivo geral da pesquisa, identificar e analisar quais apropriações as plataformas jornalísticas fizeram do ciberacontecimento desencadeado pelo estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro em 2016 valendo-se de postagens no Twitter e que constelações de sentidos foram acionados nesta interface envolvendo questões de gênero.

Temos como objetivos específicos:

- Analisar as novas relações entre aqueles que operam nas redes sociais digitais e as plataformas jornalísticas a partir do caso do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro em 2016.
- Identificar quais sentidos são mapeados a partir do ciberacontecimento, ou seja, do compartilhamento do vídeo que vai resultar tanto na investigação policial quanto na repercussão midiática e social do estupro da adolescente.

- Verificar como imprensa e atores sociais, por intermédio do Twitter, se acionam e qual o resultado desse acionamento na repercussão do ciberacontecimento relacionado ao estupro coletivo no Rio de Janeiro.
- Identificar como as questões de gênero perpassam a cobertura midiática tradicional e as operações no Twitter a partir do caso de pesquisa selecionado.

Consideramos relevante ainda indicar que nos situamos no Brasil de 2020, sob o governo de Jair Messias Bolsonaro (PSL), eleito em outubro de 2018 com plataforma conservadora, reconhecido por declarações homofóbicas, misóginas e machistas, inclusive condenado em última instância<sup>3</sup> por afirmar, em plenário, que a então colega deputada federal Maria do Rosário (PT) não “merecia ser estuprada” porque “era muito feia”. Consideramos relevante mencionar também a escolha pelo presidente da pastora Damares Regina Alves para ocupar o cargo de ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, pasta que passou a vincular os direitos humanos a uma agenda evangélica, de combate à suposta “ideologia de gênero” e que entende família como um núcleo baseado na heteronormatividade.

Da mesma forma, entendemos pertinente mencionar que essa plataforma ascende após 13 anos de governo petista e do impeachment da primeira presidenta mulher do Brasil, Dilma Rousseff, afastada em 2016, ano do estupro coletivo e, conseqüentemente, das observações em análise na pesquisa. Esse contexto político, que inevitavelmente permeia tanto a cobertura jornalística quanto as mobilizações nas redes sociais, acaba, de alguma forma, por se fazer presente na análise.

Por fim, lembramos que o olhar que dirige a pesquisa considera que avanços sociais se configuram também em forma de resistência e alternância. Assim, nos situamos social e historicamente tendo em vista uma relação, mais ou menos direta, entre a eclosão de discursos feministas fortalecidos e a imediata ascensão de uma pauta conservadora no Brasil, de caráter repressivo justamente contra tentativas de desconstruir padrões atribuídos, por exemplo, ao masculino e ao feminino.

## 1.1 CONSTRUÇÃO DO CASO DE PESQUISA

Permito-me voltar um pouco no tempo para explicar que, os dez anos que separam o fim da minha graduação em Jornalismo e o ingresso na Pós-Graduação,

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2Ykl9u3>. Acesso em 25 jun. 2019.

em muito se devem a não ter, no período, encontrado tema capaz de despertar em mim motivação para retornar à Universidade. Desde 2015, essa semente foi sendo germinada no trabalho no Sul21 e no despertar para o papel da imprensa e dos jornalistas na perpetuação da violência contra as mulheres.

Ingressei no Programa de Pós-Graduação da Unisinos propondo estudar a abordagem da violência contra a mulher na mídia hegemônica e em páginas feministas no Facebook em projeto intitulado: Representação da mulher vítima de violência: Abordagens do estupro coletivo no Rio em páginas feministas nas redes sociais e em sites da imprensa tradicional.

O caso da jovem estuprada no Rio de Janeiro em 2016 se manteve como corpus da pesquisa. No entanto, abri mãos dos coletivos feministas e mergulhei na abordagem que detalho a seguir na tentativa de um recorte que me aproximasse mais da sociedade, com seus diferentes vieses e nuances, e não, necessariamente, de grupos articulados. Também decidi abandonar o Facebook em função de ser uma rede onde a identificação e reunião do conteúdo para análise se mostra bem mais complexa.

Quando o projeto de pesquisa foi construído, eu trabalhava com a hipótese inicial de que a ação dos atores sociais nas redes impactava a cobertura jornalística – em especial da violência contra a mulher. No entanto, mesmo a separação entre o acontecimento, as notícias sobre o acontecimento e ciberacontecimentos escapava-me.

Foi também necessário avançar nas disciplinas do primeiro ano do Mestrado para que um questionamento primordial emergisse, me ajudando a desenhar o caminho a ser percorrido. Como transformar um caso jornalístico em um caso de pesquisa? A pergunta, que agora me parece norteadora na construção do meu objeto de pesquisa, não me era evidente até pouco tempo atrás.

Um dos primeiros movimentos que me fizeram mergulhar no empírico com mais profundidade foi recolher matérias jornalísticas da época do caso. Inicialmente, pensava em um recorte por veículos de imprensa, dois ou três que parecessem capazes de oferecer uma observação mais ampla. Neste primeiro movimento, me deparei com situações como quando o portal de notícias *G1* retirou a expressão “suposto” do título de uma matéria e passou a noticiar apenas “estupro coletivo”, justamente na sequência de críticas à abordagem jornalística por atores sociais no Twitter. Seria um indício ou apenas a feliz confirmação de minha hipótese inicial?

Existiria ali um risco de estar apenas selecionando material capaz de provar minha hipótese?

Uma nova aproximação do empírico, desta vez especialmente dos tuites dos atores sociais, me levou então a novas descobertas. Usando as hashtags que mobilizaram as manifestações sobre o assunto - #EstuproNuncaMais, #UmDiaSemEstupro e #EstuproNãoÉCulpaDaVítima - descobri que um veículo que eu, até então, vinha deixando de lado tinha papel que poderia ser relevante para a pesquisa. Usuários do Twitter comentavam uma entrevista em vídeo com a vítima, feita pelo jornalista do SBT Roberto Cabrini e postada também no canal da emissora no YouTube. Descobriria também o que a emissora chamou de “documentários”, publicados meses depois sob o título Noite da Selvageria I e II, lembrando todo o caso. O tipo de abordagem, o alcance e especialmente os comentários de quem havia assistido me instigaram a ampliar o leque de veículos de imprensa a serem observados, fazendo um movimento diferente daquele executado até então, das redes para o jornalismo.

Entendo que a sensação de que o enquadramento dado ao caso pelo SBT deveria fazer parte do meu objeto de pesquisa, de alguma forma, conversa com o que propõe Deleuze (2001), ao refletir sobre a importância de não desconsiderar o sentir: “A subjetividade empírica se constitui no espírito sob o efeito dos princípios que o afetam; o espírito não tem as qualidades próprias de um sujeito prévio” (DELEUZE, 2001, p.12). Ainda que, no primeiro contato, não me fosse claro o percurso à frente, podia perceber que aquele recorte integrava o fenômeno. Esse *feeling* levou-me a observar o elemento com mais atenção. Descobri, por exemplo, a relevância do canal no YouTube e o alcance que o vídeo teve em outras redes sociais. Além de disparar a percepção de que, até então, trabalhava com veículos muito aproximados, com públicos e abordagens muito semelhantes, que possivelmente não alcançassem uma parcela significativa da população, muito mais contemplada no olhar para esse novo objeto de interesse.

Junto ao sentir, a reflexão sobre aquilo que, em um primeiro olhar, não tinha conexões pré-estabelecidas começou a indicar-me um caminho na pesquisa. Truzzi (1989) propõe pensar a abdução não necessariamente como um método, mas como uma forma de reflexão. O autor afirma que:

(...) abdução, ou 'o primeiro degrau do raciocínio científico', bem como o 'único tipo de argumento que inicia uma nova ideia', é um instinto que confia na percepção inconsciente das conexões entre os aspectos do mundo, ou usando um outro conjunto de termos, é a comunicação subliminar da mensagem (TRUZZI, 1989, p.23).

Mas muito mais do que um primeiro degrau, a abdução, como delineou Peirce (1977) poderia ser definida, em termos precisos, como a inferência virtual de uma probabilidade. Em tal sentido, fiz outro movimento em direção ao empírico, desta vez em busca de conexões mais evidentes entre aquilo que a mídia produzia e o que emergia das postagens no Twitter. Depois de analisar os conteúdos separadamente e ter clareza de que um dos eixos da pesquisa seria centrado na relação entre o enquadramento jornalístico e os sentidos que despontam dessas operações no Twitter, dirigi novamente o olhar para a plataforma de rede social, recortando os seis primeiros dias após o acontecimento e procurando construir uma linha do tempo a partir das postagens de veículos de notícias seguindo critérios como diversidade, engajamento e regularidade ou rompimento com o que vinha aparecendo até então.

Essa nova expedição ao empírico trouxe-me gratas surpresas. Pela primeira vez, a relação entre a produção jornalística e aquela dos atores da rede se mostrou articulada. Consegui, inclusive, elencar algumas constelações de sentido iniciais a partir da proposta teórica/metodológica desenvolvida pelo Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento<sup>4</sup>. Foi importante, nesse sentido, não procurar categorizar *a priori* o que encontrava nessa busca. Uma observação inicial dos comentários relacionados a cada uma dessas notícias tuitadas pelos portais me permitiu, por exemplo, agrupar alguns sentidos que se repetiam como:

- 1 - Solidariedade à vítima, feminismo, defesa da mulher
- 2 - Apelo por punição, medidas mais duras contra estupradores
- 3 - Críticas à abordagem jornalística
- 4 - Disputas políticas e ideológicas.

Pensando a construção do caso de pesquisa a partir do que propõe Ford (2002), procurei observar também o contexto que atribui marcas aquilo que é estudado. Os movimentos sociais que circundam o acontecimento, as nuances que caracterizam o posicionamento dos sujeitos, os códigos que se estabelecem enquanto

---

<sup>4</sup> Grupo do PPGCOM Unisinos, coordenado pelo professor Ronaldo Henn e certificado pelo CNPq, que reúne um conjunto de pesquisas que tratam da produção de acontecimentos no âmbito das redes sociais da Internet.

ele se consolida foram sendo, de alguma forma, acionados na construção daquilo que me interessava analisar. A percepção de continuidades e rupturas, por exemplo, foi importante para chegar a alguns movimentos a serem evidenciados na análise.

Se, por um lado, olhar o empírico em diferentes momentos atrás do que ele me dizia ajudou-me a começar a amarrar o caso de estudo, por outro, ler artigos que abordavam diferentes propostas, com metodologias próprias e diferentes maneiras de apresentar o empírico também instigou-me a pensar sobre a forma como deveria alinhar o conteúdo em minha pesquisa. Observar o que faz Cintia Kaefer (2017) ao analisar o caso envolvendo o goleiro Aranha<sup>5</sup> para além da análise de discurso, mas se atendo à uma análise das interações e dos movimentos que aconteciam no desenrolar do episódio, como ele era tematizado socialmente, me permitiu pensar no meu próprio caso de pesquisa e nos agendamentos sociais que se desenrolam a partir dele, como a série de mobilizações que saem das redes sociais digitais e ocupam as ruas contra o machismo e a violência de gênero.

Por outro viés, Mendonça (2018), ao construir seu caso a partir do episódio envolvendo a agressão e morte da travesti Dandara Kethelen, despertou-me para aproximações possíveis com meu objeto de estudo. A abordagem da disseminação da violência pelas plataformas de redes sociais digitais e pela imprensa como um exercício de repetição da tortura e morte da vítima instigaram-me a observar também este ângulo no caso do estupro coletivo. O pensar a masculinidade hegemônica e seu papel no texto visual que circula é outro aspecto que entendo conversar com a análise que me proponho a fazer e traz novos elementos para sua compreensão.

Para Ana Luisa Trigo (2015), pautas sobre violência contra a mulher dificilmente resultam em um debate social ou legal na própria imprensa. No entanto, as articulações entre as redes sociais na Internet e o jornalismo a respeito do estupro coletivo no Rio indicam o surgimento de uma discussão que, não necessariamente tem a imprensa como proponente, mas na qual ela desempenha um papel. As redes dão visibilidade e alguma forma de poder a diferentes atores sociais. Raquel Recuero (2009, p.13) afirma: "(...) as redes sociais podem produzir, filtrar e reverberar informações que poderiam ser consideradas relevantes para seus grupos, baseada

---

<sup>5</sup> Goleiro do Santos vítima de ofensas racistas por torcedores do Grêmio em partida em Porto Alegre em 2014. Na ocasião, uma torcedora do tricolor gaúcho foi identificada por imagens de TV chamando o jogador de macaco e passou, ela, a ser alvo de ataques, tendo a casa apedrejada e incendiada.

em percepções específicas de seus membros, que ativamente engajam-se na busca pelo capital social”.

Outro movimento importante foi o mapeamento daquilo que já havia sido produzido em diálogo com o que eu me propunha a fazer. Em tal sentido, destaco dois trabalhos. O primeiro, um artigo de Mayra Rodrigues Gomes, da Universidade de São Paulo, intitulado Disputa entre discursos: jornalismo e a violência contra as mulheres, apresentado no SBPJor de 2018 e que reúne parte dos resultados de pesquisa sobre o tratamento dado, pela produção jornalística, à violência contra as mulheres. O segundo, a dissertação de Mestrado de Bianca Bortolon Gonçalves, da Universidade Federal do Espírito Santo, também de 2018. O trabalho #EstuproNãoÉCulpaDaVítima: As narrativas construídas no Twitter sobre o estupro coletivo cometido no Rio de Janeiro utiliza a metodologia de análise perspectivista de redes proposta por Fabio Malini com o objetivo de compreender os modos como os usuários da rede social se posicionaram em relação ao caso e identificar quais as temáticas mais recorrentes.

No capítulo inicial deste trabalho, procuramos articular uma linha narrativa entre acontecimento, ciberacontecimento e as transformações no fazer jornalístico decorrentes das tensões que emergem nesse novo cenário, com a atenção voltada ao Twitter, plataforma de rede social eleita para a análise. Na sequência, procuramos nos aprofundar nas questões de gênero que perpassam o jornalismo e garantem o tom da cobertura midiática, tendo em vista o contexto político e social em que vivemos. No terceiro capítulo, analisamos o material coletado em uma costura com a metodologia de Análise de Construção de Sentidos em Redes Digitais. Por fim, concluimos com aquilo que foi possível apreender dos cruzamentos propostos na pesquisa.

## 2 ACONTECIMENTO E CIBERACONTECIMENTO: TRANSFORMAÇÕES NO FAZER JORNALÍSTICO

Do interesse por aquilo que desponta da normalidade dos dias e se faz notícia iniciamos a tecitura do presente capítulo. A costura aqui desenvolvida pretende cruzar alguns conceitos chave como acontecimento jornalístico, ciberacontecimento, redes sociais na Internet e produção de sentido na busca por articular o contexto teórico que ampara o caso de pesquisa. Partindo de uma observação às camadas que configuram alguns episódios de violência como acontecimentos jornalísticos, avançamos pela semiosfera de Yuri Lotman (1999) procurando desvendar as tensões que emergem desse ambiente de disputas entre profissionais da comunicação e atores sociais imbuídos de interesses diversos e munidos do acesso facilitado à tecnologia, que amplia e reverbera suas vozes. Com o olhar dirigido ao Twitter, cenário dos conflitos em análise, nos permitimos questionar alguns preceitos antigos do jornalismo e mergulhar em direção às tensões sofridas por discursos antes consolidados.

### 2.1 A VIOLÊNCIA COMO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO

Em novembro de 2016 o Instituto Patrícia Galvão colocou no ar o dossiê feminicídio, uma plataforma digital com dados e fontes para auxiliar na cobertura da imprensa sobre a violência de gênero no Brasil. Na apresentação do dossiê, encontramos a seguinte explicação: “A imprensa possui um papel estratégico na formação da opinião e na pressão por políticas públicas e pode contribuir para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre a forma mais extrema de violência de gênero: o feminicídio”.

As circunstâncias que levam à morte de mulheres pelo fato de serem mulheres são também adensadas por uma série de elementos que normatizam a violência praticada pelos homens, especialmente aquela de caráter sexual. De acordo com a ONU Mulheres:

A cultura do estupro é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres. Esses comportamentos podem ser manifestados de diversas formas, incluindo cantadas de rua, piadas sexistas, ameaças, assédio moral ou sexual, estupro e feminicídio. Na cultura do estupro, as mulheres vivem



sob constante ameaça (Fonte: <http://bit.ly/2VX5u1h>. Acesso: 13 out. 2019)

Em tal sentido consideramos relevante outro trecho destacado pela ONU Mulheres e que, entendemos, dialoga com aquilo que nos propomos a pesquisar: “A cultura do estupro está nos lares, nas ruas, nas revistas, na TV, nos filmes, na linguagem, na publicidade, nas leis” (Fonte: <http://bit.ly/2VX5u1h>. Acesso 13. out. 2019).

Além disso, a cultura do estupro é também fruto de uma construção social, que inclui o modo como homens são criados em nossa sociedade, estimulados desde a infância não só a objetificarem as mulheres, mas a afastarem-se de tudo aquilo culturalmente percebido como da ordem do feminino. Bortolon (2018) afirma:

Heldman(2015) chama esse fenômeno de ‘a grande armadilha’ – criar meninos para se tornarem homens, cujas identidades enquanto ‘masculinos’ são baseadas na rejeição a tudo que é tido como feminino, para depois não compreendermos o porquê de muitos homens e boa parte da mídia não tratem as mulheres como seres humanos completos, e sim, como partes de um corpo, corpo este com o dever de ser moldado de acordo a visão masculina. Não obstante, no Brasil 88,5% das vítimas de estupro são mulheres enquanto, em média, 95,3% dos agressores são homens (IPEA,2014).(BORTOLON, 2018, p. 70).

O jornalismo, ao produzir e reproduzir conhecimento sobre os fatos, ajuda a definir também o que é ou não aceitável dentro dessa cultura.

Na construção diária que faz da realidade, o jornalismo recorre a estereótipos e ideias do senso comum que condicionam a interpretação dos leitores. Desse modo, a percepção dessa realidade construída é influenciada pelos conceitos antecipados que o público possui sobre as coisas do mundo (GOMIS, 2004). Os acontecimentos, que em si ocorrem de forma desordenada e caótica, são enquadrados, identificados e contextualizados pelo jornalismo para adquirirem significado; ou seja, eles ‘farão sentido’ quando inseridos em um âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais, em enquadramentos ‘que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica básica da vida quotidiana’ (HALL et al, 1999, p. 227). (STOKCER, 2018, p.58-59).

Pensar a violência contra as mulheres no Brasil pelo recorte jornalístico é também refletir sobre os fatos capazes de irromper na “superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1993, p.27) e serem alçados ao status de acontecimentos.

Sob diferentes abordagens, o papel do jornalismo é central tanto na construção de uma compreensão socialmente compartilhada dos acontecimentos quanto na determinação daquilo que acaba por ser considerado, mesmo que sob críticas, de

interesse público. Mouillaud (1997, p.70) afirma: “a mídia é a tela onde uma comunidade se recompõe através do compartilhar dos acontecimentos”. Para o autor, o jornal é a prova de que todos os leitores “são sujeitos de um mesmo reinado”.

Há que se ter em mente, no entanto, que o acontecimento enquadrado pela mídia é sempre um fragmento da realidade, que não pode ser apreendida integralmente. “Veiculado pela informação sob a forma de despacho de agência, deve ser solto de suas amarras. Trata-se de um fragmento extraído de uma totalidade que por si só não pode ser compreendida” (MOUILLAUD, 1997, p.61). Ou, como afirma Alsina (2009): “Notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p.185). Para Henn (2010), será através do jornalismo que o acontecimento, na condição de signo, ganhará textura definitiva e ofertará para sociedade, a partir de códigos e enquadramentos específicos, graus diferenciados de relevância.

Também consideramos aquilo que defende Gabriela Zago (2011, p.41), quando destaca a importância do tempo e da sociedade em que um fenômeno se desenrola para que seja considerado um acontecimento, já que “diferentes sistemas culturais irão considerar diferentes fenômenos como acontecimentos”. Tal ideia aproxima-se de Hall (1999), quando afirma:

Um acontecimento só faz sentido se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações culturais. Se os jornalistas não dispusessem de tais mapas culturais do mundo social, não poderiam dar sentido aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável. (HALL et al., 1999, p. 226)

Adriano Duarte Rodrigues avança em certo sentido ao dizer que a mídia é capaz de provocar acontecimentos pelo seu próprio discurso.

Ao darem conta dos actos enunciativos, os media não só lhes conferem notoriedade pública, alargando assim indefinidamente o âmbito e o alcance das transformações que operam no mundo, como realizam igualmente novos actosilocucionários e perlocucionários de acordo com as suas próprias regras enunciativas. (RODRIGUES, 1993, p.31)

Quéré (2005) destaca críticas mais acentuadas de autores contemporâneos, como é o caso de Walter Benjamin (1985), para quem o dispositivo midiático seria responsável por uma degradação do acontecimento. Podemos aproximar Alsina (2009) de tal linha de pensamento ao considerar a variação uma característica

indispensável ao fazer jornalístico. Para Márcia Benetti (2016), a perversidade da lógica midiática encerra-se no fato de que assuntos cujo interesse público não poderia ser questionado não encontram eco no jornalismo justamente por sua lógica invariável. Seria o caso, por exemplo, da fome, das desigualdades e das injustiças sociais.

O acontecimento jornalístico está, portanto, inserido em uma ordem hermenêutica, ou ordem dos sentidos, de grande complexidade - não apenas pelos procedimentos exigidos para que um fenômeno se transforme em acontecimento, mas também pelos quadros de referência que ajuda a legitimar (BENETTI, 2016, p. 149).

Acreditamos que é possível pensar a violência de gênero dentro de lógica semelhante à proposta pela autora. Em fevereiro de 2019, levantamento do Datafolha encomendado pela ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para avaliar o impacto da violência contra as mulheres no Brasil apontava que, nos 12 meses anteriores, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio.

Unimo-nos, ainda, a Henn (2004, p.10), quando aponta que o noticiário sobre crimes tende a produzir enquadramentos redutores “intensificados pela hierarquização (acima, abaixo) incrustada na organização sígnica”. O autor cita a pesquisa *Criminalidade e notícias nos jornais de Porto Alegre*<sup>6</sup>, na qual constatou-se a homogeneidade como as matérias são construídas, repetindo padrões de textos, de terminologias, de enfoques e de enquadramentos.

Refinando o recorte para a violência de gênero, consideramos estudo de 2010 realizado pelo Instituto Patrícia Galvão e ANDI – Comunicação e Direitos (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) em parceria com o Observatório de Igualdade de Gênero da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. No levantamento foram avaliados 16 jornais de diferentes regiões do país, entre janeiro e dezembro daquele ano, tendo como foco notícias que tratassem de violência, poder e decisão, e trabalho relacionadas às mulheres.

Ao todo, 2.381 textos foram analisados. Violência foi o tema mais recorrente, correspondendo a 63,3% das notícias. Além disso, chama a atenção o fato de a

---

<sup>6</sup> Desenvolvida por Ronaldo Henn e Carmen Oliveira durante os anos de 2001 e 2002 na Unisinos.

cobertura, normalmente, restringir-se a situações individualizadas. Não há contextualização, análise crítica ou aprofundamento investigativo. As fontes ouvidas costumam ser cidadãos comuns e representantes da polícia – editoria onde foram publicadas 73,7% das notícias sobre o assunto.

Em uma sociedade violenta vemos priorizados na mídia casos com requintes de crueldade capazes de chocar os espectadores e leitores, envolvendo pessoas ilustres ou que possuam alguma outra particularidade que lhes permita irromper a superfície, obedecendo a uma série de normativas que façam dele um acontecimento jornalístico. Tomamos assim, a partir dos autores abordados, o que aqui chamamos fato e acontecimento jornalístico como processos separados.

[...] a diferença entre os fatos brutos, objetos da realidade histórica indeterminada, e o acontecimento jornalístico, que ocorre sempre depois dos fatos, isto é, quando se produz o trabalho logotécnico de determinação das circunstâncias - apuração dos detalhes, realização de entrevistas, portanto, mobilização de parcelas do público, que são também 'atores' do acontecimento. (SODRÉ, 2002, p.35)

Henn (2004) chama atenção para o fato de que, no noticiário sobre crimes, o jornalismo estabelece ou referenda as fronteiras do "dentro e do fora", do "perigo e da proteção" e do "caos e da organização".

Os sistemas midiáticos ao mesmo tempo em que transmutam e atualizam as ordenações sócio-culturais em movimento no tecido cultural, lançam mão de enquadramentos super dimensionados pela sua própria potência organizativa. Campos de força, de disputas de engendramentos semióticos, de disputa de sentidos. A violência, que na sua ação cotidiana materializa-se não só na força bruta, mas também intensamente nos signos, espalha-se pelo sistema midiático, não apenas como núcleo temático a alimentar sua multiplicidade de formatos, mas como estratégia de articulação do seu poder organizador (HENN, 2004, p. 09).

Avançando um pouco nas discussões sobre enquadramento ou framing, tomamos aquilo que afirma Teresa Sádaba (2008):

Em sua tarefa mediadora, los periodistas otorgan a las noticias un enfoque o encuadre determinado (frame), entendiendo por encuadre 'la idea central organizadora del contenido de las noticias que aporta un contexto mediante un proceso de selección, énfasis, exclusión y elaboración' o también 'la idea central organizadora que da sentido a los acontecimientos y sugiere cuál es la cuestión tratada' (SÁDABA, 2008, p. 70).

A autora apresenta quatro proposições para entender os meios de comunicação a partir da perspectiva simbólica da teoria do framing. A primeira delas diz respeito ao jornalista, seus valores pessoais e profissionais presentes ao enquadrar e comunicar uma realidade, a segunda corresponde às rotinas profissionais, o modo de trabalho mediante o qual as notícias são produzidas, a terceira trata da organização do meio, ao entender que a estrutura hierárquica dos meios de comunicação influencia no modo como o jornalista percebe a realidade, e, por fim, a quarta trata do conteúdo dos meios, que discute as mensagens elaboradas ou transmitidas pelos meios de comunicação. Quanto a esta última proposição, a autora destaca:

Las representaciones simbólicas, los productos simbólicos creados en los medios, pasan a ser realidades con las que conviven los hombres en su mundo particular. Es más, al interpretar las formas simbólicas, la audiencia las incorpora como parte de su propia comprensión del mundo y de sí mismos (SÁDABA, 2008, p. 234).

Entendemos possível estabelecer um diálogo entre a compreensão de enquadramento apresentada por Sádaba e aquilo que nos propomos a analisar na cobertura do estupro coletivo no Rio. Dirigimos assim o olhar a dois elementos que se atravessam na construção social em que estamos inseridos: por um lado, uma cobertura jornalística que não discute o contexto de naturalização da violência contra a mulher e seu próprio papel enquanto proponente de uma leitura da realidade. De outro, um público que introjeta essa compreensão superficial e reproduz comportamentos que estereotipam os agressores ou as vítimas e não conseguem avançar em uma reflexão a respeito das próprias ações dentro dessa cultura violenta.

Assim como consideramos a dificuldade de produção, pela imprensa, de enquadramentos que deem a dimensão de que este é um fenômeno sócio-cultural, aproximando-nos daquilo que apregoa a Agência Patrícia Galvão, destacamos também o fato de o estupro coletivo no Rio de Janeiro tratar-se de um caso com características que o levam a obter espaço na agenda dos meios de comunicação. Carregando a marca de ter sido perpetrada por mais de 30 homens, a violência sofrida pela adolescente se fez notícia sempre caracterizada pelo “coletivo”, expressão que vemos repetida em quase a totalidade das manchetes sobre o assunto. É o elemento capaz de chocar, a excepcionalidade, aquilo que rompe com a normalidade. O particular é explorado pelo jornalismo que, no entanto, ignora ou pouco aborda o

contexto social, as práticas que alimentam a cultura do estupro. Já, para além do acontecimento jornalístico, observamos em seu desenrolar características de um fenômeno que se dá em paralelo nas redes sociais na Internet.

## 2.2 TENSÕES NA REDE: DESTRINCHANDO O CIBERACONTECIMENTO

Consideramos que, antes mesmo de ganhar o noticiário e moldar-se às lógicas da produção de notícias, o estupro coletivo da adolescente carioca tornou-se público em razão de uma postagem no Twitter. Em uma lógica característica da sociedade em vias de midiatização (FAUSTO NETO, 2013), o vídeo com imagens da garota nua e desacordada cercada por homens foi propagado pelas redes sociais. Em um dos primeiros registros publicizados sobre o caso, um rapaz compartilha as imagens no Twitter, no dia 24 de maio, com a frase "Amassaram a mina, entendeu ou não ou não entendeu? Kkk" (sic). Na gravação é possível ouvir frases como: "essa aqui, mais de 30 engravidou" e "olha como que tá (sic). Sangrando. Olha onde o trem passou. Onde o trem bala passou de marreta".

Ao pensar o ciberacontecimento, Ronaldo Henn (2015) afirma que “existem acontecimentos em curso na cultura contemporânea que já trazem, em suas diversas facetas, as marcas do ambiente digital”. Seria este o caso do vídeo compartilhado nas plataformas de redes sociais digitais na sequência do acontecimento – o estupro.

Para além desse conceito mais amplo, avançamos na tentativa de tecer tramas possíveis entre o objeto de pesquisa e, mais especificamente, uma das seis categorias para o ciberacontecimento propostas por Henn: mobilizações globais, protestos virtuais, exercícios de cidadania, afirmações culturais, entretenimentos e subjetividades. Sobre esta última, o autor afirma:

Suscetibilidades, alegrias, sofrimentos, celebrações, nascimentos, mortes. Os ritos de passagem reiteram-se e reinventam-se: desde os que, em tempos anteriores, eram apenas vividos no universo particular da intimidade até os que já se engendravam publicamente, mas com visibilidade limitada. Os modos de subjetivação contemporâneos, tecidos na textura das redes digitais, são todos, potencialmente, acontecimentos públicos, e isso dinamiza a cultura, transformando-a: o jornalismo vê-se, às voltas, com narratividades que tocam delicadamente no campo do sensível, do universo qualitativo da proposta fenomenológica de Peirce (2002). el. (HENN, 2015, p.219).

Entendemos que o caso de violência, que se dá no ambiente privado e ganha notoriedade e desdobramentos a partir de sua divulgação nas redes digitais, se

aproxima da categoria de subjetividades, revelando lógicas que lhe são muito particulares. O episódio, que a adolescente poderia desejar unicamente esquecer, sem sequer procurar a polícia ou qualquer outra instância capaz de auxiliá-la, assume novos contornos ao ganhar o ambiente das redes digitais. Em um post no Facebook dois dias após o caso virar notícia, ela agradece o apoio, se diz surpresa e afirma “ter realmente pensado que seria julgada mal”.

Observando o caso com mais atenção, no entanto, entendemos que o acontecimento tem a potência de gerar mobilizações capazes de se desdobrar em outra das categorias elencadas por Henn: os protestos virtuais, que, de acordo com o autor, “não extrapolam as redes e concentram nelas sua força contestadora. Tendem a gerar narrativas aparentemente mais focadas, mas com probabilidade de incorporarem ruídos, como foram detectados no episódio do #EuNãoMereçoSerEstuprada” (2015, p.214). No mencionado caso ocorrido no Rio de Janeiro, as hashtags acabaram por direcionar a mobilização principalmente daqueles que demonstravam apoio à vítima. Vemos, no entanto, que tensionamentos surgem dentro do próprio grupo que se articula por elas. No dia 28 de maio de 2016, por exemplo, um usuário do Twitter usa a marcação #EstuproNuncaMais para defender o porte de arma de fogo. “A mulher tem o direito de se defender, fim do estatuto do desarmamento, porte de arma sim”. Na mesma linha, no dia 27 de maio, outro utiliza a mesma hashtag para opinar: “Aí quando se fala em pena de morte ninguém aceita, ah é "desumano". desumano é isso 30 monstros e uma jovem de 16 anos”.

Por que, então, a propagação do caso de violência envolvendo a adolescente não se trataria exclusivamente de um protesto virtual? Acreditamos que a dimensão, a materialidade e a personificação da violência que envolvem o acontecimento e sua propagação pelas redes estão, ainda que de maneira tênue, mais alinhados às subjetividades. O primeiro vídeo, compartilhado em diferentes redes e que acaba por ser excluído de muitas plataformas em razão de seu teor, vai se aproximar de situações de cyberbullying ou de outros tipos de violência que exigem, idealmente, abordagens jornalísticas delicadas.

Henn (2015) chama atenção para o fato de que as plataformas de redes sociais digitais vão atuar em processos antes restritos ao jornalismo. Essa potencialidade de assuntos corriqueiros ou do âmbito do privado ganharem notoriedade na cobertura jornalística a partir de sua publicização via WhatsApp, Twitter, Facebook ou Instagram é algo que redimensiona o processo jornalístico.

Oliveira e Henn (2014) observam uma transformação no movimento de representação com a proliferação instantânea das semioses em redes digitais, com destaque para a possibilidade de o público interferir no processo noticioso, que se dá justamente pela popularização do acesso e pela simplificação das tecnologias.

Tomando de Lotman a ideia de semiosfera como um espaço de tensões e disputas por territórios, passamos a pensar essa relação entre o jornalismo tradicional e as vozes que emergem das redes sociais como uma nova forma de representação do acontecimento. Oliveira e Henn afirmam:

Os usos das redes, que muito rapidamente transcenderam a dimensão de sociabilidade, também a transformaram em lugar privilegiado para a produção e circulação de informações. Essa dinâmica tira do jornalismo seu estatuto de narrador preferencial do acontecimento a partir dos seus enquadramentos característicos e gera semioses difusas, horizontais e não lineares. (OLIVEIRA E HENN, 2014, p.42).

Lembramos que o novo se configura na emergência desses espaços de disputa, como Twitter e Facebook. Por sua vez, a articulação em rede como estratégia para conquistar espaço nos meios de comunicação de massa é um reconhecido artifício utilizado por movimentos sociais para acessar o espaço público, mediado pelo jornalismo. Como afirmam Oliveira e Henn (2014, p.45): “O que é de agora são as redes digitais de comunicação, que possibilitam que esses movimentos articulem-se rapidamente e que sejam capazes de mobilizar pessoas em todo o mundo”.

Ou ainda, como afirma Lopez (2007, p.116): “O que é realmente novo é a superação de novas barreiras, principalmente as tecnológicas e as novas possibilidades que se abrem na atualidade para a participação dos usuários no processo de produção de informação”.

A instantaneidade característica dessa nova narrativa dos acontecimentos é um dos fatores a serem destacados em meio à disputa de sentidos. Antes de chegar à imprensa tradicional, o estupro da adolescente já era pauta nas redes sociais. Coube ao jornalismo, inclusive, repercutir o que diziam os atores nas redes. Conforme destacam Oliveira e Henn (2014, p.42), o nível de tensionamento pode ser visto crescendo, tanto em razão de o jornalismo perder a primazia da narrativa, quanto em função de ser confrontado constantemente por diferentes observações e enquadramentos oriundos desse universo online.



Tomando a semiosfera descrita por Lotman como esse espaço de tensões e disputas de sentidos, Oliveira e Henn (2014, p.43) voltam o olhar para a crise no jornalismo. “Prigogine (1996) alertava que, com o aumento da complexidade, os sistemas tendem a se tornar vulneráveis a flutuações intensas, sobretudo nas conectividades de suas fronteiras”. Na perspectiva dos autores, essas tensões fazem irromper novos processos de semiose que reconfiguram a cultura. Entendendo o jornalismo como um sistema consolidado, não acreditam no seu fim a partir dessas novas experiências narrativas, mas apregoam uma reorganização, mantendo alguns núcleos de sua identidade.

Borelli, Machado e Dias (2017) sublinham, por sua vez, a importância que algumas pautas adquirem em vistas do acesso facilitado à rede de diferentes atores sociais:

Diante das reconfigurações do jornalismo nas ambiências digitais e da interconexão dos atores sociais em rede, os espaços para a narração do acontecimento se pulverizam, obrigando os jornalistas a se readequarem a um novo cenário, que exige um tratamento mais humanizado a pautas referentes, sobretudo, às minorias sociais. Com a facilidade de acesso à rede e de difusão de informações por meio dela, torna-se imperativo ao jornalismo pensar em novas formas de lidar com uma audiência que não é só receptora, mas também produtora e disseminadora de conteúdo e de crítica ao conteúdo midiático (BORELLI, MACHADO E DIAS, 2017, p.132).

Já Recuero (2009, p.11-12) aponta o papel das redes como complementar à função do jornalista “não tendo o mesmo comprometimento que estes para com a credibilidade da informação, mas auxiliando a mobilizar pessoas, a construir discussões e mesmo, a apontar diversidades de pontos de vista a respeito de um mesmo assunto”. A autora (2009) elenca três relações entre o jornalismo e as redes sociais na Internet: como fontes de informação, como filtros de informações ou como espaços de reverberação dessas informações.

Recuero destaca ainda Bruns (2005), ao classificar as práticas informativas na Internet como gatewatching e indicar que elas poderiam complementar ou substituir o tradicional gatekeeping<sup>7</sup>.

Para o autor, gatewatching refere-se à observação daquilo que é publicado pelos veículos noticiosos, no sentido de identificar informações relevantes

---

<sup>7</sup> Gatekeeping é uma teoria, empregada à comunicação pela primeira vez por David Manning White, em 1950, que ajuda a entender os mecanismos de seleção e filtragem dos acontecimentos diários pelos jornalistas.

assim que publicadas. Essa noção é mais adequada ao trabalho de filtragem realizado pelas redes sociais, muitas vezes especializado, focado em informações que estão fora do mainstream informacional. (RECUERO, 2009, p.11).

É interessante observar o fato de que Recuero (2009, p.13) afirma ainda que as redes sociais estão “produzindo efeitos no jornalismo, mas não praticando jornalismo”. Ela entende que as informações difundidas pelas redes não estão, necessariamente, impregnadas pelo valor-notícia. Além disso, não haveria um compromisso social por parte desses atores que operam nas redes, algo que estaria implicado no fazer jornalístico.

Ao pensar essa relação entre as redes e o jornalismo, Primo (2011) elenca eventos como o pouso forçado no rio Hudson, em 2009, a explosão de bombas em Mumbai, em 2008, e a resistência à ditadura no Egito, 2011, como exemplos de situações em que as redes sociais tiveram papel fundamental. “Sem toda essa cobertura espontânea, as notícias sobre os acontecimentos teriam sido muito diferentes, como também o impacto nacional e internacional” (PRIMO, 2011, p.133). Para o autor, uma das principais mudanças no processo de produção de notícias consiste na horizontalização resultante da perda de controle absoluto pelos veículos noticiosos tradicionais.

Primo entende que a emergência das redes sociais na Internet tira do jornalista a exclusividade de decidir o que é notícia. Pessoas que não são profissionais do jornalismo têm a possibilidade de filtrar e passar adiante o que lhes interessa, mas também de fazer seus próprios comentários em blogs e plataformas de redes social. Para ele, no entanto, gatewatching e gatekeeping convivem simultaneamente.

### 2.3 REDES SOCIAIS NA INTERNET: TWITTER COMO ESPAÇO DE DISPUTAS

Ao nos referirmos às plataformas de redes sociais digitais, consideramos o conceito adotado por Recuero (2009), para quem essas estruturas são constituídas de representações dos atores sociais e de suas conexões. Essas representações podem ser, por exemplo, um perfil no Twitter ou no Facebook. Já as conexões são os elementos que permitem o surgimento da estrutura na qual essas representações formam as redes sociais (RECUERO, 2009). Essas redes são diferenciadas justamente por serem mantidas por sistemas online, com suas ferramentas técnicas particulares.

A autora considera importante ainda diferenciar as redes sociais dos sites que as suportam. “Enquanto a rede social é uma metáfora utilizada para o estudo do grupo que se apropria de um determinado sistema, o sistema, em si, não é uma rede social, embora possa compreender várias delas. Os sites que suportam redes sociais são conhecidos como ‘sites de redes sociais’” (RECUERO, 2009, p.). A partir de Boyd (2007), é pertinente observar esses sites sob a lógica de espaços públicos mediados, o que, conforme explica Recuero (2009), implica normas sociais negociadas e permite a expressão dos atores sociais.

Em tal perspectiva, entendemos pertinente ter como pano de fundo o conceito de “sociedade em rede”, descrito por Castells (2003) ao pensar a complexificação da sociedade a partir de diferentes fatores, que não só o tecnológico. Ao considerar que a comunicação deixa de se dar de um para um ou de um para muitos, o teórico observa que passamos a nos comunicar de muitos para muitos, o que, em grande medida, se ampara nos avanços tecnológicos.

Ferramenta de *microblogging* lançada em 2006, o Twitter é um site de rede social na Internet que permite aos usuários com perfis cadastrados interagir de maneira simples, compartilhando conteúdo, retuitando ou respondendo outros usuários. Nesse ambiente, até novembro de 2017 eram permitidas postagens com um limite de 140 caracteres. Desde então, esse número passou para 280. Zago (2011) afirma que o Twitter pode ser utilizado para diversas finalidades, no entanto:

[...] nos últimos anos, sua apropriação para a circulação de informações tem sido intensificada, ao ponto de o Twitter ter mudado sua pergunta inicial de “O que você está fazendo?” para “O que está acontecendo?”, numa tentativa de refletir essa mudança na forma predominante de se utilizar a ferramenta. (ZAGO, 2011, p.12)

Tomando o Twitter como espaço onde se dão as disputas em análise, passamos a pensar essa rede social na Internet conforme propõe Zago (2011), que a toma como uma ferramenta importante para o jornalismo. A autora destaca que o Twitter não só é usado por organizações jornalísticas na cobertura de acontecimentos como por usuários, tanto para reportar situações que estejam presenciando quanto para repassar ou comentar informações recebidas de outras fontes.

No estupro coletivo no Rio encontramos no Twitter um cenário em que veículos de imprensa e atores sociais utilizam a ferramenta essencialmente para reportar e comentar os acontecimentos, em alguns casos motivando campanhas ou se

acionando mutuamente. A título de exemplo, as principais hashtags usadas para fazer referência ao caso na rede social - #EstuproNuncaMais, #UmDiaSemEstupro e #EstuproNãoÉCulpaDaVítima – mobilizaram usuários anônimos e famosos em campanhas contra a violência de gênero, que se tornaram pauta na imprensa.

Primo (2008, p.4) afirma que a prática de tagging é utilizada no Twitter como uma forma de facilitar a recuperação de mensagens sobre um mesmo tema. “O hashtag, como foi batizado, é um fenômeno emergente, um ‘protocolo social’ compartilhado pelas pessoas que conhecem o processo. Para se ‘etiquetar’ um tweet, utiliza-se o sinal de sustenido (“hash”, em inglês) antes de uma ou mais palavras que servirão como tag”. O autor (2008) destaca ainda que, em razão da rapidez com que se publica tuites na rede, com frequência as notícias se espalham mais rapidamente pelo *microblogging* do que pelos meios jornalísticos tradicionais. Pode-se dizer, por outro lado, que essa prática passa a constituir uma nova narrativa, ou transnarrativa, sobre acontecimentos e temáticas.

Já Osório (2018, p.84) chama atenção para o fato de que “o Twitter, um site de rede social cuja lógica de funcionamento é baseada prioritariamente na ausência de algoritmos, privilegiando a ordem cronológica reversa das publicações, se tornou em sinônimo de breakingnews”. Em tal sentido, o Twitter é pensado especialmente como uma ferramenta que permite o compartilhamento de notícias, levando em conta tanto o imediatismo quanto a atualização constante características das coberturas online, que acabam por fazer o jornalismo impresso parecer cada vez mais obsoleto.

Pensando o papel do público na cobertura jornalística, Osório (2018) traz autores como Muthukumaraswamy e Mudhai, que observam tal aspecto com otimismo, vislumbrando uma cobertura jornalística mais completa, a partir de diferentes pontos de vista. É preciso considerar ainda que Heinrich (2012), já durante a Primavera Árabe, sublinhava o potencial das redes sociais da Internet em tornar as coberturas dos acontecimentos mais plurais.

Ao vislumbrar o caso que construímos para o presente estudo, pensamos a relação entre o conteúdo compartilhado no Twitter pelas organizações jornalísticas e os sentidos que emergem nessa esfera quando atores sociais comentam as postagens. Vemos, por exemplo, o jornalismo estabelecer esse diálogo com as redes sociais em notícia de O Globo, publicada em 17 de maio sob o título *Vítima de estupro coletivo adere à campanha contra violência*. A matéria aborda tanto a mobilização que ocorria online, com milhares de pessoas mudando a foto de perfil para uma imagem

em referência ao assunto, quanto a manifestação da adolescente em sua conta no Facebook. Já no sentido contrário, dirigindo a observação para os atores nas redes digitais, encontramos episódios emblemáticos, em que a cobertura midiática é questionada ou mesmo atacada. No dia 26 de maio, ao tuitar a notícia *Jovem faz exames após suspeita de sofrer estupro coletivo no Rio*, o G1 se tornou alvo de uma série de críticas pela escolha da expressão “suspeita”. Nos comentários da postagem ou em retuites, usuários da rede sugerem diferentes abordagens e discutem o papel do jornalismo.

Zago (2011, p.60) destaca que a popularização do Twitter modificou as dinâmicas de circulação da notícia, ao citar Hermida, para quem: “Nesse sentido, o Twitter se torna parte de um ambiente de sistema de mídia no qual os usuários recebem um fluxo de informação tanto da mídia de referência quanto uns dos outros”. A autora propõe ainda, ao pensar o Twitter, o conceito de recirculação, já que a ferramenta facilitaria o processo de comentar e filtrar as notícias. Além disso, as mensagens postadas ficam registradas, podendo ser recuperadas posteriormente por outros integrantes da rede.

No mesmo sentido, Osório (2018, p.129) também se ampara em Hermida para dizer que “a emergência do Twitter como uma fonte para breakingnews, e a velocidade na qual as informações são disseminadas pelas redes, estão tensionando práticas jornalísticas estabelecidas”.

Entendemos pertinente salientar o elemento potencializador presente nessas redes sociais na Internet, onde, além de ser possível estar permanentemente conectado, se pode buscar e organizar esse conteúdo compartilhado a qualquer momento, além de filtrá-lo e dirigi-lo a públicos específicos (RECUERO, 2009).

Segundo Henn (2004), o jornalismo confeccionaria, diante do enorme volume de ocorrências, conteúdos que responderiam a interesses do público, do veículo e dos diversos setores da sociedade. “Ao organizar as ocorrências e estabelecer suas angulações, o jornalismo apropria-se dos acontecimentos devolvendo-os ao meio já com suas devidas transmutações” (HENN, 2004, p.09).

Desafiamo-nos a pensar a combinação entre uma prática já estabelecida e desenvolvida por profissionais que seguem lógicas próprias e outra que emerge das facilidades tecnológicas, mas também opera no sentido de organizar e filtrar conteúdo. Interessam-nos, sobretudo, as articulações entre ambas, os questionamentos que suscitam e as possibilidades que despertam ao se acionarem mutuamente.

## 2.4 SUBJETIVIDADE JORNALÍSTICA SOB RECORTE SEMIÓTICO

Além de todo o tensionamento oriundo da relação entre o jornalismo e as práticas de atores nas redes sociais, pensamos o caso de estudo também amparados na Semiótica peirciana. A escolha tem, em seu âmago, um fator que remete ao aprendizado mais primário nas faculdades de jornalismo - e que, acreditamos, faz cada vez menos sentido -: uma busca, em muito idealizada, pela objetividade, por uma aproximação absoluta do fato. Como fazer isso diante da compreensão de que verdade e objetividade estão muito mais relacionadas a crença e ângulo de observação do que a qualquer outra coisa? Entendemos ainda que, na atualidade, as vozes que eclodem potencializadas por sites como o Twitter têm papel indissociável da necessidade de repensar práticas jornalísticas e, portanto, conceitos como a objetividade.

Julio Pinto diz que “nosso próprio estar no mundo - de maneira física e biológica - não é possível sem alguma forma de captação e processamento de sinais para torná-los informação” (2014, p.504). Da mesma forma, o autor argumenta que nenhum signo pode se desvencilhar de seus contextos. Entre as potenciais teorias da Comunicação, a Semiótica de Peirce permite que olhemos para a linguagem, que alicerça o fazer jornalístico, numa tentativa de compreender como o signo representa a realidade e, ao mesmo tempo, é interpretado.

Na proposta que nos interessa percorrer, a tríade signo, objeto e interpretante elaborada pelo autor norte-americano é observada segundo os estudos de Felipe de Oliveira e Ronaldo Henn (2014), que pensam o acontecimento como um objeto semiótico e as narrativas produzidas pelo jornalismo como semioses decorrentes desse objeto transformado em signos. Entendendo que o objeto não está no signo, mas é representado por ele, podemos considerar que há partes não narradas na construção da notícia, e que ainda podem ser acessadas.

Lucia Santaella (2014) define Semiótica como a teoria dos variados modos como representamos, significamos e interpretamos a realidade. Pensando no jornalismo, nos parece bastante natural a compreensão de que é impossível ao profissional da imprensa, ainda que esteja ele nutrido desta intenção, representar a realidade tal qual se dá. Henn (2014) atribui ao jornalismo uma tarefa menos idealizada ao defender que se pode narrar o acontecimento de diferentes formas, o

que teria a potência de revelar camadas não dizíveis: aproximar-se da sua primeiridade, de um plano sensível, do seu estado puro ou bruto. A título de exemplo, estariam conteúdos produzidos por profissionais como Eliane Brum, que escapam à lógica do jornalismo diário tradicional, operando em outro tempo e com outros atores.

No entanto, especialmente na produção de conteúdo diário, publicado na internet pela mídia hegemônica, o que vemos é uma rápida codificação dos acontecimentos, que prega sua suposta explicação plena. Para Henn (2014), é exatamente este tipo de opção que produz o maior distanciamento do acontecimento: o encerramento prematuro da semiose.

Propomo-nos a encarar as redes sociais digitais como um ambiente capaz de complexificar as semioses. Nesse processo, o acontecimento vai ganhando novas roupagens, a polifonia se faz cada vez mais presente, não é mais possível acreditar em uma semiose única, que a tudo explique.

Santaella (2014) afirma que o efeito que o signo produz não precisa ser uma palavra ou frase. Pode ser uma ação, reação, um gesto, um olhar, um calafrio. Em tempos de comunicação virtual, por que não encararmos um like ou um emoji indicando raiva como um desses efeitos, capaz de postergar a vida daquele objeto semiótico? Novas semioses vão sendo constantemente produzidas por esses sujeitos midiáticos que reúnem enquadramentos produzidos por diferentes veículos de imprensa ou por outros atores sociais e reinterpretam o objeto a seu modo. Da mesma forma, esse processo também não se encerra na rede social digital, retorna muitas vezes ao jornalismo, que produz novas semioses a partir do que foi propagado nas redes.

Há que se levar em conta ainda o que diz Pinto sobre o contexto ao pensarmos a Semiótica no fazer jornalístico. Ele explica que os contextos são o que confere sentido aos signos. Sem eles, qualquer análise de dados seria “dolorosamente descritiva” (2014, p.506). Ainda que, segundo a lógica peirciana, não possamos separar elementos da tríade signo, objeto e interpretante, tentamos aqui um exercício de pensar os contextos especialmente no que diz respeito ao interpretante. Consideramos que a semiose só provoca determinado efeito porque, além de uma intenção ou enquadramento, existe uma capacidade de interpretação que está, naturalmente, envolvida também por um contexto e que ele será determinante nas novas semioses geradas a partir desse ponto.

Quando diferentes sujeitos fazem postagens sobre o estupro coletivo no Rio com as mesmas hashtags #estuprocoletivo e #conexaoreporter, indicando que assistiram ao mesmo programa de TV e tratam do mesmo assunto, podemos encontrar decodificações bastante diferentes a partir da mesma semiose. Um excerto extraído do Twitter afirma: “Quando a mãe diz “essa não foi a primeira vez” no #ConexaoReporter, fica difícil de defender a tese do #Estupro”. Já outro defende: “O mundo está cheio de homens e mulheres #machistas e as práticas de #estupro transformam #vítimas em #culpadas (o) #ConexaoReporter”.

Humberto Ivan Keske, em artigo sobre a obra de Umberto Eco, afirma que:

Na parte final do Tratado geral de semiótica, mais precisamente nas duas últimas folhas do último capítulo, intitulado, não por acaso, “O sujeito da semiótica”, de maneira bastante enfática Eco questiona-se acerca do lugar do sujeito humano enquanto ator da prática semiótica, caracterizada justamente pela relação pragmática entre emitente e destinatário. Em seu ponto de vista, uma semiótica da produção sígnica que se constitui em uma forma de crítica social deveria levar em consideração o papel do sujeito comunicante, não somente como fingimento metodológico, como ele mesmo afirma, mas como sujeito concreto, “radicado num sistema de condicionamentos históricos, biológicos, psíquicos tal como o estudam, por exemplo, a psicanálise e as demais disciplinas do homem” (KESKE, 2007, p.116).

Ainda que, segundo Keske, Eco acabe por deixar de aprofundar o que chama de “relação do texto com um contexto extratextual” (2007, p.117), sob pena de extrapolar o campo teórico que habita, os questionamentos sobre o sujeito da semiótica estão presentes em sua obra e nos estimulam a direcionar o olhar ao elemento interpretante para além de um processo, mas tendo em vista a relevância do contexto a envolver os indivíduos que o integram.

Keske diz ainda que Eco, além de considerar que a rede de códigos e subcódigos de que se compõe a enciclopédia total acumulada ao longo do tempo é continuamente atualizada pelos sujeitos/leitores/receptores, tendo em conta época e contexto cultural, está:

[...] ciente de que os sujeitos empíricos são capazes de criticar o assentamento ideológico dos sistemas de significação, em muitos casos verificados na prática social concreta”. Segundo o autor, “Eco remete essa qualidade humana ao fato de que o código pode criticar a si mesmo, em função da natureza contraditória do que ele chama de Espaço Semântico Global (KESKE, 2007, p.118).



Quando observa o jornalismo a partir da lente semiótica, Henn afirma que “cada etapa dos processos pode ser entendida como atividade interpretante” (2012, p.105). Da apuração da pauta ao contato do leitor ou espectador com a notícia, o autor enxerga geração ininterrupta de signos a partir de objetos semióticos. Sem descartarmos a ocorrência de outros processos anteriores, posteriores ou simultâneos, nos interessa pensar também as semioses geradas pelos sujeitos que operam nas redes sociais na Internet. Que fatores estão presentes no enquadramento dado a uma notícia e vão impactar diretamente sua interpretante? Como podemos pensar as ações dos sujeitos que operam nas redes sociais dentro dessa mesma lógica?

### 3. GÊNERO: DE QUE CONCEITO, AFINAL, ESTAMOS FALANDO?

Da compreensão embrionária de que gênero não está apenas nos corpos, mas em todo o sistema que engendra a sociedade, partimos para a construção do capítulo a seguir. Avançamos pelo caminho que nos indica que o jornalismo opera sob lógicas do masculino (VEIGA DA SILVA, 2010) e procuramos articular conceitos que nos serão úteis ao analisar, na sequência, as operações dos atores no Twitter. Tendo o gênero como categoria de análise (SCOTT, 1995), preocupamo-nos em aqui evidenciar o percurso elaborado no cruzamento entre práticas jornalísticas e teorias feministas, que amparam a narrativa desenvolvida na pesquisa. Lógicas de poder-saber, compreensões sobre o conceito de objetividade e a relação entre a mídia hegemônica e o olhar da sociedade para aquilo que é do feminino articulam a narrativa a qual nos propomos.

#### 3.1 PARA ALÉM DOS PAPÉIS, GÊNERO NAS RELAÇÕES

Pensamos a análise por vir tomando gênero segundo propõe Guacira Lopes Louro (1997, p.24), isto é, como “constituente da identidade dos sujeitos”. O ponto de partida, ainda de acordo com o que afirma Louro, é “não cair na ideia simplista de pensar o tema como uma construção de papéis masculino e feminino” (1997, p.24). A partir de tal compreensão, é possível considerar que diferentes práticas e instituições são constituídas pelos gêneros e também constituintes dos gêneros - igreja, justiça, governo, práticas de educação (LOURO, 1997) e, por que não, o jornalismo.

Ao retirarmos os sujeitos e sujeitas desses lugares pré-determinados e olharmos para eles e elas considerando suas complexidades, entendemos necessário também considerar aquilo que Louro define como as relações poder-saber e a capacidade de resistência, quando afirma:

Fica extremamente problemático aceitar que um polo tem o poder - estavelmente - e outro, não. Em vez disso, deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e que tem efeitos sobre suas ações. Torna-se central pensar no exercício do poder; exercício que se constitui por "manobras", "técnicas", "disposições", as quais são, por sua vez, resistidas e contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas. E importante notar que, na concepção de Foucault, o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir (pois, caso contrário, o que se verifica, segundo ele, é uma relação de violência) (LOURO, 1997, p. 38-39).

O olhar para o poder sob tal perspectiva também contribui para desconstruir as categorias estáticas, que, por muito tempo, prevaleceram dentro dos estudos feministas. Avançando a partir do que propõe Foucault, trabalhamos com a hipótese de que o poder opera em variadas direções, em rede - e não como um privilégio. Não significa, no entanto, que Foucault despreze que “as mulheres” mais frequentemente são subordinadas ou submetidas, mas que elas não são anuladas como sujeitas, resistem. Da mesma forma, o poder, para Foucault (1987), não é necessariamente algo coercitivo ou negativo. Ele faz, produz, incita. É sob tal perspectiva que propõe o discurso tanto como instrumento de poder, quanto obstáculo, ponto de resistência, capaz de reforçar, mas também de minar e expor – assim como o silêncio.

Tomando a compreensão de Foucault sobre o poder, Louro vai procurar articular porque a polaridade fixa é impossível dentro de seu raciocínio. De acordo com sua leitura, “se deve buscar observar o poder como uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade” (1997, p.39):

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 1997, p.41).

Olhando para o objeto desta pesquisa parecia-me natural, a princípio, encarar a adolescente estuprada como uma sujeita sem possibilidade de resistência, em uma situação de vulnerabilidade atravessada por múltiplos fatores, como classe social, gênero e idade. Da mesma forma, o olhar para o jornalismo que tinha antes das leituras era bastante unificador, incapaz de perceber tanto nuances que estão no fazer dos profissionais, quanto no resultado desse trabalho. A compreensão do papel daqueles que se manifestaram sobre o assunto no Twitter também era unidimensional. Sobre esse último aspecto, havia em mim um otimismo exacerbado sobre uma transformação na representação da mulher vítima de violência na mídia hegemônica a partir da agência da sociedade via redes sociais.

Assim, a análise também se propõe a perceber como articulam-se as resistências em diferentes setores: na adolescente e em suas práticas, no fazer jornalístico - em mostrar aspectos que antes eram obliterados pelo machismo e

misoginia dominantes - e em cidadãos que se manifestam pelo Twitter, sempre procurando articular as relações entre os diferentes eixos.

Outro ponto de partida que consideramos prioritário para a análise diz respeito à necessidade de não encarar a mulher como uma categoria universal, estar ciente de que cada indivíduo ocupa um lugar social e está, inevitavelmente, perpassado por outros marcadores que o constituem. Da mesma forma, há relações (e tensões) de poder constantes entre diferentes mulheres, já que não somos uma massa uníssona - muito longe disso. Joan Wallach Scott (1990) afirma:

- (1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1990, p.86).

Angela Davis (2016), ao articular raça e classe, traz um exemplo dos Estados Unidos da metade do século 20 para ilustrar como essas diferenças se estruturam:

Se as mulheres brancas nunca recorreram ao trabalho doméstico, a menos que tivessem certeza de não encontrar algo melhor, as mulheres negras estiveram aprisionadas a essas ocupações até o advento da Segunda Guerra Mundial. Mesmo nos anos 1940, nas esquinas de Nova York e de outras grandes cidades existiam mercados – versões modernas das praças de leilões de escravos – em que as mulheres brancas eram convidadas a escolher entre a multidão de mulheres negras que procuravam emprego (DAVIS, 2016, p.102-103).

No Brasil de hoje, dados sobre a violência contra as mulheres indicam que o abismo entre brancas e negras segue existindo. A edição do Atlas da Violência<sup>8</sup> divulgada em junho de 2019 mostra que a taxa de homicídios de mulheres negras é maior e cresce mais que a das mulheres não negras. Entre 2007 e 2017, a taxa para as negras cresceu 29,9%, enquanto a das não negras aumentou 1,6%. Com essa variação, a taxa de homicídios de mulheres negras chegou a 5,6 para cada 100 mil, enquanto a de mulheres não negras terminou 2017 em 3,2 por 100 mil.

Os indicativos aqui apresentados envolvendo raça não tencionam reduzir a análise, mas deixar evidentes aspectos que precisam ser levados em conta justamente para que não caiamos naquilo que consideramos o equívoco de resumir as mulheres a uma categoria única.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2SFOVoE>. Acesso em: 25 jun. 2019.

### 3.2 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: O USO DAS PALAVRAS NA CONSTRUÇÃO DAS DIFERENÇAS

Avançando sobre a necessidade de ruptura com a concepção de homem dominante *versus* mulher dominada como fórmula única e permanente, consideramos aquilo que propõe Scott (1990), ao utilizar uma série de conceitos pós-estruturalistas, chamando atenção para a oposição binária entre masculino e feminino, para o pensamento dicotômico que coloca homens e mulheres em polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica de dominação e submissão. A autora evidencia uma linha de pensamento que será norteadora no desenvolvimento da análise, baseada na defesa de que gênero não está unicamente nos corpos, mas no mundo e em todas as operações de poder que organizam a sociedade. Questiona Scott: “Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise” (SCOTT, 1990, p.74).

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica. Se utilizamos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como real ou autoevidente ou como fazendo parte da natureza das coisas. (SCOTT, 1990, p.84).

Louro, em sua leitura de Scott, destaca a importância da desconstrução para que seja possível escapar da lógica binária que amarra os sujeitos em posições pré-determinadas:

A desconstrução trabalha contra essa lógica, faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita (LOURO, 1997, p.32).

Um dos aspectos a ser considerado nesse trabalho de desconstrução é aquele que implica não confundir diferença e desigualdade. Louro entende que “é no campo social que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos”

(1997, p.22). Ao fazer tal afirmação, a autora evidencia a necessidade de se buscar as justificativas para as desigualdades não nas diferenças biológicas, mas “nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (1997, p.22).

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender - e justificar - a desigualdade social. (LOURO, 1997, p.20-21)

Pensamos aqui a desconstrução partindo do que podem parecer detalhes sutis. A exemplo, nos sabermos incluídas em artigos masculinos é mais do que uma regra gramatical, fala a respeito do que e de quem importa na sociedade. O ocultamento do feminino, o dito e o não dito sobre as mulheres e pelas mulheres, entendemos, pode ser de extrema utilidade na análise jornalística. Acreditamos que certos artifícios presentes nos textos possam ajudar a compreender quais valores norteiam o conteúdo e como conversam com o reforço da violência ou com a luta contra ela.

Scott (1991), em uma diversidade de exemplos que inclui regimes autoritários e democráticos do século XX, indica a relação entre o controle das mulheres e a consolidação do poder. Esses exemplos de “força”, segundo a autora, acabam corporificando-se em uma política sobre as mulheres. Mas ela apresenta também casos em que essa relação é menos explícita. O gênero pode estar no não dito ou naquilo que é dito de outra forma, a exemplo do uso de atributos socialmente associados ao feminino para desvalorizar os trabalhadores por reformadores burgueses franceses do século XIX ou o oposto, sua associação a termos codificados como masculinos pelos próprios trabalhadores na tentativa de valorá-los. Como explica a autora, a "codificação" generificada de certos termos estabelecia e "naturalizava" seus significados (SCOTT, 1990, p.91-92).

Outro aspecto norteador diz respeito ao fato de que nos afastamos de perspectivas teóricas que fazem referência a gênero como sinônimo de mulheres. Assim como Marcia Veiga da Silva, entendemos o conceito como “categoria capaz de ajudar a refletir sobre os modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades” (2014, p.80).

Através da naturalização dos sistemas de valores, inclusive de gênero, participamos dos processos que criam desigualdades que se dão por meio da atribuição de significados e valorização das diferenças, percurso no qual o jornalismo é central. No jogo simbólico em que estamos inseridos como sujeitos da cultura não somos incentivados a estranhar, por exemplo, por que os atributos associados ao masculino (como força, imposição e pró-atividade) independente de se referirem a pessoas ou a coisas, são sempre valorizados e próximos do poder quando comparados àqueles associados ao feminino (como sensibilidade, emoção, passividade). (VEIGA DA SILVA, 2015, p.23)

Seguindo tal lógica, nos propomos, com a análise, alcançar certa compreensão sobre os sentidos que circulam a respeito do estupro coletivo no Rio, no recorte feito para a pesquisa, considerando as implicações de gênero na produção de conhecimento sobre o mundo e de organização da vida social. Assim, destacamos aquilo que afirma Aline Bonetti (2011-2012):

[...]tomar gênero como categoria teórico-epistemológica é compreendê-la como um princípio fundante e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder - este, por sua vez, concebido a partir da tradição foucaultiana que o compreende como uma força que circula, que se produz e é produzida nas relações (Foucault, 1997). Ou seja, gênero diz respeito a uma forma de conceber e de produzir conhecimento sobre o mundo social. Essa concepção de gênero, portanto, não se restringe à relação corpo biológico-sexo-gênero, apesar de partir da imagética sexual (Strathern, 1990). Antes, ela abarca e dota de sentido a organização da vida social (Moore, 1988) e implica na evidência de uma trama de gênero e poder mais ampla e profunda, anterior às convenções e às práticas de gênero. Traduz-se, portanto, num princípio basilar e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder, o que significa dizer que todas as coisas do mundo têm um atributo relativo a gênero e poder" (BONETTI, 2011-2012).

Consideramos relevante mencionar ainda a importância para a análise de pensar o gênero como "uma parte crucial da organização da igualdade e da desigualdade" (SCOTT, 1990, p 91). Entendemos que o uso da lente de gênero para o escrutínio das notícias e dos comentários de sujeitos na rede social é que nos permite inferir a respeito da construção e consolidação do poder e, conseqüentemente, dos sentidos que emergem no mencionado caso do estupro coletivo no Rio.

### 3.3 O JORNALISMO É MASCULINO

Consideramos relevante evidenciar que a presente pesquisa não se propõe a resenhar o feminismo em uma perspectiva histórica. Coube-nos identificar conceitos-

chave dos quais partimos na perspectiva de estabelecer relações entre jornalismo, ações dos sujeitos no Twitter e questões de gênero. Para tanto, tomamos como ponto de partida Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias (VEIGA DA SILVA, 2014), ou seja, consideramos que o jornalismo é masculino e opera sob tal lógica, especialmente quando nos debruçamos sobre a imprensa hegemônica.

Veiga da Silva afirma, ao esmiuçar as imbricações do jornalismo com a cultura e, mais especificamente, as relações de gênero com as desigualdades sociais que:

Ao investigar o jornalismo, tomando gênero como categoria analítica, epistemológica e impregnada pelo conceito de poder (Scott 1990; Bonetti, 2009), foi possibilitada uma compreensão sobre como o jornalismo produz relações de gênero e, deste modo, também está relacionado aos modos como se conhece os parâmetros normativos comportamentais e se aprende a ser e a valorar sujeitos em nossa sociedade (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 330)

Entendemos, ainda antes disso, que o jornalismo não só se relaciona aos saberes considerados legítimos e produzidos nas instâncias de poder, como tem papel determinante no que podemos chamar de tradução dos acontecimentos e conhecimentos a serem partilhados socialmente e que irão nortear, por exemplo, os juízos de valor dos cidadãos e cidadãs. Trata-se, assim, de um conhecimento dominante que acionamos nas mais diversas situações, ainda que inconscientemente.

Outro modo de dizer isso dialoga com a perspectiva de Traquina (2005), ao considerar que o jornalismo ajuda a construir a própria realidade que relata, sendo o jornalista participante na construção dessa realidade e as notícias marcadas pela cultura dos membros da tribo jornalística e da sociedade onde ele está inserido.

Traquina (2005), ao definir os valores-notícia, afirma que eles “determinam se um acontecimento, ou um assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável” (2005, p.61). Veiga da Silva (2014) avança em certo sentido ao afirmar que “são justamente os valores-notícia aqueles que conjugam tanto os valores subjetivos quanto os culturais e profissionais que são acionados e tomados como parâmetro para que um fato adquira status de notícia, e desse modo circule na forma de valores sociais” (2014, p. 243).

Ao utilizar a lente de gênero para debruçar-se sobre os valores-notícia levados em conta no programa televisivo que analisa, Veiga da Silva (2014) destaca a



importância dada a atributos convencionados como da ordem do masculino, mas, além disso, narra como percebeu que a emoção era um valor-notícia determinante na seleção das matérias e na sua hierarquia dentro do programa e o quanto a intrigava a inicial contradição entre já haver percebido a valorização dada nas matérias a atributos do masculino e a posição de destaque da emoção, valor cujo atributo é associado ao feminino. A autora explica então a divisão entre as matérias associadas a emoções fortes: aquela de cunho investigativo, denunciativo, de risco, de competição, consideradas “de peso”, “quentes”, que apareciam preferencialmente na abertura do programa; e as matérias em que a emoção estava associada a valores como proteção, fragilidade, solidariedade e brincadeiras, percebidas como mais leves ou lúdicas, destinadas a entreter e em geral destinadas ao último bloco do programa. Ou seja, a análise acaba por exemplificar a presença no noticiário de uma hierarquia semelhante à hierarquia de gênero prevalecente na sociedade. Além da manutenção de tal padrão social no noticiário, o detalhamento proposto pela autora evidencia ainda os valores de gênero presentes na visão de mundo dos profissionais que integram o processo de produção das notícias.

Observando-os durante a pesquisa, entendi que a subjetividade, lugar onde residem as visões de mundo, valores culturais e sociais dos indivíduos, é inconscientemente acionada durante os processos produtivos tornando-se parte integrante dos valores profissionais da cultura jornalística. E é também na subjetividade que residem as concepções de gênero (VEIGA DA SILVA, 2014, p.267).

Ao tomar o jornalismo a partir de tais perspectivas valoramos também aquilo que aponta Pâmela Caroline Stocker(2018) ao mencionar "uma nova configuração interativa entre jornalismo e leitores no ambiente de conversação em rede" (STOCKER, 2018, p.57). "O jornalismo atua como importante elemento na construção social da realidade, conferindo legitimidade a essa 'nova verdade' que está sendo relatada"(STOCKER, 2018, p.57), diz a autora ao pensar justamente o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro e as disputas de sentidos que se dão na interação entre o jornal Extra e seus leitores.

Pela perspectiva foucaultiana, Stocker propõe um recorte que nos interessa ao considerar que "a abordagem da temática da identidade de gênero e de questões ligadas ao feminismo (violência contra a mulher, aborto, identidade de gênero, maternidade compulsória) em veículos de grande audiência e circulação acontece

nesse momento histórico porque estavam dadas as possibilidades de aparição e circulação" (2018, p.18). Esse ambiente profícuo é contexto também para a análise dos sentidos que emergem no Twitter na abordagem que nos propomos a fazer. Ao interessarmos-nos em compreender o que da cultura masculinista atravessa o fazer jornalístico e os sujeitos que operam nas redes sociais, entendemos que isso só é possível porque o momento histórico permite que tais assuntos tenham sido alçados à condição de notícia, com grande repercussão popular.

### 3.4. MÚLTIPLOS OLHARES PARA A OBJETIVIDADE

Ao pensarmos a representação da mulher na mídia hegemônica e seus atravessamentos sociais propomos uma aproximação entre o jornalismo e os Estudos Feministas. Pensamos aqui a partir de conceitos fundantes da profissão, como objetividade jornalística, tomando aquilo que afirma Liriam Sponholz (2003) ao estudar o tema: “deve ser entendida como o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática” (SPONHOLZ, 2003, p.111).

No jornalismo, pode-se considerar que a objetividade tem origem em motivações que vão da busca por legitimação a questões comerciais, como explica Barros Filho (2003, p.23): “é consequência não só de interesses econômicos ligados à eficácia, à rentabilidade, ao menor esforço e ao menor risco, mas sobretudo por uma estratégia de legitimação de um tipo de produto dentro de um campo jornalístico em formação”. Entendemos pertinente ainda acrescentar aquilo que afirma Cremilda Medina (2008) ao argumentar que a lógica cientificista e os pressupostos da objetividade presentes no jornalismo – ou, para além dele, em todos os saberes disciplinados – são oriundos da filosofia positivista:

Das ordens imediatas nas editorias dos meios de comunicação social às disciplinas acadêmicas do Jornalismo, reproduzem-se em práticas profissionais os dogmas propostos por Auguste Comte: a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem (MEDINA, 2008, p.25).

Em nosso entendimento, a crítica à objetividade e, conseqüentemente, aos princípios positivistas, não significa a defesa de qualquer conceito diametralmente

oposto. Preocupamo-nos, isso sim, em evidenciar a impossibilidade de uma objetividade como a presumida em inúmeros manuais da profissão, bem como a importância de levar em conta a subjetividade como um elemento constituinte do fazer jornalístico ou, como argumenta Sylvia Moretzsohn (2001), do conhecimento, de modo geral:

Qualquer discussão sobre objetividade remete, em primeiro lugar, a um tradicional debate no campo da teoria do conhecimento. Desde Kant e, mais recentemente, Husserl e Merleau-Ponty, parece clara a impossibilidade de um conhecimento absolutamente objetivo do mundo, dada a importância da subjetividade na apreensão do objeto e mesmo o propósito do conhecimento: Heisenberg dizia que, "na ciência, o objeto de investigação não é a natureza em si mesma, mas a natureza submetida à interrogação dos homens". Isto quer dizer apenas que o conhecimento é um trabalho de construção do real, como já o demonstraram, entre outros, Marx (o concreto como "síntese de múltiplas determinações") e Berger e Luckmann. Entretanto, as críticas à objetividade costumam ser vistas como se propusessem o outro extremo, a completa - e também impossível - subjetividade total, o que implicaria a supressão do objeto. (MORETZSOHN, 2001).

Ao inaugurar uma forma de pensar o jornalismo a partir de gênero como categoria epistemológica, Veiga da Silva (2015) vai a campo a fim de compreender como os jornalistas conhecem e assim apontar como dão a conhecer. A autora avança sobretudo ao pensar o conhecimento que forja o jornalismo levando em conta também as bagagens culturais e marcadores sociais que perpassam os sujeitos e considerar que tal processo se dá desde a colonização do pensamento, que igualmente inaugura o capitalismo e as formas de poder-saber. Ao considerar que um dos resultados da pretensa objetividade jornalística é a descontextualização das realidades sociais, a autora é capaz de levar-nos a refletir sobre o fazer jornalístico não como uma prática técnica, quase impessoal, mas um trabalho desenvolvido por profissionais, com histórias próprias e relevantes, que fazem escolhas que irão resultar no produto final.

O conhecimento legitimado é produzido a partir de lógicas, de sistemas de pensamento, arcabouços conceituais e metodologias oriundas do paradigma moderno que, até hoje, serve de baliza para a produção dessas formas validadas de saber e interfere diretamente nos modos como a realidade pode ser compreendida (VEIGA SILVA, 2015, p.176).

Ao introduzir os Estudos Feministas, Louro afirma:

Acima de tudo, eles tiveram o mérito de transformar as até então esparsas referências às mulheres - as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina - em tema central.

Fizeram mais, ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Fizeram tudo isso, geralmente, com paixão, e esse foi mais um importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas. Eles, decididamente, não eram neutros (LOURO, 1997, p.18-19).

Interessa-nos, sobremaneira, essa ausência de neutralidade sobre a qual fala a autora. Assim como o jornalismo, a ciência consolida-se sobre alguns pilares que serão questionados pelos Estudos Feministas. Conforme explica Louro, lembranças e histórias de vida passam a fazer parte das pesquisas. Registros pessoais, diários e romances ganham espaço nesse universo antes restrito a um olhar pretensamente distante. “Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos” (LOURO, 1997, p.19). Essa tomada de posição, a consciência do lugar de fala, da origem e da trajetória, bem como de sua importância no estudo que propõem, são elementos determinantes nessa nova narrativa.

Quando se diz objetivo, entendemos que o jornalismo, em verdade, se põe a observar e narrar os acontecimentos a partir de um olhar homogeneizador. Olhar este característico de uma sociedade heteronormativa que segue uma série de padrões bem definidos. Veiga da Silva já avançava em tal sentido ao afirmar:

O jornalismo, tomado como um tipo de conhecimento que é social, constitui-se a partir de uma cultura própria, mas também articulada a sistemas de valores sociais e às vertentes conceituais e metodológicas preponderantemente adotadas para a produção do conhecimento, em especial aqueles considerados "verdadeiro", como os científicos ou especializados. (VEIGA DA SILVA, 2015, p.23)

A autora entende que conceitos como objetividade, imparcialidade e universalidade, que permeiam tanto o fazer jornalístico quanto o trabalho científico, reproduzem os valores hegemônicos na cultura ao não percebê-los como formas de conhecimento que perpassam o processo cognitivo de leitura da realidade (VEIGA DA SILVA, 2015). Ainda segundo Veiga da Silva, ao negar a interferência da subjetividade e considerar que o uso correto de técnicas permite alcançar uma verdade absoluta, o jornalismo ignora que sua leitura da realidade será atravessada por esses valores culturais.

Consideramos importante destacar que trazemos as críticas especialmente à objetividade impregnada pela lógica positivista não como forma de desconsiderar sua importância, mas de entendê-la possível somente a partir de um outro olhar, que considere intrínsecos também elementos da ordem do subjetivo. Dito isto, introduzimos o conceito de objetividade feminista proposto por Donna Haraway (1995). A autora entende objetividade como uma compreensão de que os saberes são localizados, específicos, abordados a partir de uma perspectiva parcial. Apenas sob tal viés, Haraway crê possível “uma avaliação crítica objetiva, firme e racional”.

"Não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos" (HARAWAY, 1995, p.22).

A perspectiva adotada pela autora dialoga com nosso olhar para a pesquisa para além dos conceitos a serem reproduzidos, mas enquanto prática.

Assim, como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes. O "distanciamento apaixonado" (Kuhn, 1982:11) requer mais do que parcialidade reconhecida e auto-crítica. Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação (HARAWAY, 1995, p.24).

Sob tal perspectiva, a objetividade que cremos possível implica o destrinchamento do objeto a ser conhecido, o seu estudo à exaustão tendo em vista os mais diferentes aspectos que o compõem. A desconstrução como método de exposição das camadas, seja da notícia, do fato, ou da informação compartilhada, tendo sempre o olhar disposto a perceber indícios, não ditos, nuances que constituem essas subjetividades presentes na intenção objetiva.

Pela lógica da semiose de Peirce, o objeto determina o signo, ou seja, o signo só existe enquanto tal por conta da sua vinculação com esse objeto. Trata-se de uma determinação lógica que traz sutilezas importantes: não se fala aqui de um referente concreto no mundo, na condição estrita de um fato verificável, mas de um objeto semiótico resultante de diversificados processos de constituição (HENN, 2010). Tal

condição também implica na potencial geração diversificada de signos, a partir de um mesmo acontecimento, compreendido aqui como objeto semiótico. Joseph Ransdell (1979) defende a possibilidade de uma “objetividade semiótica”, uma espécie de verdade do objeto, mas verdade essa submetida a essas relações lógicas não restritivas e pautada pela diversidade de traduções sígnicas.

### 3.5 PRIMAVERA FEMINISTA, UMA INTRODUÇÃO

Alguns apontamentos se fazem necessários a título de indicar em que contexto se dá a chamada Primavera Feminista no Brasil e seu significado. Primeiro, destacamos a “Mensagem da Dilma”, carta divulgada pela então candidata à presidência Dilma Rousseff em 2010, em meio a uma campanha para associá-la à defesa da prática de aborto e aos ataques de José Serra, candidato do PSDB que a tratava por “abortista” (MAÍRA KUBÍK MANO e MÁRCIA SANTOS MACÊDO, 2018). Na referida mensagem, Dilma promete não propor a descriminalização ou legalização do aborto por acreditar ser esta uma pauta do Legislativo. Avançamos então para 2013, quando é debatido na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 60/99, de autoria da deputada federal Iara Bernardi (PT/CE). Após 14 anos tramitando na Casa, a proposta chega ao plenário graças a um pedido de urgência do deputado José Guimarães (PT/SP) por ocasião de uma efeméride, o Dia Internacional das Mulheres. O PL tinha o objetivo de dispor sobre o atendimento imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento, tanto do ponto de vista físico quanto emocional, da vítima de violência sexual.

Com a aprovação da lei, todos os hospitais integrantes do SUS deveriam: 1) Fazer o diagnóstico e o tratamento das lesões físicas no aparelho genital e demais áreas afetadas; 2) Fornecer amparo médico, psicológico e social; 3) Facilitar o registro da ocorrência e encaminhá-la a órgãos de medicina legal e delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual; 4) Fazer a profilaxia da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis, assim como coleta de material para exame de HIV; e 5) Fornecer informações às vítimas sobre os direitos legais e serviços disponíveis (MANO e MACÊDO, 2018, p. 92).

Aprovado e elogiado inclusive por deputadas que integravam a Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida e pela deputada evangélica Liliam Sá (PROS/RJ), que consegue evidenciar a necessidade de separação entre sua vida

religiosa e seu papel enquanto representante pública, o projeto é encaminhado para sanção da presidenta, que passa a sofrer pressão da Bancada Evangélica e de entes como um grupo de cantoras gospel. Dilma acaba por sancionar o PL, que se tornará a Lei nº 12.845/2013, mas propõe duas alterações: que o artigo 2º não trate de violência sexual de forma vaga, mas sim a partir das formas já presentes no Código Penal; e que o inciso IV do artigo 3º substitua “profilaxia da gravidez” por “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”.

Destaca-se, na sequência, o protagonismo que ganha o então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), autor não apenas de PL pretendendo revogar a Lei nº 12.845, mas de outros três projetos sobre o assunto. Mais conhecido, o PL 5069/2013 torna crime o anúncio de métodos abortivos e a prestação de auxílio ao aborto, especialmente por parte de profissionais de saúde. Já o PL 1545/2011 prevê pena de 6 a 20 anos para médico que realiza aborto, além da cassação do registro profissional, enquanto o PL 7443/2006 transforma o aborto em crime hediondo.

Em outubro de 2015, já com Cunha na presidência da Câmara dos Deputados, o PL 5069 é aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. O avanço do projeto, em um contexto político de descolamento do PMDB da base do governo e fortalecimento da Bancada Evangélica, provoca a mobilização do movimento feminista contra o PL. Na esteira de uma série de ações online como as campanhas #meuprimeiroassedio e #meuamigosecreto, milhares de mulheres tomam as ruas em diversas cidades brasileiras no movimento que ficou conhecido como Primavera Feminista. Para Mano e Macêdo (2018, p.97), “não é exagero afirmar que o enfrentamento que as mulheres fizeram à figura de Eduardo Cunha nas ruas das grandes cidades foi o mais contundente que um deputado jamais experimentou”.

Carolina Branco de Castro Ferreira (2018) defende que a Primavera Feminista tem raízes antes ainda, nas jornadas de junho de 2013, quando milhares de brasileiros e brasileiras foram às ruas com as mais diversas bandeiras. “Depois de junho, houve uma disputa sobre o sentido da tomada das ruas entre progressistas e conservadores que ainda está acontecendo. Um efeito disso é a Primavera Feminista”<sup>9</sup>.

Há que se considerar também que o movimento segue se desdobrando e avançando impulsionado, em grande parte, pela visibilidade de pautas retrógradas e movimentos políticos que as representam. É o caso da campanha #EleNão, contra a

---

<sup>9</sup>Disponível em <https://glo.bo/2r49lbl>. Acesso em 02 nov. 2019.

candidatura de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. Às vésperas da eleição que daria a vitória ao candidato do PSL, milhares de mulheres protestaram naquilo que pesquisadores como Céli Pinto (2018) classificam como “a maior manifestação de mulheres na história do Brasil” e “uma das maiores manifestações contra um candidato”<sup>10</sup>. A pesquisadora vai indicar o que chama de “popularização do feminismo” como um indício desse novo movimento, que tem uma vertente online, mas que nem por isso deixa de estar nas ruas.

---

<sup>10</sup>Disponível em <https://bbc.in/2NcyT4L>. Acesso em 02 nov. 2019.



#### 4 CONSTRUINDO SENTIDOS: A TRAMA QUE EMERGE DAS ARTICULAÇÕES NO TWITTER

O universo das redes sociais na Internet tem sido bastante explorado nas pesquisas científicas do âmbito da Comunicação. Um percentual considerável desses estudos propõe-se a trabalhar aspectos macro, nos quais levantamentos quantitativos são indispensáveis para a construção de grafos de onde se pode extrair sentidos a partir da Análise de Redes Sociais. Para o presente estudo, no entanto, propomos a Análise de Construção de Sentidos em Redes Digitais como metodologia, por entendermos que é melhor adequada a um plano micro. Conforme explicam Henn, Gonzatti e Esmitez (2017):

Trata-se de movimento qualitativo que, mesmo possuindo base empírica considerável, pretende detectar potencialidades. Um movimento cartográfico, que se dá na interface entre fronteiras, do que é interior e é exterior. As constelações que se formam, muito pensadas a partir dos movimentos metodológicos de Walter Benjamin (2006) nas Passagens, possuem dimensões temporais potencialmente complexas (HENN, GONZATTI e ESMITIZ, 2017, p. 407).

Assim como os autores, trabalhamos para identificar partes dessas complexidades. Indicamos a seguir os caminhos da análise começando pelas postagens dos veículos de imprensa entre os dias 25 e 30 de maio de 2016. Selecionamos 30 tuites referentes a notícias publicadas por esses sites abordando o estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro. Depois de fazermos tentativas de coleta de material a partir das hashtags mais usadas para falar do caso, chegamos à conclusão de que outra estratégia seria mais produtiva. Assim, filtramos a busca no Twitter pela expressão “estupro coletivo”, que permitiu uma amplitude maior de alcance. Cabe destacar que a escolha foi necessária também porque no período mencionado – ano de 2016 – não era muito comum o uso de hashtags nas postagens pelos veículos de comunicação. Deparamo-nos aí com outra questão: o volume de material a ser analisado. Por razões a serem indicadas na análise, o caso repercutiu intensamente na imprensa, levando a um universo de centenas de postagens no Twitter. Delimitamos as buscas a seis dias, período que poderia ser exíguo em outras situações, porque neste caso os fatos se sucedem rapidamente levando a uma produção noticiosa considerável. Nesse curto espaço de tempo o estupro se faz notícia, a jovem é entrevistada, mobilizações de apoio online se consolidam,

inferências a respeito da vida pregressa da adolescente desviam o foco do estupro, suspeitos depõem, o delegado que investiga o crime é substituído, políticos e celebridades se manifestam publicamente, a mídia internacional repercute o acontecimento, informações sobre laudo são divulgadas, há presos e foragidos. Preocupamo-nos em construir uma linha narrativa priorizando as postagens de veículos da imprensa hegemônica que tinham maior engajamento, que apresentavam reforço de sentido ou alguma particularidade que tenha chamado a atenção.

Uma primeira coleta foi feita no dia 6 de novembro de 2018. Procedemos da seguinte forma: nas buscas do Twitter digitamos a expressão estupro coletivo. Em seguida, selecionamos a opção busca avançada e estabelecemos ainda filtros para publicações apenas em português e no período de 25 a 30 de maio de 2016. A partir dos critérios indicados, selecionamos as postagens que nos interessavam e, através da extensão NimbusScreenshot fizemos capturas de tela que mostrassem todos os comentários existentes naquela publicação. No dia 13 de julho de 2019 voltamos aos tuites coletados e observamos algumas pequenas mudanças, como a exclusão de comentários, redução ou aumento no número de likes. Não nos pareceu, no entanto, que tenham ocorrido alterações consistentes o suficiente para interferir na análise.

O passo seguinte foi produzir uma análise breve do discurso jornalístico na rede, ou seja, procuramos fazer uma leitura atenta de cada uma das notícias selecionadas, trazendo para a discussão elementos dessas narrativas. Esse conteúdo, no entanto, não integra o foco da análise, seu papel é muito mais de pano de fundo para os comentários dos atores nas redes. Fomos compreendendo ao longo das idas e vindas ao empírico que essas notícias – ou simplesmente a chamada compartilhada pelos sites jornalísticos no Twitter – têm dentro da pesquisa, em verdade, um papel desencadeador das discussões, essas sim nosso principal elemento de análise.

Após a elaboração desse pano de fundo, nos dedicamos a destrinchar os comentários dos atores na rede. Essa tarefa, no entanto, não começou aí. A seleção das 30 notícias já havia sido permeada por indícios que despontavam dos comentários na coleta de novembro de 2018. Alguns deles instigaram o desejo de compreender articulações no seu entorno e permitiram elaborar as primeiras constelações de sentidos, ainda cruas, mas que já indicavam potencialidades, como o apelo por punição, a culpabilização da vítima, o surgimento de um movimento feminista

articulado em rede e o reflexo de disputas políticas que se aprofundariam desde então. Ao voltarmos a esses mesmos comentários, em julho de 2019, percebemos novas nuances que tinham passado despercebidas no primeiro contato com o que seria o corpus da pesquisa. Entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, ocorreu o verdadeiro mergulho nesses comentários. Abrimos cada postagem no Twitter e elaboramos tabelas que não procuravam encaixar os comentários em categorias pré-estabelecidas, mas listar todos os possíveis sentidos que emergiam e unir os comentários que se relacionavam a cada um desses sentidos. Alguns deles chegaram a produzir sozinhos dois ou três sentidos. Procuramos não limitar esse olhar na tentativa de não perder informações ali disponíveis. Em seguida, passamos a elaborar a análise a partir do que nos diziam esses comentários, acionando o referencial teórico e as considerações pregressas da pesquisa.

A etapa final consistiu em refinar esse olhar para os comentários e, aí sim, selecionar os sentidos que, por alguma razão, se mostravam mais potentes. A partir deles, propusemos uma discussão que precede as considerações finais, uma espécie de reflexão que se faz acionando conceitos e percepções que são fruto dessa trajetória. Finalizamos evidenciando um movimento que nos parece importante nessa construção metodológica: o tempo entre essas idas e vindas ao empírico. Voltar três vezes ao material selecionado, reler cada comentário e produzir inferências foi determinante para complexificar a interpretação dos dados e produzir alguma forma de conhecimento.

#### 4.1 PRIMEIRO FIO DA TRAMA: O DISCURSO JORNALÍSTICO NA REDE

A primeira postagem selecionada, do site G1, é também a primeira notícia encontrada no Twitter sobre o caso a partir dos filtros que escolhemos usar para a pesquisa – período e palavras-chave. Tanto o título da matéria - Polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts<sup>11</sup> - quanto o texto postado no Twitter juntamente com o link - Polícia do Rio investiga se houve estupro coletivo mostrado em post no Twitter<sup>12</sup> – carregam características bastante comuns no jornalismo. No caso do título, inicialmente o site usou a expressão “suposto” antes de estupro, o que pode ser conferido no link da notícia. Já na chamada do Twitter, vê-se a dúvida sobre

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2Y11HDy>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2Yw1w3c>. Acesso em: 06 nov. 2018.

o crime na escolha pelo termo “investiga se houve”. Além disso, a polícia tem peso determinante enquanto fonte do veículo, é ela quem diz, apura, é sujeito nas ações relatadas. Outro elemento de destaque é a relevância da rede social. Nas expressões “posts” ou “Twitter” aparece uma abordagem que marca o universo onde o acontecimento se desenrola.

Na sequência, selecionamos outra notícia do G1, que além de avançar no caso tem alto engajamento. Mais uma vez, opta-se pelo uso da expressão “suspeita”, tanto na chamada do Twitter quanto no título - Jovem faz exames após suspeita de sofrer estupro coletivo no Rio<sup>13</sup>. Outra vez é possível verificar uma edição na chamada. No título original, segundo o link, consta: Jovem que teria sido vítima de estupro coletivo faz exames no Rio. A condicional impera, da mesma forma, na linha de apoio da matéria, onde constam duas sentenças: “Menina teria sido abusada por cerca de 30 homens. Avó diz que jovem sofreu 'apagão' durante abusos”.

A terceira notícia foi compartilhada pelo UOL com título que segue a mesma linha daqueles escolhidos pelo G1: Polícia do Rio investiga vídeo de possível estupro coletivo divulgado no Twitter<sup>14</sup>. Neste caso, cabe destacar que a nota é da Agência Brasil, apenas reproduzida pelo UOL que, naquele momento, parecia ainda não ter dedicado suficiente atenção ao caso a ponto de produzir conteúdo próprio.

Na matéria seguinte, no título compartilhado no Twitter, o G1 deixa de colocar dúvidas sobre o estupro: Polícia identifica um dos suspeitos de participar de estupro coletivo no Rio. Na linha de apoio, no entanto, a condicional reaparece: Jovem que teria sido abusada por vários homens é submetida a exames. 'O vídeo é chocante, eu assisti', diz avó de adolescente de 16 anos<sup>15</sup>. Outra estratégia que vemos utilizada é o destaque a um excerto da fala a avó da vítima para dar força ao conteúdo.

Na sequência, temos uma notícia de O Globo que opta por uma declaração da adolescente na chamada: 'Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim', diz menina que sofreu estupro coletivo<sup>16</sup>. O texto, assinado por um jornalista do veículo, não usa a condicional na chamada nem no texto de apoio, onde lê-se: Polícia identificou quatro envolvidos no crime; imagens foram divulgadas em redes sociais. A reportagem também chama a atenção para o fato de que a Comissão de Direitos

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2LSWI6E>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>14</sup> Disponível em: <http://bit.ly/30G3bRp>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2JJSbv5>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2JLNIYS>. Acesso em: 06 nov. 2018.

Humanos da Câmara dos Deputados acompanha o caso – o que merece um intertítulo mais ao fim do texto.

A matéria seguinte é da Folha de S.Paulo e traz o título: Garota presta depoimento à polícia após queixa de estupro coletivo no Rio<sup>17</sup>. Desta vez, a condicional é evidenciada pelo uso da palavra “queixa”. Um quadro dentro da matéria destaca alguns dados sobre estupro no Brasil e sobre o que diz a lei a respeito desse tipo de crime. Na postagem do Twitter, aparece o número de envolvidos no crime: Garota fala à polícia após queixa de estupro coletivo feito por 33 homens no Rio<sup>18</sup>.

No UOL, outra vez vemos a opção por republicar conteúdo. Desta vez trata-se de uma reportagem da BBC Brasil, com o título: 'A Índia é aqui': Impunidade fez estupro coletivo virar motivo de ostentação, diz promotora<sup>19</sup>. As aspas selecionadas são uma referência aos frequentes casos de estupro na Índia noticiados na imprensa. Temos, no entanto, uma abordagem diferente em relação ao conteúdo reunido até aqui: a fonte principal, das aspas que dão título à reportagem, é uma promotora de Justiça que trabalha com o enfrentamento à violência contra as mulheres. A matéria é assinada por uma repórter e reúne também imagens de uma campanha em que vítimas de estupro exibem frases dos agressores.

Agora, no Estadão, destaca-se notícia ilustrada por uma imagem que acaba por se tornar símbolo do caso, sendo usada como filtro nas fotos de perfil nas redes sociais. Sob o título Estupro coletivo de menina causa revolta e mobilização na web<sup>20</sup>, evidencia-se a decisão de não usar a condicional para tratar do acontecimento. A linha de apoio reforça a observação: Polícia investiga caso em que adolescente foi violentada por 30 homens no Rio e teve imagens divulgadas no Twitter. Cabe também chamar atenção para o fato de que as mobilizações online alimentam o noticiário, que por sua vez alimenta as discussões na rede social em um processo muito característico dos nossos dias.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2XNKzNk>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2K4HPq0>. Acesso em 06 nov. 2018.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2xKVZXo>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>20</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2XP5gsi>. Acesso em: 06 nov. 2018.

Figura 1- Tuite do Estadão ilustrado por uma das imagens símbolo da mobilização



Fonte: Twitter/Reprodução

O exemplo a seguir vem da Folha de S.Paulo, que publica notícia sobre o caso a partir das manifestações nas redes sociais, destacando o que disseram a Organização das Nações Unidas, algumas celebridades e, também, Dilma Rousseff (afastada dias antes, em 12 de maio, no processo que culminaria em seu impeachment): ONU, Dilma e atrizes manifestam repúdio ao estupro de adolescente<sup>21</sup>. A Folha opta por ilustrar a matéria no Twitter com um mapa indicando onde ocorreu o crime, ainda que dentro da página utilize a mesma foto com a jovem e sua mãe caminhando, de costas, amplamente divulgada pelos veículos de imprensa.

Na sequência, o Estadão traz um novo ente para o debate. Ainda que mais uma fonte oficial, a Ordem dos Advogados do Brasil aparece fazendo uma crítica ao machismo e à violência contra a mulher. O título OAB-RJ classifica como 'barbárie' estupro coletivo no Rio<sup>22</sup> destaca uma das expressões usadas pela entidade ao falar sobre o estupro.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2Jl7d4u>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>22</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2SeGMHD>. Acesso em 06 nov. 2018.

Em outra estratégia comum nos meios de comunicação, O Globo procura demonstrar a relevância do caso indicando o que dizem veículos estrangeiros sobre o episódio: Estupro coletivo no Rio repercute na imprensa internacional<sup>23</sup>. Na linha de apoio parece já não haver dúvidas sobre a violência sofrida pela jovem: Menor de 16 anos foi violentada por 33 homens na Zona Oeste.

O fato de um jogador de futebol ser apontado como um dos suspeitos pelo estupro leva a imprensa esportiva a também passar a noticiar o caso. O Globo Esporte informa: Suspeito de participar de estupro coletivo no Rio é jogador do Boavista<sup>24</sup>. A notícia traz inclusive uma foto do rapaz. Uma espécie de perfil destaca que, apesar da indisciplina, “a imagem do jogador era de uma pessoa calma, sem qualquer indício de personalidade violenta”. Assinada por três repórteres – todos homens – a matéria sustenta ainda o seguinte trecho: “Em entrevista coletiva concedida no início da tarde desta sexta-feira, a polícia não atestou que o Lucas suspeito de envolvimento no crime é o jogador do Boavista. E informou também que o estupro não foi confirmado, apesar de ‘indício veementes’”. Destaca-se na abordagem a tentativa de personificação na exploração do suspeito. Ao individualizar-se o caso, apagam-se as marcas culturais, a problemática social, os fatores que alimentam a cultura do estupro.

Após uma série de notícias – mas juridicamente ainda dentro do mesmo contexto – o G1 deixa de usar a condicional para abordar o caso. Na notícia intitulada 'Não dói o útero e sim a alma', diz menina vítima de estupro coletivo<sup>25</sup>, o site destaca postagem da adolescente no Facebook agradecendo o apoio recebido após a publicização do episódio. O trabalho da polícia segue em destaque na linha de apoio, mas, assim como no título, o estupro passa a ser tratado como fato: Trinta e três homens são procurados por participação no estupro. Polícia já pediu a prisão de quatro suspeitos.

Estadão traz notícia sobre manifestação oficial do governo federal a respeito do estupro. No entanto, diferente do que dá a entender a foto do então presidente em exercício Michel Temer, a nota é assinada pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Governo Temer repudia estupro coletivo de menina de 16 anos<sup>26</sup> diz a chamada da matéria, assinada por uma repórter e que começa destacando as 24

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://glo.bo/30xhVBK>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2Y2a2Xu>. Acesso em 06 nov. 2018.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2LRR93c>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2Y29jFE>. Acesso em: 06 nov. 2018.

horas de silêncio do governo antes de repudiar publicamente o caso, então principal assunto nas redes sociais e já amplamente divulgado na imprensa.

Manifestações da jovem viram notícia. O Globo publica: Vítima de estupro coletivo adere à campanha contra violência<sup>27</sup>. A jovem tinha então usado em sua foto de perfil um filtro com a frase “Eu luto pelo fim da cultura do estupro”. O rosto é borrado, mas o veículo não se furta em exibir o corpo da adolescente vestindo saia e top em um ambiente que parece ser de festa. Outra vez, elementos que reforçam a cultura do estupro são usados pela mídia. No universo do simbólico estão valores culturais que podem ser facilmente acionados por quem lê a notícia, alimentando discursos que acabam por culpabilizar a vítima pela violência sofrida.

Figura 2 - Tuite de O Globo ilustrado pela foto de perfil da adolescente



Fonte: Reprodução/Twitter

O Globo também publica matéria abordando a suspeita que recai sobre o jogador de futebol que se relacionava com a jovem. Sob o título Jogador do Boavista é suspeito de participar de estupro coletivo no Rio<sup>28</sup>, afirma que ele foi identificado

<sup>27</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2YT5Zd6>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2JFRvXU>. Acesso em: 06 nov. 2018.



junto com outros três suspeitos, que, no entanto, não têm as identidades reveladas. A notícia traz uma foto do jovem em campo.

Divulgando a capa da revista que chegaria às bancas naquela semana, a IstoÉ publica no Twitter a seguinte chamada: Por que o estupro coletivo é o retrato de uma sociedade doente. A partir das 20h em <http://istoe.com.br><sup>30</sup>. Na imagem, o símbolo do feminino em vermelho traz no centro a frase “Estupro uma barbárie nacional”. Aqui o uso da expressão “doente” vai servir a um fim próximo àquele que personifica o criminoso, individualizando o caso. Quando se trata a questão da violência contra a mulher como doença, apaga-se práticas sociais que alimentam a cultura do estupro e que culminam em episódios como este.

Assinada por um repórter, reportagem de O Globo é a primeira das encontradas até então a conversar com a vítima de estupro. Em texto e vídeo, com a imagem borrada e a voz distorcida, a jovem conta o que aconteceu no dia em que foi atacada. Um trecho da fala dela é selecionado para dar título à reportagem: 'Me sinto um lixo', diz adolescente que sofreu estupro coletivo<sup>31</sup>. Outros membros da família também são ouvidos e detalhes da vida da jovem ganham espaço, como o fato de ter um filho, que nasceu quando ela tinha 13 anos e cujo pai, envolvido com o tráfico, morreu em confronto, ou de morar em um condomínio de classe média “com academia e área de lazer”. No campo do simbólico encontramos as referências aos detalhes escolhidos para serem destacados no perfil que se vai construindo da adolescente. Qual valor tem na sociedade a mulher que engravida ainda adolescente, de um traficante? Qual valor tem na sociedade a jovem que deixa esse filho com os avós e vai a um baile funk? Qual valor tem na sociedade uma sujeita que, embora tenha escolhas – afinal, pertence à “classe média” – decide se envolver com rapazes ligados ao tráfico? Qual valor tem na sociedade uma mulher que diz, ela mesma, se sentir “um lixo”? A escolha das palavras e do que ganha relevância na construção dessa personagem vão, aos poucos, naturalizando a cultura do estupro e culpabilizando a vítima pela violência sofrida.

Na sequência, destacamos tuite do SBT sobre o programa que iria ao ar no domingo, entrevistando a jovem vítima de estupro: Exclusivo; #ConexãoRepórter, Roberto Cabrini entrevista a vítima do estupro coletivo no RJ a brutalidade chocou o

<sup>29</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2GbcYHk>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>30</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2GbcYHk>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2XPH1dk>. Acesso em: 06 nov. 2018.

[bandeira do Brasil]<sup>32</sup>. Embora saia desse universo online e chame o público a acompanhar um programa na TV aberta, entendemos que o recorte dialoga com a pesquisa ao visualizar o conteúdo no canal do SBT no YouTube<sup>33</sup>. Publicado em 30 de maio de 2016 (depois de ir ao ar na TV na noite anterior, 29 de maio), o vídeo<sup>34</sup> de 1 hora e 24 minutos tem 1.082.571 visualizações, 7,3 mil likes, 1 mil dislikes e 3.315 comentários<sup>35</sup>.

Postagem da vítima nas redes sociais vira assunto em novas matérias. Estadão publica: “Parem de me culpar”, diz adolescente vítima de estupro coletivo<sup>36</sup>. Depois de, inicialmente, receber mais apoio do que críticas, a jovem vê a reação nas redes se transformar. Suas postagens passam a ser atacadas com comentários depreciativos. Ela, primeiro, pede que parem de culpá-la e, na sequência, exclui seu perfil da rede social. É curioso observar que há uma construção que leva à interpretação de quem é essa jovem e consequente tomada de posição dos leitores\comentaristas. Vê-se, no entanto, destacada apenas a reação da jovem.

O Globo avança na cobertura do caso com matéria sobre operação policial no morro onde ocorreu o crime: Polícia faz perícia em casa onde houve estupro<sup>37</sup>. A notícia, assinada por uma repórter, tem abordagem de cobertura policial, com detalhes sobre a operação e a disputa do tráfico na região. O estupro soa apenas como pano de fundo. Na linha de apoio, lemos: Operação fecha ruas de acesso à favela, e circulação de BRT é interrompida.

Na sequência, o Estadão opta por jornalismo declaratório em título de matéria com um dos suspeitos: Ex-namorado de vítima de estupro coletivo diz que crime é invenção<sup>38</sup>. No que parece um clássico exemplo de busca por imparcialidade, o veículo opta por dar espaços semelhantes às versões do suspeito e da vítima, destacando ainda que a advogada da jovem “não sabe se continuará no caso”. Característico da estrutura de pensamento que norteia, não só o jornalismo, mas o conhecimento, de modo geral, o binarismo é evidenciado nesse modelo de construção noticiosa. Cabe aqui um destaque para a crise de credibilidade enfrentada pelo

<sup>32</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2Y7jeuo>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>33</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2LL2oLc>. Acesso em 05 abr. 2018.

<sup>34</sup> Acreditamos que a publicação do SBT no YouTube e a repercussão que ela provoca é suficientemente rica para sustentar uma outra pesquisa, por isso, consta aqui apenas dentro do contexto que nos interessa e não analisada em profundidade.

<sup>35</sup> Números verificados em 14 jul. 2019.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2Y0mlhr>. Acesso em 13 jul. 2019.

<sup>37</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2JvDlIk>. Acesso em: 06 nov. 2018.

<sup>38</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2SdnjqH>. Acesso em: 06 nov. 2018.

jornalismo e que pode ser observada a partir de aspectos como a impossível imparcialidade vendida pela imprensa, que passa a ser atacada e questionada por todos os lados.

No desdobramento seguinte, suspeito de envolvimento no caso é detido em operação policial no Rio. A Folha noticia o episódio na reportagem PM faz operação e detém suspeito de ter participado do estupro coletivo<sup>39</sup>, que também aborda as críticas da advogada da vítima à postura do delegado responsável pelo caso – outro fator que começa a aparecer na cobertura midiática.

Questionamentos à abordagem policial crescem e O Globo noticia: Ex-chefe da Polícia Civil lamenta ausência da Delegacia da Mulher em caso de estupro<sup>40</sup>. No Twitter<sup>41</sup> ganham destaque as críticas ao delegado que conduz o caso. Cabe mencionar que o caso vinha sendo investigado pela Delegacia de Repressão a Crimes de Informática.

Avançando, notícia do Estadão repercute a liberação de suspeitos de cometer o estupro coletivo. Nota curta, em tom característico de cobertura policial, fala em dar mais segurança à comunidade. O título, no entanto, destaca: PM libera suspeito de estupro coletivo por falta de provas<sup>42</sup>.

Matéria de O Globo explica que a advogada da vítima foi dispensada pela família depois que a adolescente entrou no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM): Família dispensa advogada que defendia vítima de estupro<sup>43</sup>. A escolha do verbo “dispensar”, no entanto, parece sugerir outras razões para a mudança na defesa, especialmente para quem não lê a notícia completa, mas apenas a chamada no Twitter.

O delegado que conduzia a investigação é afastado. No Twitter, a BBC noticia chamando atenção para o fato de uma mulher ter assumido o caso: Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo; delegada recebe caso<sup>44</sup>. O fato de o delegado anterior vir afirmando que não estava convencido de que teria havido estupro ganha destaque logo no lead<sup>45</sup>.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2GcmppA>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2Sik0i7>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>41</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2JWJUFE>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>42</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2NVxnpV>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2xWKFrD>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>44</sup> Disponível em: <http://bit.ly/32OrVsj>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://bbc.in/2JTkisb>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Na sequência, diferentes veículos destacam que laudo não confirma o estupro. A razão seria a demora da vítima em fazer o registro na polícia. O assunto repercute nos comentários das publicações. Estadão noticia: Laudo tardio de vítima de estupro coletivo não aponta violência<sup>46</sup>.

Após a mudança na condução do caso, que passa à Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV), cabe chamar a atenção para o fato de que fotos da delegada passam, com frequência, a ilustrar as notícias. Na IstoÉ, reportagem produzida pelo Estadão Conteúdo destaca declaração da nova investigadora: Delegada confirma que houve estupro coletivo contra adolescente no Rio<sup>47</sup>.

Na última notícia que selecionamos para construir a linha do tempo a seguir, Estadão destaca no Twitter a prisão de dois suspeitos. No título da matéria, no entanto, há bem mais informações: Imagens comprovam estupro coletivo, afirma delegada; há dois presos e quatro foragidos<sup>48</sup>.

Quadro 1 - Tuites dos veículos de comunicação<sup>49</sup>

<b>Notícia</b>	<b>Data</b>	<b>Comentários</b>	<b>Retuites</b>	<b>Likes</b>
Polícia do Rio investiga se houve estupro coletivo mostrado em post no Twitter	25/05	201	239	198
Jovem faz exames após suspeita de sofrer estupro coletivo no Rio	26/05	118	76	127
Polícia do Rio investiga vídeo de possível estupro coletivo divulgado no Twitter	26/05	24	28	48
Polícia identifica um dos suspeitos de participar de estupro coletivo no Rio	26/05	26	96	124
'Quando acordei tinham 33 caras em cima de mim', diz menina que sofreu estupro coletivo	26/05	98	746	650

<sup>46</sup> Disponível em: <http://bit.ly/30AnYWu>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>47</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2xMXGno>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>48</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2SgfaSI>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>49</sup> Os números se referem a coleta realizada em: 13 jul. 2019.

Garota fala à polícia após queixa de estupro coletivo feito por 33 homens no Rio	26/05	21	47	82
'A Índia é aqui': Impunidade fez estupro coletivo virar motivo de ostentação, diz promotora	26/05	23	447	522
Estupro coletivo de menina causa revolta e mobilização na web	26/05	43	281	357
Dilma e atrizes manifestam repúdio ao estupro coletivo de adolescente no Rio	26/05	27	54	135
OAB-RJ classifica como 'barbárie' estupro coletivo de adolescente no Rio	26/05	18	64	100
Estupro coletivo no Rio repercute na imprensa internacional	27/05	12	52	76
Suspeito de participar de estupro coletivo no Rio é jogador do Boavista	27/05	30	223	117
'Não dói o útero e sim a alma', diz menina vítima de estupro coletivo	27/05	20	186	264
Governo Temer repudia estupro coletivo de menina de 16 anos	27/05	42	50	136
Vítima de estupro coletivo adere à campanha contra violência	27/05	20	51	134
Jogador do Boavista é suspeito de participar de estupro coletivo no Rio	27/05	12	116	83
Por que o estupro coletivo é o retrato de uma sociedade doente. A partir das 20h em <a href="http://istoe.com.br">http://istoe.com.br</a>	27/05	29	153	258
'Me sinto um lixo', diz adolescente que sofreu estupro coletivo	27/05	95	372	471

Polícia faz perícia em suposta casa onde aconteceu estupro coletivo na Zona Oeste	27/05	05	20	67
Ex-namorado de vítima de estupro coletivo diz que crime é invenção	27/05	46	77	52
Exclusivo - #ConexãoRepórter, Roberto Cabrini entrevista a vítima do estupro coletivo no RJ a brutalidade chocou BR	27/05	07	43	75
“Parem de me culpar”, diz adolescente vítima de estupro coletivo	28/05	34	128	194
PM faz operação e detém suspeito de ter participado de estupro coletivo	28/05	07	21	84
Ex-chefe da Polícia Civil lamenta ausência da Delegacia da Mulher em caso de estupro	28/05	14	55	111
PM libera suspeito de estupro coletivo por falta de provas	28/05	21	44	47
Família dispensa advogada que defendia vítima de estupro	29/05	50	113	147
Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo	30/05	17	75	106
Laudo tardio de vítima de estupro coletivo não aponta violência	30/05	55	128	131
Delegada confirma que houve estupro coletivo contra adolescente no Rio	30/05	17	26	67

Imagens comprovam estupro coletivo, afirma delegada; há dois presos e quatro foragidos	30/05	20	96	136
--	-------	----	----	-----

#### 4.1.1 Escondidos atrás da objetividade

Um primeiro aspecto que se evidencia a partir dos dados coletados diz respeito a recursos característicos do fazer jornalístico segundo certos preceitos. Gaye Tuchman (1999) aponta a objetividade como um ritual estratégico, que protege o jornalista dos riscos de sua profissão: “O termo objetividade funciona como um baluarte entre ele os críticos” (TUCHMAN, 1999, p.75), afirma a autora, que detalha ainda alguns desses rituais que fazem parte do trabalho do jornalista. Tuchman explica, por exemplo, como o fato de considerar tudo questionável pode resultar em disparates na cobertura noticiosa. É exatamente este um dos primeiros aspectos a chamar a atenção no compilado reunido acima. O uso da condicional, em especial, vai ao encontro daquilo que afirma a autora. Em repetidas notícias identificamos tal recurso como uma espécie de proteção ao jornalista ou ao veículo onde o assunto é noticiado.

Outra estratégia perceptível nessa reiteração da objetividade é o uso de citações. Tanto na escolha por declarações da adolescente estuprada - em entrevistas ou em seu perfil nas redes sociais na Internet - quanto na seleção de uma fala do ex-namorado suspeito de participar do estupro, mas que nega envolvimento e diz que o crime não aconteceu, os jornalistas fazem escolhas que aparecem disfarçadas por práticas dessa perseguição à objetividade. “Os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar da notícia e deixam os factos falar [...]” (TUCHMAN, 1999, p.81).

A prioridade dada àquilo que diz a polícia é outro aspecto a ser evidenciado. Nesse ritual jornalístico norteado pela objetividade, as fontes oficiais, naturalmente, ganham destaque. Ao abordar a violência contra a mulher, os exemplos reunidos do noticiário nacional indicam que segue prevalecendo lógica apontada pelo estudo de 2010 do Instituto Patrícia Galvão, tanto no que diz respeito ao enfoque policial quanto na individualização do recorte. São raros os momentos em que é abordado o contexto de violência ao qual as mulheres estão expostas. Pelo contrário, em lugar de uma

discussão mais ampla e aprofundada, vemos o detalhamento excessivo da vida pregressa da adolescente, que acabará usado como combustível para fomentar ataques à jovem.

Outro elemento característico dessa prática jornalística é a busca por garantir espaços similares a todos os lados envolvidos no caso. Em uma das notícias selecionadas, as escolhas de quem produziu o conteúdo acabam por unir um título com aspas do então suspeito – posteriormente condenado – dizendo que não houve estupro e espaço similar na reportagem para o que diz o rapaz e aquilo que afirma a defesa da vítima. São detalhes que acabam por dar o tom que a cobertura midiática terá.

Ainda ao pensarmos as práticas jornalísticas habituais, lembramos o que diz Veiga da Silva (2014) quando conclui que as escolhas dos profissionais são masculinas, as lógicas por eles e elas empregadas são masculinas, independentemente de a reportagem ser produzida ou editada por uma mulher. Em tal sentido, reforça a compreensão de que o gênero não está unicamente nos corpos (SCOTT, 1990). Percebe-se facilmente na cobertura uma desconsideração das discussões de gênero e violência contra a mulher, bem como de estudos consolidados a esse respeito.

Ao chamarmos a atenção para alguns dos recursos presentes na narrativa jornalística a respeito do estupro coletivo no Rio fica claro que preceitos gerais que regem a profissão – nem por isso menos discutíveis – estão sendo seguidos. Na sequência, avançamos na análise dos comentários dos atores no Twitter, em busca dos sentidos que emergem desse segundo fio da trama.

#### 4.2 SEGUNDO FIO DA TRAMA: O DISCURSO DOS ATORES NA REDE

##### 1) *Polícia do Rio investiga se houve estupro coletivo mostrado em post no Twitter*

Um sentido emerge vigorosamente a partir da primeira notícia selecionada para a análise. Trata-se, pois, da discussão a respeito da cobertura midiática do caso. Dos 201 comentários na postagem no Twitter, 151 questionam, atacam, usam estratégias como ironia ou memes ao falar do título dado pelo G1 à notícia. Especialmente o uso da condicional é alvo dos comentários. Entre xingamento em letras maiúsculas, com palavrões e a lembrança de que um vídeo com imagens da vítima circula afastando qualquer dúvida sobre a violência, a ironia configura-se como elemento de destaque na abordagem em rede. A título de exemplo, em um dos tuites, lê-se: “NOSSA SERA



Q FOI ESTUPRO GENTE?? VAI FICAR A DUVIDA HEIN ACHO Q NUNCA SABEREMOS”.

Cabe destacar ainda uma única resposta que aparece em defesa do G1: “caralho parem de implicar com a porra do título da matéria bando de.insuportável”. Ainda no que diz respeito ao sentido relacionado à abordagem noticiosa, algumas características frequentes do universo online, seja dos comentários em portais de notícias ou redes sociais, também estão presentes no caso, como no exemplo: “pelo amor de deus demite esse estagiário porque além do título absurdo a redação tá uma bosta!”. Já um elemento com nuances particulares ao caso apresenta-se no comentário sobre o papel da imprensa na propagação do machismo: “- se houve - continuem fazendo o papel social de propagar o machismo, parabéns, tá sertinho”.

Apesar da preponderância desse primeiro sentido, alguns outros surgem em paralelo ou o atravessam. Em alguns casos, vemos postagens que, além da discussão sobre as escolhas jornalísticas, demonstram apoio à vítima, defesa da mulher em uma sociedade machista e outros elementos do discurso feminista, como no exemplo: “SE houve? Vocês ainda tem alguma dúvida ou vão culpar a mina como sempre fazem????????”.

O apelo por punição, violência ou morte dos suspeitos também aparece em alguns discursos, como nos comentários: “Tem que matar esses caras isso sim” ou “espero que encontre os criminosos e q eles paguem pela bosta q fizeram, vão virar putinhas no presídio”.

Um primeiro indício do contexto político é outro aspecto a ser evidenciado. O caso ganha notoriedade dias após a divulgação pelo jornal Folha de S.Paulo de gravação de conversa entre o então ministro do Planejamento e senador licenciado, Romero Jucá (PMDB-RR), e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. O áudio foi extremamente comentado, ganhando mais notoriedade do que outros vazamentos da época em função de um trecho em que Jucá sugere tirar Dilma Rousseff da presidência para estancar a operação Lava Jato<sup>50</sup>. Na resposta no Twitter, o sujeito afirma: “see? Sério?! Precisa de um grampo de Jucá pra confirmar isso também?”.

---

<sup>50</sup> Trecho do diálogo que ficou mais conhecido:

MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.

MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto.

Disponível em: <https://glo.bo/30DahGa>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Um fator que acreditamos também merecer menção diz respeito ao fato de algumas pessoas levantarem questionamentos sobre o vídeo do estupro. O perfil do primeiro rapaz a compartilhar foi excluído logo no início da repercussão. A polícia e entidades como a ONG SaferNet, que trata de denúncias de crimes e violações contra os Direitos Humanos na Internet, passaram a reforçar que compartilhar o conteúdo nas redes era crime. Nos comentários da postagem no G1, no entanto, encontramos perguntas como: “alguem sabe onde tem esse vídeo?” ou “que vídeo é esse gente? To na lagoinha”.

Além disso, há mais de 30 tuites indisponíveis na publicação. Um diálogo indica que denúncias podem ter levado à exclusão dos perfis. Logo abaixo de um desses tuites indisponíveis, uma usuária da rede comenta, com o print de um perfil: “amém!!! Parece q a conta foi suspensa tbb, veja em baixo”. Ao que, outro responde: “eu vi!! Tentei procurar hoje à tarde, espero que a polícia tenha conseguido todos os prints e fotos”.

Quadro 2 - Constelações da 1ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas à mídia	151
Solidariedade à vítima/Feminismo	13
Apelo por punição	03
Contexto político	01
Interesse no vídeo	03
Menções a denúncias de outros perfis	07
Desconexos	04

## 2) *Jovem faz exames após suspeita de sofrer estupro coletivo no Rio*

Mais uma vez destacam-se os comentários que criticam a abordagem da imprensa a respeito do caso. Mais de 70 comentários questionam o uso da palavra “suspeita” pelo G1. Os sujeitos na rede usam diferentes recursos para discordar da abordagem. A ironia é um dos mais recorrentes, como no exemplo: “Porra, tive uma suspeita de

ser assaltado hoje. Levaram meu celular. Foi apenas uma suspeita”. Em ao menos dois casos, no entanto, outras pessoas tentam explicar a decisão jornalística, teoricamente amparada em uma lógica própria da profissão: “Jornalista n pode falar q é culpado até serem julgados e sair o veredito ☺”. Chama atenção um comentário que põe em cheque a suposta imparcialidade acionada justamente pelo uso do termo suspeita: “Vocês só usam o jornalismo de verdade quando é pra ser canalhas. Em outras situações acusam sem dó, nem piedade, msm sem julgamento”.

Outro elemento que se repete é a relação com acontecimentos do cenário político. Uma usuária do Twitter traz para a conversa uma notícia de O Globo cujo título é André Moura assina com Cunha projeto para dificultar aborto em caso de estupro. Moura, eleito pelo PSC e então líder do governo na Câmara, é identificado na matéria como “expoente da bancada religiosa”. Ele assina junto com Eduardo Cunha um projeto que criminaliza quem “induzir ou instigar a gestante” a praticar o aborto ou auxiliá-la a fazer. Após alterações na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto passou ainda a dificultar o aborto em caso de estupro.

O apelo por punição também volta a aparecernos comentários. Um primeiro, afirma: “A única coisa que eu tenho pra dizer sobre isso é que os envolvidos deveriam ser condenados até a oitava geração!”. Outro declara: “Ai fala pra mim. Não merece morrer o homem que faz isso a uma mulher????”. A frase é seguida de emojis de arma, faca e bomba.

Vemos também o acionamento de informações trazidas pelo noticiário para culpabilizar a vítima em uma lógica que entendemos característica da cultura do estupro: “nada justifica a violência e que paguem por isso. Mas o como pode uma menina apartir dos 13 anos passar os finais de semana sumida?”. Outra pessoa escreve: “A delicada história de vida dessa menina (usuária de droga desde os 11, mãe com 13 anos) não pode legitimar tamanho abuso e violação”.

Quadro 3 - Constelações da 2ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas à mídia/Explicações	103
Solidariedade à vítima/Feminismo	2

Apelo por punição	3
Contexto político	2
Cultura do estupro	2
Desconexos	8

### 3) *Polícia do Rio investiga vídeo de possível estupro coletivo divulgado no Twitter*

O uso da expressão possível vai, novamente, motivar a maior parte dos comentários. Além disso, em diversos momentos, os sujeitos operando no Twitter chamam atenção para o machismo presente na construção noticiosa, como no exemplo: “Possível estupro? Vocês acham que a menina ia fazer sexo com 30 homens, ser filmada e ridicularizada por prazer? Puro machismo!”.

Vale atentar também para o fato de que a naturalização da violência contra a mulher, elemento da cultura do estupro, é salientado por uma usuária da rede social justamente ao fazer a crítica à abordagem da imprensa: “‘possível’ é caralho. Parem de naturalizar violência. ESTUPRO É CRIME, trate-o como tal”.

O apelo por punição aparece vinculado ao contexto político em um tuíte bastante emblemático do que se tornariam as manifestações em rede dali para a frente: “se tivesse aprovado a PL do Bolsonaro de castração química seriam 33 bandidos impotentes. #BolsonaroPresidente2018”. O mencionado Projeto de Lei, do então deputado federal Jair Bolsonaro, foi protocolado na Câmara em 17 de abril de 2013, mas acabou arquivado em 31 de janeiro de 2015 por causa do fim da legislatura. Foi desarquivado onze dias depois a pedido de Bolsonaro, e novamente arquivado em 31 de janeiro de 2019 pelo mesmo motivo. Nunca foi votado ou mesmo analisado. Adriane Roso (2017) reflete exatamente sobre o significado do apelo por esse tipo de punição e sua relação com a cultura:

As explicações para o ocorrido são sempre culturais. Já as explicações para a ação do homem caem no campo biológico: “Ele não resistiu; “Era muita tentação”; “É natural o homem sentir desejo ao ver uma moça que fica mostrando o corpo”. Disso resulta que podemos entender propostas radicais como a castração química do esturpador. Novamente não se toca na cultura, na cultura do estupro, apenas se reforça essa “natureza animal” dos homens. (ROSO, Adriane, 2017, p.197).

Outro tuite que se destaca une a crítica ao movimento feminista e à esquerda: “menores de idade envolvidos. Bug nas feministas e esquerdistas heheheh”. Segundo apuração da Agência Lupa<sup>51</sup> de março de 2017, a Polícia Civil do Rio indiciou seis homens e pediu a apreensão de um adolescente pelos crimes de estupro e divulgação de imagens no caso analisado. O tom do comentário procura ironizar o fato de o movimento feminista se posicionar contra a redução da maioria penal (como se o feminismo fosse um ente homogêneo) em paralelo ao fato de dar suporte à vítima de um crime cometido, entre outros, por um menor. A personificação da discussão está, outras vez, por trás das intenções expressas na rede social. O movimento feminista ou tantos outros, ao proporem a discussão do caldo cultural que estimula e naturaliza a violência contra a mulher, busca exatamente o contrário. E isso não significa ir contra a responsabilização daqueles que perpetraram o crime.

Quadro 4 - Constelações da 3ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas à mídia	12
Solidariedade à vítima/Feminismo	01
Apelo por punição	04
Contexto político	02
Críticas ao feminismo e à esquerda	01
Desconexos	01

#### 4) *Polícia identifica um dos suspeitos de participar de estupro coletivo no Rio*

Das notícias analisadas até então, esta é a primeira em que as críticas à abordagem da mídia não estão em maior número. Assim que um dos suspeitos é identificado, proliferam-se os apelos por punição, em muitos casos tão violentos quanto o crime praticado. Um exemplo é: “enfia o cabo grosso no rabo de cada um depois joga na sarjeta”. Há ainda endosso à castração, à pena de morte, ao estupro dos suspeitos, ou ainda uma pessoa que não especifica, mas diz: “espero que na

<sup>51</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2OWHzfb>. Acesso em 30 nov. 2019.

cadeia eles sejam bem recebidos ATROCIDADE CADEIA NELES”. Podemos pensar o fenômeno da violência como uma construção social, historicamente associada à masculinidade (Connel, 2002). A lógica de submissão, de agressão, de violação do corpo do outro, neste caso, é acionada contra o agressor, repetindo a prática usualmente empregada contra corpos femininos ou corpos masculinos não enquadrados nas concepções heteronormativas hegemônicas.

Um comentário se destaca pela noção de sororidade: “sinto sua dor Irmã. Se pudesse tiraria os 30 do seu corpo e aliviaria sua dor. #justiça #elaéavítima #machismo”. Diferente dos anteriores, não se dirige ao suspeito ou foca na pena, mas direciona o olhar à vítima e demonstra solidariedade para com ela.

Reunimos outros três, que, de alguma forma, permitem pensar sobre o contexto social. O primeiro defende a impossibilidade de ressocialização do suspeito: “Não tem como ressocializar isso ai, não insistem pfv”. Qual seria, então, a prática adequada? Pena de morte? Prisão perpétua? Os outros dois atribuem o estupro a uma suposta ausência de moral: “A cidade dominada pela esquerdopatia caviar produz os frutos da ausência de moral e decência, considerada ‘burguesa’ pelos comunas” e “Falta total de senso do sagrado, d q falei ali atrás, entre famílias q perderam a referência não só moral-religiosa, ms d cultura humanista”. São problematizações um pouco diferentes, mas ambas já carregadas de elementos que poderemos ver fortalecidos nas discussões em rede e também na potencialização de um distanciamento entre diferentes grupos que culmina nas eleições presidenciais de 2018: política e religião. Ronaldo de Almeida (2019), ao analisar o papel da religião, e mais especificamente do segmento evangélico, na chamada onda conservadora identifica a linha “moralmente reguladora” como uma das forças sociais articuladas por essa onda.

O Brasil, principalmente com a redemocratização, experimentou mudanças consideradas progressistas em termos de direitos reprodutivos e sexuais. Em contraposição, recrudescer a reação para conter a secularização, de um lado, e os comportamentos e os valores mais liberais, de outro. Esse contexto tem resultado na disputa pela moralidade pública, que encontrou nas religiões cristãs os principais promotores da sacralização da família e da reprodução da vida (Duarte, 2017). Família tradicional é, sem dúvida, o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários. (ALMEIDA, 2019).

Tanto a tentativa de vincular a esquerda a uma suposta ausência de moral quanto a discussão sobre a falta de referências morais e religiosas às famílias são recorrentes especialmente nas discussões políticas que se agudizam nas redes

sociais pós jornadas de junho de 2013 e desembocam na eleição de Bolsonaro em 2018.

Quadro 5 - Constelações da 4ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas à mídia	04
Solidariedade à vítima/Feminismo	01
Apelo por punição/Comentários sobre os suspeitos	11
Contexto político/social	02
Críticas a outros usuários da rede	01
Desconexos	01

5) *'Quando acordei tinham 33 caras em cima de mim', diz menina que sofreu estupro coletivo*

As mobilizações de apoio à adolescente estuprada, evocação do feminismo e de sua necessidade pela primeira vez aparecem em maior número nos comentários. No entanto, ainda se configuram, em muito, em resposta a ataques dirigidos à jovem, que também é culpabilizada, suas declarações são questionadas e elementos da cultura do estupro são reforçados. Um sujeito na rede, por exemplo, comenta “pensem bem com quem vcs andam menininhas...”. Imediatamente, um outro perfil responde: “oi? a culpa é dela agora?”. Esse tipo de diálogo se repete. Em outro caso, o primeiro afirma: “Não pensou nisso na hora de ir pra baile funk né? ...quem procura acha...”. A resposta é: “espero que no inferno tenha um canal de rolas em chamas esperando pessoas nojentas como vc”. Num terceiro exemplo, um comentarista afirma: “Caralho, vc deixa sua filha de 16 anos ir num ‘baile’ sozinha. Todo mundo sabe o que acontece nesses bailes né”. A resposta que vem na sequência diz: “os únicos culpados são os estupradores, não é culpa da mãe, nem do pai, nem dela”.

Também como resultado dos comentários que justificam a violência é possível perceber uma mobilização para denunciar esses perfis. Abaixo de tuite indisponível,

por exemplo, é possível ler uma resposta que diz: “denunciei. ponto”. Choque e revolta com os comentários que atacam a jovem e endossam a violência são numerosos na postagem, em um exemplo destacamos: “O pior é ler os comentários. Aguardando um dilúvio de enxofre com ácido sulfúrico pra dizimar a raça humana...!”

É possível notar também que a culpabilização da vítima nem sempre é explícita. Há casos em que a abordagem aparece quase disfarçada de solidariedade, mas com uma pitada de julgamento moral ou de incompreensão sobre o feminismo: “Isso são criminosos nada a ver essa luta de homens e mulheres, esse tipo de gente é a mesma que atira p matar num assalto”.

Há também o entrelaçamento de sentidos. Em um diálogo, um sujeito ataca um comentário sobre a importância do feminismo e defende o porte de armas, entrando numa discussão de viés político-ideológico: “:( e ainda me vem gente dizer que feminismo é mimimi”, escreve uma usuária da rede, ao que recebe a resposta: “serio? E feminismo salvou a menina COMO? Um pai com porte de armas teria feito mais justiça de q feminismo”. A primeira usuária responde dizendo: “vc é mt burro pai amado, o que eu quis dizer é que MACHO BABACA diminui o feminismo quando a gente fala”. Na sequência, ele continua com ironia: “tem razão, feminismo não precisa ser diminuído ;)”.

O apelo por punição é outro sentido que emerge novamente, algumas vezes atravessado por outros, como apoio à vítima ou críticas à mídia. Este último, desta vez, fica menos evidente, ainda que continue sendo apontado por alguns usuários do Twitter. No caso, há críticas por exemplo ao uso de fotos da vítima, ainda que de costas. Outro comentário lembra que o próprio O Globo vinha tratando o caso como suposto.

No contexto político, o nome da deputada federal Maria do Rosário é trazido para a discussão. “Maria do Rosário e o DH daqui a pouco vão lá dizer que esses bandidos são vítimas da sociedade, não tem culpa”.

Quadro 6 - Constelações da 5ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas à mídia	04
Solidariedade à vítima/Feminismo	37



Apelo por punição/Comentários sobre os suspeitos	13
Contexto político/social	05
Denúncias de perfis/Revolta com comentários de outras pessoas	12
Culpabilização da vítima/Justificativas para a violência/Ironia	10
Desconexos	14

*6) Garota fala à polícia após queixa que de estupro coletivo feito por 33 homens no Rio*

Um elemento que aparecia sutilmente em postagens anteriores começa a se fortalecer nos comentários dessa notícia compartilhada pela Folha. Trata-se do apelo a valores morais, que acabam por afunilar no sentido de culpabilizar a vítima ou justificar a violência sofrida, como no exemplo: “Infelizmente, tem umas adolescentes que acham bonito andar com vagabundo e o resultado final é muitas vezes cruel. Juízo meninas!!”. Na interpretação explicitada pelo sujeito na rede, o estupro é o resultado natural de uma equação em que a jovem faz a primeira escolha: “andar com vagabundo”. Outro comentarista traz sentido semelhante quando afirma: “É a ausência de valores e princípios morais culminando com a dimensão humana esgarçada ☹”. Não fica claro a quem faltam tais valores, no entanto, alguns elementos ajudam a construir a ideia de quem pode ser esse sujeito por trás da sentença: seu avatar é uma imagem do juiz Sergio Moro e ele se identifica como “brazuka”.

O apelo por punição segue evidenciado nos comentários, assim como as críticas à cobertura midiática. A título de exemplo, destacamos o sujeito que afirma: “Revoltante, a primeira coisa que v em a cabeça é pena de morte.. Linchamento em praça publica! Dificil não imaginar outra coisa..”. Chamamos atenção também para o fato de que a solidariedade à vítima o as postagens ancoradas no feminismo e na sororidade não aparecem relacionadas à essa matéria.

De certa forma, os diferentes aspectos que evidenciamos nos comentários dialogam com uma leitura do Brasil que vem sendo feita por diferentes analistas, em

especial desde a eleição de Jair Bolsonaro. Essa discussão dá-se a respeito de certo conservadorismo que emerge da sociedade e que alguns estudiosos dirão que sempre fez parte dela, enquanto outros opinarão que é um fenômeno atual, de algum tipo de transformação social que se dá junto a outros elementos, como o crescimento do número de evangélicos, que passa de 5% nos anos 1980 para 30% da população brasileira atualmente, segundo pesquisa Datafolha. Há que se considerar, no entanto, que esse conservadorismo, tenha ele estado sempre presente nas entranhas sociais ou não, apresenta-se de forma diferente em diferentes grupos sociais. Pesquisa Datafolha divulgada em janeiro de 2018 informa, por exemplo que, para 57% dos brasileiros, uma mulher que pratica aborto deveria ir para a cadeia. Já a maconha deveria continuar proibida na opinião de 66%. Quase seis entre dez brasileiros acreditam que o país deveria adotar a pena de morte e oito de cada dez declaram que a maioria penal deveria ser rebaixada para 16 anos. E há ainda 42% que creem que a posse de arma de fogo deveria ser legalizada no país. Há, no entanto, algumas nuances importantes entre esses conservadores. Posturas como a defesa de pena para mulheres que abortam ou contra a legalização do consumo de maconha encontram muito mais respaldo entre a população mais pobre, menos escolarizada e mais velha. Em temas ligados à violência, como a redução da maioria penal e a liberação do porte de armas, o abismo entre as classes sociais diminui.

Quadro 7 - Constelações da 6ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas à mídia	05
Apelo por punição	04
Choque com a violência	03
Apelos a valores morais/Culpabilização da vítima	03
Desconexos	02

7) *'A Índia é aqui': Impunidade fez estupro coletivo virar motivo de ostentação, diz promotora*

Se nas postagens anteriores, o apelo por punição amparado em ainda mais violência já era grande, diante da chamada escolhida pela reportagem do Uol a maioria dos comentários acabam indo nesse sentido. Embora muitos voltem a falar em pena de morte, castração química, “nunca mais ver a luz do sol” ou “serem tratados como bichos”, há também aqueles apenas chocados os revoltados com o caso e/ou com a impunidade.

Um sujeito na rede se dirige àqueles que chama “representantes dos Direitos Humanos” e afirma que “a culpa é deles por tratar marginais como vítimas”. O comentário tem, em suas entrelinhas, um viés político. No episódio do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, em 2018, surgiram acaloradas discussões entre os que lamentavam a perda de uma mulher negra, de origem periférica, reconhecida pela defesa de pautas como os direitos de negros, homossexuais e moradores de comunidades carentes e os que a acusavam de ser uma “defensora de bandidos” – os dos direitos humanos. Pesquisa realizada pelo Datafolha em 2016 permite entender melhor o que pode estar por trás da compreensão distorcida de que defender os direitos humanos é defender bandido: o levantamento apontou que 57% da população de grandes cidades brasileiras concorda com a frase “bandido bom é bandido morto”. A afirmação é uma violação aos direitos humanos, e significa que, para mais da metade da população de grandes cidades, a justiça deve ser feita pelas próprias mãos. A sentença ignora o processo penal e mesmo o Estado democrático de direito, mas, principalmente, o princípio mais básico dos direitos humanos: o direito à vida.

Um sujeito na rede indica se chocar com os comentários e sua relação com a cultura do estupro: “VC pensa: quem sabe agora reacinhas entendem o q machismo tem a ver com a cultura do estupro. Aí vc lê os comments e... só q não!”. A observação não é uma resposta direta a outro comentário, mas vai nesse sentido. O sujeito afirma: “quem estupra é doente. Não tem nada a ver com educação de gênero. Papo de feminista bigoduda”. Não há como ignorar que a política perpassa ambos. No primeiro, a referência a “reacinhas” coloca quem a profere em um campo político mais conectado a pautas em defesa das mulheres, da população LGBT e que entende pertinentes as discussões de gênero, por exemplo. Já o segundo, além de atacar as feministas e discordar do que chama de “educação de gênero”, trata o estupro como um doente, em lógica característica da cultura do estupro.

Quadro 8 - Constelações da 7ª notícia compartilhada no Twitter

Constelações	Número de comentários
Revolta/Choque com impunidade	07
Apelo por punição	06
Contexto político	03
Solidariedade à vítima/Feminismo	02
Desconexos	01
Ataques ao movimento feminista ou aos direitos humanos	02

8) *Estupro coletivo de menina causa revolta e mobilização na web*

Entre os diversos sentidos que emergem dos comentários desta publicação, destacamos, primeiramente, os ataques entre os sujeitos na rede. Há os que acusam outros usuários do Twitter de “fazer textão” aproveitando-se do caso, há os que respondem àqueles que atacam e culpabilizam a adolescente, como no caso de um rapaz que afirma “Sou contra esse tipo de coisa, mas também não gosto de defender quem abandona o próprio lar pra usar drogas e beber em festinhas”. Ele recebe três respostas, todas apoiando a vítima e explicando que lugares ou roupas não justificam a violência e que ele está alimentando a cultura do estupro. O sujeito responde nas três situações reafirmando sua posição e insistindo em culpabilizar a jovem. Em dado momento, afirma: “Vi na sua foto que você tem uma filha... ia deixar sua filha ir á um lugar como esse? DUVIDO!”. Em outra, ele mesmo admite que culpabiliza a vítima, como havia afirmado outra usuária da rede ao criticar a primeira declaração: “Em partes sim. Se ela foi pra esse tipo de festa, o que se esperava que fosse acontecer? Eu não vou e não sofro isso!”.

O apelo por punições violentas também se mantém em destaque, junto com as manifestações de choque e tristeza e os registros de apoio ou de ataque e culpabilização da vítima. Já as críticas à abordagem midiática diminuem consideravelmente e, neste caso, se restringem a um comentário. Sobre a violência nas mensagens, destacamos um comentário que dá o tom dos pedidos na rede:

“Corredor da morte? 100 chibatadas? Castração química? Prisão perpétua? Não! Cadeia por alguns meses e história pro resto da vida!”.

Elementos do contexto social, que acabam por indicar uma compreensão equivocada de quem comenta sobre temas como feminismo e direitos humanos também ganham força na publicação. Um sujeito na rede escreve: “Não deveria existir Direitos Humanos para esses lixos!”. Outro afirma: “as mais indignadas que querem culpar todos homens do planeta são as que são contra pena maiores, p esse caso 33 balas resolvia”. Um terceiro acrescenta “Isso não tem nada a ver com machismo, isso tem a ver com crime, com marginais, com monstros que não sabem viver em sociedade”.

Quadro 9 - Constelações da 8ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas ou comentários sobre o que dizem outros sujeitos na rede	04
Apelo por punição	07
Críticas ao feminismo	02
Contexto social/Ataques aos direitos humanos	07
Culpabilização da vítima/Ataques à jovem	03
Solidariedade à vítima	09
Choque/Tristeza	09
Críticas à mídia	01
Desconexos	02

9) *Dilma e atrizes manifestam repúdio ao estupro coletivo de adolescente no Rio*

A publicação da Folha, em certo sentido, torna-se um trampolim para ataques à ex-presidenta Dilma Rousseff. Não à toa, os comentários que prevalecem na

postagem são a respeito do contexto político, mas, muitos deles, são exclusivamente dirigidos a Dilma. “o que DilmAnta tem a ver com isso, cara pálida?”, escreve um sujeito no Twitter. Outra usuária da rede comenta: “Cretinice pura. Esquerda adora bandido, faz política pra proteger, pagar salário na cadeia, ter direitos humanos a disposição etc”. Há também quem prefira se posicionar mencionando outros políticos: “Repúdio não serve para NADA, queremos leis para reduzir esta barbaridade ! @DepBolsonaro @blogdabenedita @alessandromolon” ou, embora em menor número, quem faça uma comparação com o governo Temer: “Enquanto isso Ministro de @MichelTemer recebe estuprador e fascistas”. Cabe contextualizar lembrando que Dilma Rousseff havia sido afastada da presidência poucos dias antes, em 12 de maio de 2016, depois que o processo de impeachment aberto contra ela foi aprovado na Câmara e no Senado Federal. Dilma perderia o cargo oficialmente em 31 de agosto daquele ano. Assim que Dilma foi afastada, seu vice, Michel Temer (MDB) assumiu a presidência. Denunciado cinco vezes e alvo de dez inquéritos na Justiça, Temer chegou a passar um curto período preso em 2019.

Pensar o teor dos comentários contra Dilma no caso explicitado acima é também refletir sobre a misoginia e seu papel no ataque à democracia. Em tal sentido, Marcia Tiburi afirma:

No contexto da misoginia, fala-se mal de mulheres de muitos modos, seja inventando uma essência para elas, seja ocultando as heterodenominações que pesam sobre elas, seja criando e intensificando as ideologias femininas, tais como a ideologia da maternidade, da juventude, da sensualidade, todas essas que fazem parte do sistema do machismo estrutural. Toda esse sistema ideológico não prevê mulheres no poder. Porque o poder é coisa que os homens querem para eles. É evidente que toda mulher vai ter que pagar um preço imenso quando tomar para si alguma coisa desejada pelos homens. (Fonte: <http://bit.ly/390KNHz>. Acesso: 21 dez. 2019).

O que a leitura dos comentários parece nos indicar é que a mulher – e não só ela - tem seu lugar muito bem definido na compreensão social massificada e reforçada pela imprensa. Quando este lugar é minimamente deslocado parece gerar um desconforto generalizado, usado para justificar todo tipo de ataque, seja à mulher presidenta, seja à mulher mãe adolescente que frequenta baile funk. O ser mulher parece estar no centro daquilo que motiva o ataque, o restante é o adereço da vez, usado para construir uma explicação que sirva a interesses político-ideológicos ou moral-religiosos.

Quadro 10 - Constelações da 9ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Contexto político	11
Apelo por punição	01
Contexto social/Ataques aos direitos humanos	03
Feminismo/Sororidade	01
Desconexos	03
Ataques a Dilma Rousseff	06
Críticas à mídia	01

*10) OAB-RJ classifica como 'barbárie' estupro coletivo de adolescente no Rio*

O apelo por punição segue predominando entre os sentidos que emergem da postagem. Chamamos a atenção, no entanto, para algumas outras percepções que consideramos mais relevantes para a análise. Primeiro, neste caso a crítica à abordagem midiática aparece direcionada a outro veículo, tomando o Estadão, autor da mencionada postagem, como exemplar, o sujeito na rede escreve: “Aí @folha aprende como se faz jornalismo de verdade!!!!!!!!!!!!!!”. O comentário tem 4 curtidas e é representante desse modo como as informações circulam na rede. O leitor não deixa claro o que, na cobertura da Folha o teria incomodado, mas explicita seu descontentamento ao mesmo tempo em que elogia o “jornalismo de verdade” feito pelo Estadão.

Outro aspecto em evidência são os ataques dirigidos à Ordem dos Advogados do Brasil. Os comentários indicam um misto de revolta com as penas e leis brasileiras e, mais uma vez, indignação com a defesa dos direitos humanos, que, na compreensão de quem comenta, não deveria contemplar criminosos. Um exemplo é: “@OABRJ\_oficial vai lá falar com os direitos humanos agora... vcs defendem tanto esses lunáticos, agora vem falar em barbárie. Vsf!”.

Há ainda em alguns comentários a repetição de um tom que trata os estupradores como aberrações ou monstros e não como homens que cometeram um crime. “isso é

barbárie! Não é coisa de humanos”, diz uma pessoa na rede. Essa lógica que desumaniza o estupro, tão repetida pelo senso comum, acaba por reforçar a cultura do estupro. Dizer que o estupro faz parte “da cultura”, por sua vez, não significa considerar que todos os homens são estupradores ou que toda a sociedade é diretamente responsável pela prática do estupro. O fato é que o machismo e a misoginia presentes nas mais diversas práticas sociais contribuiriam para esse tipo de violência. Renata Floriano de Sousa (2017), ao questionar que tipo de mecanismo que pune e, ao mesmo tempo, propaga a violência sexual praticada contra a mulher, afirma:

E não se trata de considerar a figura do estupro como doente ou mero produto de uma sociedade determinista que o fez assim. Essa é uma abordagem errônea, já que classificá-lo como doente o isentaria da responsabilidade sobre seus atos, assim como quando classificado como um mero produto da sociedade (SOUSA, 2017).

Dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>52</sup>, referentes à 2018, indicam que, em 75,9% dos 66.041 estupros registrados no Brasil, as vítimas conheciam os estupradores. Em casos de crianças menores de 14 anos esses índices são ainda mais significativos: estudo realizado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, em parceria com a Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília (HABRA)<sup>53</sup>, divulgada em março de 2019, aponta que, em 96,8% dos casos, o estupro foi perpetrado por abusadores que compartilham laços sanguíneos ou de confiança com a família da vítima. Apenas 3,2% são de desconhecidos.

Quadro 11 - Constelações da 10ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Apelo por punição	08
Contexto social/Ataques aos direitos humanos	02
Choque/Tristeza/Revolta	03

<sup>52</sup> Disponível em: <http://bit.ly/34NgAbZ>. Acesso em 22 de dez. 2019.

<sup>53</sup> Disponível em: <http://bit.ly/35Oj2jE>. Acesso em 22 de dez. 2019.



Desconexos	01
Ataques à OAB	03
Críticas à mídia	01

*11) Estupro coletivo no Rio repercute na imprensa internacional*

A menção à abordagem da mídia internacional serve de combustível para novas críticas à cobertura nacional. Em um primeiro exemplo, o sujeito nas redes cita o próprio jornal O Globo, autor da notícia, e a Folha de S.Paulo: “Enquanto isso, @JornalOGlobo, @folha e etc. alegam ‘suposto estupro’”. Em outro comentário, encontramos certo grau de ironia: “que tal seguir os coleguinhos de fora e dar o devido destaque a essa monstruosidade?”.

Uma novidade motivada pelo tom da notícia é uma espécie de vergonha nacional que surge nos comentários. Uma pessoa afirma, citando a ONU, que o Brasil teria se tornado recordista em estupros e homicídios. Outra, declara: “Mais uma vergonha pro Brasil, notícias positivas do país lá fora nunca mais...”.

O contexto político também aparece novamente. Primeiro, em uma espécie de trocadilho com o nome de um dos suspeitos: “um dos estupradores chama-se Michel Brasil da Silva, me remeteu ao momento politico Brasileiro”. Na sequência, em uma menção a Frota: “a cultura do estupro incitada por um Frota” – o contexto indica tratar-se de Alexandre Frota, atualmente deputado federal, mas, na época, muito mais conhecido pela atuação em novelas, filmes pornográficos e por uma declaração em um programa de TV, em 2015, quando afirmou ter estuprado uma mãe de santo. O relato foi muito usado para ilustrar a naturalização com a qual a sociedade brasileira lida com a violência contra a mulher.

Para completar, classificamos como um pedido de punição um comentário que afirma “Saudades do mão branca!”. Acreditamos que a declaração faz referência ao misterioso “justiceiro” Mão Branca, caso que remete à imprensa carioca dos anos 1980. Acredita-se, segundo Ana Lucia S. Enne e BetinaPeppe Diniz (2005), tratar-se de uma invenção de um jornalista do Última Hora para solucionar uma série de mortes sem explicação ocorridas no Rio de Janeiro e arredores e, possivelmente, causadas por grupos de extermínio.

Quadro 12 - Constelações da 11ª notícia compartilhada no Twitter

Constelações	Número de comentários
Críticas à mídia	03
Vergonha do Brasil	02
Choque/Tristeza/Revolta	01
Desconexos	01
Apelo por punição	02
Contexto político	03

*12) Suspeito de participar de estupro coletivo no Rio é jogador do Boavista*

Os apelos por punição, com conotação extremamente violenta, são a maioria absoluta entre os comentários desta postagem. Um exemplo é: “Um filho da puta desse tem que morrer com pau enfiado em todos os buracos que existe dentro dele”. Emojis de arma e raiva seguem a declaração reforçando o tom do comentário. O contexto político também é destaque com menções a Jair Bolsonaro, como no caso: “e o Bolsonaro que defende castração química pra esses caras que é o errado”. A mensagem tem três likes.

Uma particularidade desta postagem são os comentários que relacionam o caso a outro famoso, que também envolve um jogador de futebol e violência contra a mulher: o do goleiro Bruno. “sera que vai reforçar o time do goleiro Bruno?”, é um dos exemplos. Bruno Fernandes Souza foi condenado em 2013 a 20 anos e nove meses de prisão pelo homicídio triplamente qualificado de Eliza Samudio e pelo sequestro e cárcere privado de Bruninho, filho dos dois. O crime ocorreu em 2010, quando ele era goleiro do Flamengo. O caso envolve uma série de elementos muito característicos de episódios de violência que terminam em feminicídio. Em 2009, Eliza havia registrado queixa contra Bruno por ameaça e sequestro. Na ocasião, grávida de cinco meses, ela teria sido obrigada a tomar pílulas abortivas e agredida com tapas. Eliza foi assassinada em junho de 2010 e seu corpo ocultado no sítio de Bruno em Minas Gerais<sup>54</sup>.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2RaS67L>. Acesso em: 11 de jan. 2020.

Quadro 13 - Constelações da 12ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Apelo por punição/Violência	20
Contexto político	02
Tristeza/Revolta	03
Desconexos	05
Menção ao caso do goleiro Bruno	03

*13) 'Não dói o útero e sim a alma', diz menina vítima de estupro coletivo*

A decisão de destacar uma frase da adolescente vítima de estupro resulta, principalmente, em dois grupos de comentários: aqueles que culpabilizam a jovem e encontram no comportamento da garota explicações para a violência que ela sofreu e aqueles que dão suporte à vítima e ressaltam estar do seu lado. Destacamos um sujeito que afirma: “'dói a alma" ... diz a garota de 16 anos, com um filho de 3 anos, usuária de drogas há 4 anos e que sumia regularmente sem dar notícias”. A declaração dele provoca uma série de respostas, algumas em apoio à adolescente, outras em apoio ao comentarista e sua compreensão sobre o caso. Numa das respostas, pode-se ler: “e? Isso impede que ela fique profundamente abalada por ter sido estuprada por TRINTA homens?”. Sempre que as posições são contrárias a dele, o usuário da rede responde, argumentando que “não defende” o estupro, inclusive o considera “abominável” e propõe punição violenta para os criminosos, mas sempre fazendo diversas ressalvas embasadas no comportamento da vítima, segundo vem sendo noticiado na imprensa ou circulando nas redes. Outro sujeito no Twitter responde o primeiro usando argumentos que seguem a mesma lógica: “eu entendi oqc quer dizer, bandido é bandido, não tem pena, e quando v alm vulnerável aproveita”.

Chamam atenção outros dois grupos de comentários: aqueles interessados na identidade na adolescente, que por ser menor de 18 anos não tem o nome revelado na imprensa, e aqueles de caráter religioso. Esses últimos podem servir a diferentes fins, tanto para culpabilizar a jovem, quanto para uma leitura pessimista da situação

de vulnerabilidade à qual as mulheres estão expostas, defendendo que só “resta orar” para que situação semelhante não se repita.

É curioso também que o destaque para aquilo que diz a adolescente suscite em um sujeito que comenta na postagem o desejo de defender os homens: “A culpa é dos estupradores, é como se todo homem fosse culpado”.

Quadro 14 - Constelações da 13ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Apelo por punição/Violência	06
Culpabilização/Ataques à vítima	05
Apoio à vítima	04
Desconexos	02
Religiosos	03
Sobre a identidade da vítima	02
Contexto social	01
Defesa dos homens	01

#### *14) Governo Temer repudia estupro coletivo de menina de 16 anos*

A postagem funciona como uma espécie de gatilho para ataques políticos. De um lado, inúmeros comentários se voltam contra o governo ou o próprio Michel Temer, inclusive com o uso da hashtag #ForaTemer. Ironia e críticas à demora do governo em se posicionar sobre o ocorrido também são recursos presentes, bem como manifestações que questionam a indignação que não é acompanhada de uma ação mais pontual. O governo Temer, de maneira geral, vira alvo de críticas, sob pano de fundo de declarações do próprio presidente, como no caso: “Governo GOLPISTA que estimula a divisão de classes e incentiva a pobreza deveria primeiro se retirar de cena #GolpeNoBrasil”.

Dentro do mesmo contexto político, surgem ainda uma série de manifestações atacando o PT, o ex-presidente Lula e a ex-presidenta Dilma Rousseff e “os

esquerdistas”.É preciso destacar que muitos dos comentários que se voltam contra o PT ou a esquerda, trazidos para a discussão pelos sujeitos no Twitter, são feitos em um contexto de apelo por punição severa, pena de morte castração e todo tipo de violência contra os estupradores. Nesse sentido “petistas” ou “defensores dos direitos humanos” são responsabilizados pela violência por, em teoria, se oporem a penas mais severas. Aqui temos dois exemplos: “daqui a pouco os petistas ficam com pena dos estupradores pq a culpa é da cultura e do machismo nao dos monstros bandidos” e “quem defende porte de arma para mulheres e penas duras pra estupradores & cia nesse país é chamado de fascista”.

Vale chamar a atenção ainda para o fato de que há diferentes críticas ao então presidente, sob os mais variados vieses político-ideológicos, mas nenhum comentário indica apoio a Michel Temer. Inclusive, uma declaração do então presidente dada dias antes, em 15 de maio de 2016, quando em resposta à ausência de mulheres e negros no primeiro escalão do governo interino, ele afirma que está à procura de pessoas do "mundo feminino" para três vagas importantes no governo, é invocada em comentários, como no caso: “repudia, mas pratica as mesmas violências contra as mulheres, marginalizando e as colocando em mundo paralelo, o mundo feminino”.

Quadro 15 - Constelações da 14ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Contexto político	19
Ironia/Críticas à demora em se posicionar	06
Defesa das mulheres	03
Críticas à simples indignação	02
Religiosos	03
Apelo por punição	07
Ataques a Temer	05
Desconexos	01

*15) Vítima de estupro coletivo adere à campanha contra violência*

As críticas à imprensa neste caso aparecem como um pedido para que os veículos “deixem em paz” a vítima e “parem de publicar” coisas sobre a vida dela. Por outro lado, a culpabilização da adolescente também segue em evidência nos comentários. Desta vez, no entanto, atravessada por um novo componente, que é a criminalização dos bailes funk. A título de exemplo, temos: “Ela também deveria aderir a campanha anti baile funk, antifunkeiros e anti drogas também”. Outros elementos do machismo e da cultura do estupro também acompanham os ataques ao estilo musical e à adolescente: “Deveriam se unir contra essa cultura ignorante de baile funk, carnaval,....É assim q as mulh brasileiras são conhec lá fora...”.

Destacamos ainda o acionamento da religião como forma de justificar a violência: “a palavra de Deus diz que aquele causador do pecado, também peca. Ande pelos bons caminhos e nada acontecerá!”

Quadro 16 - Constelações da 15ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas à mídia	02
Culpabilização da vítima	06
Criminalização do funk	03
Religiosos	02
Apelo por punição	02
Desconexos	01

*16) Jogador do Boavista é suspeito de participar de estupro coletivo no Rio*

A postagem de O Globo, embora com o mesmo teor de outra de um veículo de notícias esportivas, traz uma particularidade interessante: o tom de alguns comentários preocupados com a divulgação da identidade do suspeito. Um homem escreve: “Acabaram de assinar a sentença de morte do cara, mesmo se ele for inocente” e outro responde: “Concordo. Do jeito que o povo é, já vai partir pra cima do

maluco...”. Com 20 anos na época, omeio-campista do Boavista Sport Club teve a identidade revelada logo no início das investigações, quando chegou a ser preso preventivamente porque deixou o baile com a jovem, uma amiga dela e outro homem, Raí de Souza, que as investigações apontaram ter sido o autor dos vídeos em que a adolescente aparece desacordada e foi condenado a 15 anos de prisão.

O temor dos leitores, no entanto, não se confirma, quase quatro anos após o ocorrido e inocentado, Lucas acaba de assinar contrato com a Portuguesa-RJ (02 de janeiro de 2020) após passagem pelo Vasco da Gama. Uma busca rápida indica que as notícias associando o nome do jogador ao caso são ainda de 2016. Depois disso, ele seguiu sendo notícia apenas em transações esportivas.

Quadro 17 - Constelações da 16ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas à mídia	02
Defendendo preservação da identidade do suspeito	02
Apelo por justiça	03
Desconexos	03

*17) Por que o estupro coletivo é o retrato de uma sociedade doente. A partir das 20h em <http://istoe.com.br>*

Ao fazer algumas escolhas narrativas para a reportagem de capa sobre o estupro, a IstoÉ acaba motivando comentários sobre o papel da sociedade em acontecimentos deste tipo. No entanto, o uso de expressões como “barbárie” e “sociedade doente” mais uma vez promove o apagamento das questões culturais que alimentam e naturalizam a violência contra a mulher. O tom dos comentários é, por um lado, punitivista, entendendo a sociedade como ente que deveria empregar penas mais duras para evitar crimes como esse, por outro, de indignação, de sujeitos que se sentem atacados enquanto parte dessa sociedade “doente”, como no exemplo: “Vocês esquecem que quem fez isso a garota são criminosos traficantes. Doente é a mídia que toma a sociedade como bandidos...”. A interpretação, no entanto, varia. Há

também comentários elogiando a abordagem da revista: “FINALMENTE alguém noticiando direito, achei que esse dia nunca chegaria”.

Alguns comentários destoam um pouco por trazer novos elementos à discussão. Um sujeito na rede publica um quadrinho que apresenta um ciclo da cultura do estupro no Brasil. Nele, primeiro aparecem homens incentivando ou se mostrando coniventes com esse tipo de violência. Na sequência, aparecem os apelos punitivistas quando um caso como o da menina do Rio se torna público. Para completar, essas mesmas pessoas negam a importância do feminismo, do combate à cultura do estupro e, voltando ao início do ciclo, passam a alimentar novamente sua prática.

Figura 3 - Tuite de sujeito na rede ilustrando a cultura do estupro



Fonte: Reprodução Twitter

Dentro do contexto político, outro sujeito traz para a discussão o caso do ex-prefeito de Realeza (PR) e ex-assessor especial da presidência da República, Eduardo Gaievski (PT), condenado em pelo menos sete processos por estupro de vulnerável (menor de 14 anos). A abordagem segue a lógica de não discutir a violência e como promover alguma transformação social, mas relacionar adversários políticos a atrocidades sempre que possível. Na mesma linha, um perfil nomeado @JovensDeDireita compartilha um texto postado no Facebook do mesmo grupo com



a pergunta: “Quer saber como surgiu a cultura do estupro criada pela esquerda? Leam”.

Quadro 18 - Constelações da 17ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Revolta com impunidade	09
Contexto político	03
Criminalização do funk	01
Apoio à IstoÉ	03
Críticas à mídia	03
Inferências sobre o papel da sociedade	06
Denúncia cultura do estupro	01
Desconexos	01

*18) 'Me sinto um lixo', diz adolescente que sofreu estupro coletivo*

A postagem dessa notícia de O Globo destaca-se por uma série de fatores: em primeiro lugar, chamamos atenção para as discussões travadas nos comentários, que transformam a publicação numa espécie de chat. A remoção de alguns comentários, as indicações de denúncias de usuários da rede e a suspensão de perfis, no entanto, impedem o acesso ao que parecem ser ataques mais violentos à adolescente. Além disso, muitos comentários poderiam ser encaixados em mais de uma constelação de sentido. As discussões podem trazer apoio à vítima, ataques ao feminismo, viés religioso ou apelo por punição, por exemplo.

Nas discussões, a maior parte delas motivadas por ataques à adolescente ou por comentários que levantam dúvidas sobre o estupro, alguns sujeitos na rede passam a dirigir sua artilharia ao feminismo, por exemplo: “eu queria entrar num pub sem camisa mas n posso e nem por isso reclamo ja o MOV feminista sai chorando na rua”. Os que destinam exclusivamente a culpabilizar a vítimas, como nos casos “mas ela antes do suposto estupro já era um lixo de pessoa” e “VAI SE FODER PORRA, mina

tá se fazendo de vítima no bagulho, se voltar pra favela de novo vai rodar !!” provocam uma série de comentários de revolta e lamento, como neste caso: “cara... doi muito ler isso. Doi mais ler vocês sendo nojentos e rindo dela”. Ao menos duas pessoas na rede também mencionam a existência de supostos áudios para atacar a adolescente: “tem áudio dizendo que ela queria que tivessem 50 homens comendo ela, biscoito” e “.. Essa mina é doidinha ..Ja tem o áudio rolando que ela quis ..ai fica a duvida ... A Santinha ou A Diabinha ??”.

Numa crítica à abordagem jornalística encontramos também apoio à jovem. Um sujeito na rede escreve: “porraaaaaa parem de mostrar a foto da menina, parem de expor a imagem dela , que merda!”. A imagem que ilustra a postagem de O Globo no Twitter, embora distorcida, é da vítima. A essa altura, ainda que a imprensa não mencione o nome da adolescente em nenhum momento por ser menor de idade, a identidade já circula em comentários e fotos dela retiradas de seus perfis em outras redes sociais também são usadas para justificar a violência que sofreu.

Quadro 19 - Constelações da 18ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Apoio à vítima/Feminismo	33
Discussões entre sujeitos na rede	79
Apelo por punição	08
Ataques à vítima	16
Juízo moral	06
Ataques ao movimento feminista	14
Contexto político	04
Religiosos	01
Críticas à mídia	02
Desconexos	15

*19) Polícia faz perícia em suposta casa onde aconteceu estupro coletivo na Zona Oeste*

A escolha pela expressão “suposta casa” vai acarretar novamente críticas à abordagem da imprensa. “suposta casa???” É tipo “bora confirmar se é uma casa msm”?”, escreve um sujeito na rede. Outra pessoa complementa: “@JornalOGlobo mais uma vez a palavra “suposta”; é suposta casa, suposto estupro, supostos estupradores. É isso? #EstuproNaoECulpaDaVitima”.

Chama a atenção também o uso de uma hashtag por um sujeito na rede que, primeiro, fala sobre a circulação de vídeos nos quais a jovem diria “praticar isso toda a semana” e classifica o caso como “mais uma falsa denúncia de estupro”. Ao ser confrontado sobre suas declarações, ele responde: “Meu pai não me ensinou a estuprar, me ensinou a respeitar #Minha MasculinidadeNaoFomentaCrime”. O print dos comentários foi feito em julho de 2019. Uma nova busca, em 12 de janeiro de 2020 mostra que o perfil responsável pela postagem foi suspenso. De acordo com o Twitter, essa mensagem é exibida quando determinado conteúdo viola as regras da plataforma.

Quadro 20 - Constelações da 19ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Ataques à vítima	01
Apoio à vítima	01
Machismo/Misoginia	01
Críticas à mídia	01
Apelo por punição	01

*20) Ex-namorado de vítima de estupro coletivo diz que crime é invenção*

O destaque a uma declaração do rapaz que chegou a ser considerado suspeito e depois foi absolvido tem algumas nuances. Ele iniciava uma carreira como jogador de futebol, na qual é conhecido como Lucas Perdomo. A notícia do Estadão, no entanto, exclui o sobrenome usado por ele na carreira e o chama de Lucas Duarte Santos. O tipo de relacionamento que ele teve com a vítima também não fica claro nas

declarações de nenhum dos dois, mas o veículo opta por chamá-lo de ex-namorado no título, o que parece associar relevância ao que ele diz. Nos comentários, temos dois movimentos principais, um de suporte à vítima e questionamento sobre a declaração dele e outro que levanta dúvidas sobre a ocorrência do estupro. Alguns exemplos do tom de dúvida que passa a pairar sobre o caso: “A polícia do Rio investigando ainda. Avó disse q vítima voltou ao local do "estupro" p buscar o celular. Estranho. Melhor aguardar” ou “@falecomaemy aqui em Bauru teve um caso parecido há uns dois anos. A "vítima" na época assumiu a invenção depois de uma semana” e ainda “N sei vcs mas eu não confio em uma pessoa que vive no meio dos traficantes e gosta de uma putaria”.

Além disso, a criminalização do funk, críticas à legislação aliadas a pedidos de punição para os estupradores e o contexto político voltam a aparecer nos comentários. A deputada petista Maria do Rosário é lembrada: “enquanto vagabundo tirar sarro da polícia, e ainda as Maria do Rosario apoiando a raça e fazendo textão, nada mudará. Vala neles!”. O caso da parlamentar gaúcha merece destaque por ser alvo de ataques frequentes nas redes sociais e nas caixas de comentários dos sites de notícias. Um dos principais nomes associados à defesa dos direitos humanos no cenário nacional, Rosário é constantemente atacada sempre que o tema entra em pauta. A deputada teria se tornado alvo ainda nos anos 1990, quando presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e era chamada para ajudar em negociações com presidiários ou menores infratores durante motins. Depois de eleita deputada federal, ela se manteve fiel à pauta e chegou a chefiar a Secretaria de Direitos Humanos no governo Dilma. Céli Pinto, ao analisar a motivação para os ataques à parlamentar em reportagem do jornal Zero Hora, afirma que, no Brasil, os direitos humanos são muito mal entendidos.

Aqui temos um discurso de que bandido bom é bandido morto, de que criança na cadeia é bom. A impressão que eu tenho é que o sentimento da população é de vingança, não de justiça. Acho que a Maria do Rosário sofre porque é a figura mais lembrada quando se fala em direitos humanos no Brasil (Fonte: <http://bit.ly/2UjTZ4Y> acesso: 02 dez. 2020).

Há ainda um sujeito que faz um trio de tuítes pedindo cautela no julgamento de tudo que sai na mídia e afirma: “ESCÂNDALOS POLÍTICOS OU DE OUTRAS NATUREZAS É TUDO Q/ A MÍDIA QUER. ISTO NÃO SIGNIFICA QUE DEVEMOS IGNORAR. TEMOS Q/ EXIGIR APURAÇÃO”.

Quadro 21 - Constelações da 20ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Apoio à vítima/Questionamentos sobre a declaração do ex	12
Culpabilização da vítima	05
Levantamento de dúvidas sobre a ocorrência do estupro	15
Criminalização do funk	01
Apelo por punição/Mudanças na legislação	3
Contexto político	01
Desconexos	02

*21) Exclusivo; #ConexãoRepórter, Roberto Cabrini entrevista a vítima do estupro coletivo no RJ a brutalidade chocou o BR*

A escolha de tal postagem se dá não pelos comentários desencadeados nesse tuite, que apenas comunica sobre o programa que irá ao ar na emissora de TV a respeito do caso, mas em razão da abordagem do veículo e de todas as potencialidades que serão exploradas por esse nicho de comunicação. A publicação do SBT no Twitter tem apenas sete comentários, um de apoio à vítima, um de crítica à abordagem midiática, um levantando questionamentos que indicam a culpabilização da jovem e os demais a respeito da exibição na TV, dia e horário.

Entendemos válido, no entanto, destacar alguns outros elementos presentes na postagem e que indicam o tom da abordagem. Antes de tudo, a expressão “exclusivo” comunica que algo que não foi visto até então será transmitido apenas pelo Conexão Repórter. O nome do apresentador também ganha destaque, valorizando seu papel enquanto entrevistador. “Brutalidade” e “chocou” são outras duas palavras escolhidas para impactar quem lê a postagem e despertar o interesse pelo que irá ao ar na televisão. O destaque principal, no entanto, vai para a imagem que ilustra a postagem:

De frente, sério, olhando para a câmera, o apresentador Roberto Cabrini. Ao fundo, de costas, de chinelos, short, camiseta e cabelos presos num coque, a jovem vítima de estupro. O ambiente parece ser a casa dela, onde é possível vislumbrar brinquedos no sofá – remetendo ao filho pequeno que ela tem e cuja existência vem sendo explorada, ajudando a construir a imagem da adolescente.

Figura 4 - Frame usado pelo SBT para ilustrar a postagem no Twitter



22:40 - 27 de mai de 2016

Fonte: Reprodução Twitter

Em entrevista ao programa Ver TV, da TV Câmara, de 22 de junho de 2016, a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Vieira, fala sobre a cultura do estupro como uma “licença que a sociedade dá aos estupradores para atacarem as mulheres”. A abordagem policialasca de alguns programas de televisão também é destaque na discussão, que gira em torno do modo como as mulheres são expostas como objeto de desejo pela propaganda ou alvo de uma violência naturalizada nas novelas e no jornalismo.

A abordagem do SBT, oito anos depois, ainda repete aquilo que ficou célebre e foi muito criticado nas discussões sobre a cobertura midiática no caso Eloá. Na já mencionada entrevista à Agência Patrícia Galvão, Livia Perez, diretora do documentário Quem Matou Eloá? afirmava: "Vejo que esse tipo de abordagem sensacionalista de espetacularizar continua acontecendo muito com as camadas mais

pobres. Acho que estamos avançando a passos lentos na discussão sobre a mulher mas ainda há uma exploração da miséria muito forte na mídia".

Quadro 22 - Constelações da 21ª notícia compartilhada no Twitter

Constelações	Número de comentários
Apoio à vítima	01
Críticas à mídia	01
Culpabilização da vítima	01
Questionamentos ou respostas sobre a exibição do programa na TV	04

*22) "Parem de me culpar", diz adolescente vítima de estupro coletivo*

Essa postagem traz uma particularidade: a culpabilização, que em alguns momentos foi dirigida somente à vítima, agora espalha-se para "as mulheres", "as mães", "a família" da jovem. Um sujeito no Twitter, por exemplo, afirma: "Mulheres, vamos colocar verdadeiros HOMENS no mundo. Chega de compactuar com os fracos "machões". ☞☐ Mulher que bate palma p 'machão'". Outro escreve: "As meninas são ensinadas pelas. Mães e mídia a serem objetos sexuais. Expõem suas genitálias para atrair machos e acasalar". Questionado sobre sua declaração, este último comentarista escreve: "Quem cria e ensina os meninos a serem machistas e verem mulher como objeto são outras mulheres, as mães . Ensinem seus filhos". Em abordagem semelhante, mas ampliando para a família da jovem, outra pessoa comenta: "a única pergunta que me faço e onde estava a família da garota até hj??? Como deixaram ela chegar nessa situação, tão vulnerável?". Outra afirma: "os pais dessa menina são os verdadeiros culpados. Isso já dizia minha mãe".

Outra particularidade é que um sujeito na rede vê a necessidade de fazer a defesa dos homens. Afirma ele: "Homem tem ódio de estupradores, até memo bandido. Ninguém q eu conheço esta defendendo esses monstros. Não somos estupradores".

O título da notícia está alinhado com o que é possível aferir nos comentários: quatro indicam apoio à jovem, enquanto seis a atacam diretamente, além daqueles que vão se direcionar às mulheres, ao feminismo, à família, à sociedade, criminalizar

o funk ou focar na punição aos estupradores, mas dando pouca importância à vítima ou à cultura do estupro. A título de exemplo, temos: “então prove que você é vítima e inocente”.

Quadro 23 - Constelações da 22ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Solidariedade à vítima	04
Críticas à mídia	02
Culpabilização das mulheres	07
Desconexos	07
Ataques/Culpabilização da vítima	06
Culpabilização da família	02
Apelo por justiça/Punição	02
Criminalização do funk	01
Defesa dos homens	01
Ataque ao feminismo	02
Feminismo/Sororidade	02

*23) PM faz operação e detém suspeito de ter participado de estupro coletivo*

O princípio de desfecho do caso, diferente de tantos outros momentos da cobertura, gera pouca mobilização dos sujeitos no Twitter. As poucas interações são sobre o trabalho da polícia, ainda questionando o estupro outrazendo para o debate o caso Escola Base. Um sujeito escreve: “Se ouve crime deixe a polícia investigar, não podemos é ter um novo escola base” e outro responde: “este caso ha evidencia postada pelos proprios agressores na net. o caso nao tem qualquer relação com escola base”.



Pois é no mínimo curioso que o episódio, um dos mais emblemáticos da cobertura jornalística no Brasil, seja mencionado em tal situação. No caso Escola Base<sup>55</sup>, ocorrido nos anos 1990, três casais proprietários de uma escola de educação infantil foram acusados de promover orgias sexuais com as crianças. Pressionada pela imprensa e pela opinião pública, a polícia avança na investigação, embora não encontre provas contra os suspeitos. No final, as famílias acabam inocentadas, mas depois de quase serem linchadas, as escola ser depredada e suas vidas acabarem impactadas para sempre. Ao que tudo indica, a ocorrência é lembrada para, mais uma vez, por em dúvida a violência sofrida pela jovem. A única relação que poderia ser estabelecida entre os dois, no entanto, não parece ser aquela que ocorre ao sujeito que propõe o debate. O linchamento virtual, a mobilização social a partir da abordagem midiática e a falta de rigor na apuração talvez pudessem ser elementos elencados para uma discussão mais aprofundada, o que não ocorre. Os ataques virtuais no caso do estupro, no entanto, não são dirigidos aos suspeitos – alguns deles condenados posteriormente -, mas à vítima, em vulnerabilidade suficientemente explícita nas imagens, cuja divulgação por si só já configuram crime.

Quadro 24 - Constelações da 23ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Referência ao caso Escola Base	02
Papel da polícia	02
Levantamento de dúvidas sobre o estupro	01
Reflexão sobre o sistema	01

*24) Ex-chefe da Polícia Civil critica o delegado do caso do estupro coletivo*

Investigadores indicam não ter dúvidas sobre o caso e suspeitos já foram presos, mas nos comentários o tom ainda é de questionamento. Um sujeito nas redes afirma: “esse estupro ta muito estranho.como uma pessoa passa por uma situação dessa e age normalmente ? Muito estranho”. Outro entra num diálogo em que argumenta que

<sup>55</sup> Disponível em: <http://bit.ly/2sWhxlb>. Acesso em 25 jan. 2020.

a vítima não teria como ter contado o número de violadores: “pergunta técnica, quem contou 30 a desacordada?”. Quando recebe como resposta que não importa a quantidade, mas o crime, responde: “desculpe mais vc não entendeu nada, eu disse técnica, um crime tem que ser bem explicado!”.

Outro caso de estupro emblemático, que havia vindo à tona no ano anterior e já mencionado em comentários é novamente trazido para a discussão. Em 2015, ao participar do programa *Agora é Tarde*, da rede Bandeirantes, apresentado por Rafinha Bastos, Alexandre Frota narra em tom de piada ter estuprado uma mãe de santo anos antes<sup>56</sup>. A plateia ri e aplaude em uma cena dantesca, na qual não há qualquer indício de constrangimento. Em 2018, Alexandre Frota, até então mais conhecido como ator, por muitos anos contratado da Rede Globo e posteriormente de filmes pornográficos, acabaria eleito deputado federal pelo PSL, com mais de 150 mil votos – 16º candidato mais votado no Estado de São Paulo -, na esteira de Jair Bolsonaro e de uma campanha alicerçada no endosso da violência, do direito às armas, e de declarações misóginas.

Quadro 25 - Constelações da 24ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas ao sistema de justiça	01
Apoio à vítima	02
Culpabilização da vítima	05
Contexto político/Referência ao caso Frota	02
Desconexos	02

### *25) PM libera suspeito de estupro coletivo por falta de provas*

A notícia de que um suspeito foi liberado provoca, nos comentários, uma onda de novas suspeitas sobre a vítima e mesmo sobre a existência do crime. Um sujeito na rede procura construir a tese de que a adolescente consumiu drogas e fez sexo

<sup>56</sup> Disponível em: <http://bit.ly/3aEibVr>. Acesso em 25 de jan. 2020.

consentido com todos os homens, mas que não admitiria por pressão da família. A expressão mais repetida por ele é que há pontas ou fios soltos na história. Para tanto, acusa a imprensa de não investigar suficientemente o caso e defende que o único crime seria a divulgação das imagens. O Estatuto da Criança e do Adolescente considera estupro em qualquer hipótese sexo com crianças e adolescentes menores de 14 anos. Entre 14 e 18 anos, para que haja estupro, deve haver constrangimento, fraude, exploração, violência ou ameaça. O sujeito utiliza ainda em defesa de sua argumentação o link de outra notícia publicada por O Globo, cujo título é: Família dispensa advogada que defendia vítima de estupro.

É interessante refletir sobre os atravessamentos presentes na leitura que o mencionado sujeito faz do caso. Ele mesmo busca referências no que vem sendo publicado nos veículos da mídia hegemônica, que controla parte da narrativa sobre o caso. Fala sobre a importância de procurar fios soltos, que essa mesma imprensa não estaria perseguindo, fala na necessidade de um jornalismo investigativo. Todo o imaginário que circunda o caso, no entanto, em especial esse ao qual ele faz referência, que duvida do crime e apresenta a vítima como uma mulher que fazia sexo com dezenas de homens por vontade própria, vai sendo arquitetado com elementos que estão presentes na narrativa jornalística, ainda que disfarçados de notícia ou amparados em conceitos jornalísticos como objetividade e neutralidade.

Quadro 26 - Constelações da 25ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Defesa do suspeito	01
Críticas à mídia	05
Levantamento de dúvidas sobre o estupro	12
Apoio à vítima	03
Críticas à impunidade	03
Contexto político	01

## *26) Família dispensa advogada que defendia vítima de estupro coletivo*

Comentários na postagem evidenciam alto índice de pessoas que não lê a notícia, emitindo opinião apenas a partir da chamada no Twitter. Um sujeito escreve: “alguém levava essa mulher a sério? É cada um que se diz advogado...kkkkk”. Outro comenta: “Não devia nem ter aceito essa advogada, mas antes tarde que mais tarde”. Há também os que fazem o papel de explicar aos demais o que consta na notícia: “vcs são asquerosos. A vítima entrou para o Programa de Proteção, por isso a dispensa da advogada” e os que se revoltam com a chamada escolhida pelo jornal: “ela não trocou de advogado, ela está sob programa de proteção à testemunhas. tá escrito na matéria, mas eles gostam de manchete sensacionalista”. Vale destacar que foi Eloísa quem conseguiu o afastamento do delegado Alessandro Thiers, primeiro responsável pelo caso, por criminalizar e culpabilizar a vítima.

O tom dos comentários permite ainda depreender que os ataques à advogada são motivados principalmente por sua aparência. Alguns deles: “para se entrar num foro é preciso estar de social, como pode uma advogada representar alguém assim???” , “Sapatã Robin Hood sifuhahahahahahha”, “Essa mulher é muito esquisita mesmo! #CPILEIROUANET #10MedidasMPF #AvanteTemer”. Há ainda comentários apagados, mas que receberam respostas como: “@silvioluiz @JornalOGlobo estivadora?!.... só porque ela não segue o padrão que você acha que ela deve ter de mulher? #vtnc”.

É interessante observar que se, por um lado, grande parte das pessoas indicam não ter lido a matéria sobre a qual comentam, também há indícios de que, ao menos alguns dos sujeitos que interagem a partir dela, fizeram uma busca mais aprofundada sobre a vida da advogada Eloísa Samy. Há observações como: “Se fudeu. Vai pedir asilo político no Uruguay” e “O delegado q ela queria fora do caso já deu-lhe voz de prisão por arruaça q ela fez as ruas!”. Eloísa foi presa em junho de 2014, às vésperas da Copa do Mundo no Brasil, por envolvimento nas manifestações de 2013 e 2014 no Rio de Janeiro, e chegou a pedir asilo na embaixada do Uruguai<sup>57</sup>. Ativista feminista e do movimento LGBT, Eloísa também é atacada nos comentários por ser homossexual, em uma lógica de lesbofobia muito característica das redes: “ela parece com meu tio” e “eloisão” são exemplo.

---

<sup>57</sup> Disponível em: <http://bit.ly/38MevPX>. Acesso em 26 de jan. 2020.

Quadro 27 - Constelações da 26ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Ataques à advogada/Lesbofobia	17
Explicações/Apoio à vítima/Revolta com outros comentários	06
Ataques ao feminismo	03
Contexto político	03
Não leu/Não entendeu	04
Desconexos	07

*27) Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo; delegada recebe caso*

Os comentários se dividem, na maior parte, entre os que comemoram o afastamento do delegado e aqueles que o defendem e seguem culpabilizando a vítima. A título de exemplo, temos: “Lamentável um "delegado", após um vídeo daqueles ter coragem de questionar a vítima. Só neste país...” e “As "acusações" q a "meninhina" fez contra o delegado no Fantástico,são,por si só,insuficientes para se dizer que o delegado errou”. Evidencia-se também comemoração pelo fato de uma mulher estar assumindo o caso. Por outro lado, “esquerda” e “mídia” são colocadas num mesmo arcaçouço, indicando que, na compreensão do sujeito na rede, é aquele que “defende” a vítima: “estupro é crime e deve ser punido. Ponto. O problema é Q a esquerda e a mídia como sempre... usam os casos para seus interesses doentios”.

Quadro 28 - Constelações da 27ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Sobre troca de delegados no caso	06
Ataques à mídia/Contexto político	02
Culpabilização da vítima	03

Desconexos	01
------------	----

*28) Laudo tardio de vítima de estupro coletivo não aponta violência*

Prevalecem as dezenas de comentários levantando dúvidas sobre a existência do crime e culpabilizando a vítima. Muitos deles usam argumentos baseados no que chamam de “estado físico” e “emocional” da jovem para argumentar que ela “não parece” ter sido vítima de estupro. “nem falo nada pois está muito estranho. Uma mulher estuprada por uma pessoa tem sequelas que podem se constatadas, como por 33 não?”, escreve um sujeito na rede. Outra pessoa afirma: “O que me chama atenção é o estado emocional de uma adolescente que foi violentamente estuprado por 33 homens. Incompatível”. E ainda: “Então, eo estado físico? Nem internada no hospital ela foi! E andando normalmente depois do "estupro" feito por +d30". A postagem também serve de espaço para ataques às feministas: “chupa feminazes” ou com, no mínimo, compreensões distorcidas sobre feminismo: “gente se alguém for condenado nesse caso sem provas sem ampla defesa contraditório vai ficar provado somos extremamente feminista”.

Outro aspecto que chama a atenção é a menção ao já citado episódio do Conexão Repórter, apresentado pelo jornalista Roberto Cabrini, indicando que a abordagem reforça, na compreensão de seus espectadores, a interpretação de que “ela teve o que procurou”: “Pelo que se assistiu ontem no Conexão Repórter, ela procurou o que achou A mãe já previa o acontecido , as amigas também”.

Algumas pessoas, embora em número bem menor, preocupam-se em argumentar com os demais e apresentar algumas explicações. É o caso de um sujeito na rede que responde com um trecho do código penal que define o que é estupro a outro que havia afirmado: “você ser estuprada por 33 e não ter uma marca de violência? Hummm..no minimo estranho”.

Vale atentar ainda para o uso de alguns elementos que vão sendo apresentados na mídia ao longo dos dias a respeito da jovem ou boatos que circulam na internet para a construção da imagem dela como culpada. São exemplos citados nos comentários desta postagem: “ha esqueci q ela tava com fuzil na mão e era conhecida na favela como garota d programa entao agora ela é santa”, “ha e ela usava drogas pq ninguém fala isso q ela so usava pq se prostituia”, “Quero saber quando que vão investigar as fotos da menor com FUZIL DE ASSALTO RESTRITO AO

@exercitooficial !!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!”, “as gravações estão ai pra quem quiser ouvir,uma amiga dizendo q ela faz isso com frequência...”, “vcs não procuram saber das notícias,ai se vitimizam,procure os áudios dela e pronto,estupro cai por terra”, “deu pqquis,pq gosta de ver a vara entrar,pq é safada...”, “ai q esta,ela não foi,já era de seu costume trepar com muitoooooosss”.

Quadro 29 - Constelações da 28ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Dúvidas sobre o estupro/Culpabilização da vítima	36
Revolta com os comentários	06
Ataques ao feminismo	02
Desconexos	03
Contexto político	01
Referência à mídia	06
Questionamento sobre o significado daquilo que consta na chamada da matéria	04
Explicações legais sobre estupro	01

*29) Delegada confirma que houve estupro coletivo contra adolescente no Rio*

A relativização do que aconteceu com a jovem manifesta-se de diferentes formas justamente na postagem em que a delegada confirma o crime. Um dos comentários, bastante emblemático, traz uma montagem com supostas fotos da jovem empunhando armas. Rosto e nome dela em evidência junto com uma frase que teria sido escrita pela adolescente no Facebook “Vou pro baile do Mandela só pra dar pra vagabundo”. Em amarelo, sobre as imagens, as perguntas: “E a cultura de admirar bandido??? Ninguém fala???” Junto com a imagem, o sujeito na rede escreve: “Q eles sejam presos por estupro e ela por apologia ao tráfico, muito justo né?”.

A delegada também é atacada por aqueles que discordam do desfecho que se anuncia: “logico que esta delegada vai querer aparecer pra depois entrar na politica, assim aconteceu no caso bruno”. Edson Moreira, delegado responsável pelas investigações do crime envolvendo o ex-goleiro Bruno, foi eleito vereador de Belo Horizonte em 2012, pelo PTN. Em 2014, conquistou uma cadeira na Câmara Federal pelo PR, mas não conseguiu ser reeleito em 2018. Moreira foi destaque nas manchetes da imprensa à época do caso Bruno por frases como "Você não vai apanhar mais, não. Você vai morrer!", dita em entrevista coletiva, interpretando o assassino de Eliza Samudio. Há ainda a compreensão de que a delegada está sendo pressionada pela mídia para emitir esse tipo de posicionamento, baseada no laudo tardio já amplamente divulgado: “Ela esta afirmando isso porque é feminista ou porque está pressionada pela mídia? O laudo da perícia deu negativo para estupro”.

Quadro 30 - Constelações da 29ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Ataques à vítima	02
Menção ao caso do goleiro Bruno	01
Dúvidas sobre a existência do crime	08
Ataques à delegada	02
Acusação de que a mídia pressiona pela condenação	02

### *30) Dois suspeitos de estupro coletivo contra jovem são presos*

A prisão dos suspeitos não é suficiente para mitigar as dúvidas sobre o crime nos comentários da postagem no Twitter. Um misto de ataques à adolescente, dúvidas sobre a ocorrência do crime e mesmo pedidos de punição contra elas emergem da rede. Uma pessoa escreve: “A E A GAROTA QUE APARECE EM FOTOS EMPUNHANDO ARMAS DE GROSSO CALIBRE NADA VAI ACONTECER”. Outro afirma: “a "estuprada" quando será presa, pois é tão bandida quanto os estupradores!”, ou ainda: “não teve estupro.. ela é puta, e fim de papo”.



De volta ao contexto político, destacamos um comentário que afirma: “querem abafar lava jato!”. Entre 23 e 27 de maio de 2016, o Jornal Folha de S. Paulo, a TV Globo e o site UOL divulgaram uma série de áudios de depoimentos da operação Lava Jato com gravações que atingiam principalmente lideranças do MDB, como Romero Jucá, do PSDB, como Aécio Neves, e faziam menção a episódio como o recente impeachment da presidenta Dilma Rousseff. É deste período a gravação que se tornaria célebre, em que Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, diz a Jucá que é preciso “botar o Michel num grande acordo nacional” e o emedebista responde “Com o Supremo, com tudo”.

Quadro 31 - Constelações da 30ª notícia compartilhada no Twitter

<b>Constelações</b>	<b>Número de comentários</b>
Críticas aos suspeitos/Pedido de punição ou violência	05
Ataques à vítima	03
Dúvidas sobre o estupro	04
Revolta com comentários	02
Questionamento sobre prisões	02
Contexto político	01
Desconexo	01

#### **4.2.1 Sentidos Reunidos**

Dos tantos sentidos que emergiram da análise dos comentários de sujeitos no Twitter sobre o estupro coletivo no Rio, elencamos alguns que foram se mostrando mais potentes, presentes ou que atravessaram os demais indicando um discurso que merecia um olhar mais atento. Aqui, nos propomos a esmiuçá-los melhor a partir de uma observação do macro, e já não mais de cada postagem individualmente.

A primeira constelação de sentidos que percebemos nos comentários é aquela que diz respeito à cobertura que a imprensa faz do caso. Optamos por nomeá-la *Críticas à*

*mídia*, entendendo crítica como essa capacidade de avaliar uma produção e não necessariamente considerá-la ruim, pois, ainda que a maior parte dos comentários sejam negativos, há também explicações ou endosso ao que produz o jornalismo nas manifestações em rede. Esse sentido emerge, primeiro, muito voltado ao uso da condicional pelos sites de notícias. A expressão “suposto estupro” acaba tornando-se muito característica dessa cobertura e será o principal gatilho para a revolta online com o noticiário sobre o caso. “Suspeita de sofrer estupro”, “possível estupro”, “se houve estupro” são opções de narrativa que seguem na mesma linha, motivando os comentários negativos que marcam, especialmente, o início da cobertura midiática. Chamamos atenção ainda para o que acontece quando a imprensa noticia o fato de o estupro da adolescente ter repercutido na imprensa internacional, o que acaba usado como munição para apontar falhas na abordagem dos veículos nacionais. Comentários negativos também aparecem sempre que os veículos de comunicação utilizam nas matérias fotos da adolescente, ainda que de costas ou sem mostrar o rosto, já que é menor de 18 anos. Conforme a cobertura avança, no entanto, as críticas à mídia ganham outro tom. Passam a aparecer motivadas pelo suposto temor de que os suspeitos sejam equivocadamente condenados, indicando descrença na vítima e clamando por um jornalismo investigativo que vá atrás de “pontas soltas”.

Em seguida, uma outra constelação de sentidos que irá atravessar toda a cobertura de maneira potente, colando-se a outros sentidos e indicando o tom violento das mobilizações desencadeadas pelo caso será o *Apelo por punição*. Destacamos a ideia de justicamento, que ajuda a compor esse sentido. A intenção por trás dele não é que os suspeitos sejam julgados e adequadamente punidos, mas que sofram toda forma de violência, que recebam penas que sequer são empregadas no Brasil, como castração química, prisão perpétua ou pena de morte. O direito de defesa também é evocado para justificar um possível porte de arma que, no entendimento dos sujeitos que comentam, protegeria possíveis vítimas. A eclosão desse sentido traz com ele outras leituras possíveis, como por exemplo a falta de confiança nas instituições que deveriam garantir a segurança, a justiça, o andamento mais ou menos esperado de uma sociedade democrática. Esse *Apelo por punição*, no entanto, não se volta exclusivamente aos estupradores. Conforme o caso avança e as críticas à adolescente crescem, a jovem torna-se também alvo de ataques online. Na última notícia selecionada, um sujeito na rede pede que ela também seja punida por ser “tão bandida quanto os estupradores”.

Ainda nos comentários das primeiras notícias destacadas no Twitter emerge o que classificamos como *Solidariedade à vítima/Feminismo*. Essa constelação de sentido chega a ser maioria em uma notícia em que a adolescente afirma que, quando acordou, tinha 33 caras em cima dela. Ainda que, eventualmente, se configure como resposta a outras postagens que culpabilizam a jovem, indicam uma articulação em rede amparada em ideais de sororidade e dão o tom de uma mobilização a partir do uso de hashtags como #EuNãoMereçoSerEstuprada e #EstuproNãoÉCulpaDaVítima e de filtros nas fotos de perfil das redes sociais em campanha contra a cultura do estupro. Um movimento muito característico dessa cobertura online, quase em tempo real, é o entrelaçamento das narrativas. As articulações dos sujeitos, o que cada um diz em seu perfil, se mistura aos discursos oficiais, que sempre foram priorizadas pelos meios de comunicação, e àquilo que a própria vítima faz no Facebook, suas declarações ou mudanças na foto de perfil. Da mesma forma, as mobilizações de políticos, celebridades ou campanhas em solidariedade à adolescente, também se tornam notícia. Outro elemento relevante dessa constelação de *Solidariedade à vítima/Feminismo* é o fato de ela evidenciar que alguns comportamentos naturalizados ao longo dos séculos já não são mais aceitos facilmente. Há questionamento, há um olhar crítico para situações como o episódio trazido à tona em um comentário, em que o então presidente Michel Temer, ao ser criticado por montar um primeiro escalão composto unicamente por homens brancos, afirma estar à procura de pessoas do “mundo feminino” para ocupar alguns postos importantes.

Um outro sentido que se apresenta desde o início da cobertura do caso e ganha novas camadas ao longo dos dias é aquilo que decidimos chamar *Contexto social*. Ele implica ações como os ataques aos direitos humanos, a criminalização do funk, observações de fundo religioso ou de caráter moral. Às vezes, aparece quase disfarçado de solidariedade à vítima, mas acaba por culpabilizá-la, amparando-se em justificativas infundadas que seguem no imaginário popular, como a de que a roupa, as companhias ou ambiente frequentado pela vítima são as razões para a violência sofrida. Nessa mesma linha, classificamos comentários que culpabilizam as mulheres, as mães ou a família da vítima pelo estupro. A LGBTfobia também desponta nesse caldo social, usada para atacar a advogada da jovem.

Indicamos ainda uma constelação de sentidos que aparece como pano de fundo para muitas das narrativas que vão sendo elaboradas nos comentários e que optamos por chamar de *Contexto político*. Nesse tipo de acionamento percebemos a

menção a personalidades ou situações do universo político principalmente para reforçar posicionamentos. Por exemplo, Jair Bolsonaro é mencionado para defender o porte de armas, a castração química ou penas mais severas para os estupradores. Maria do Rosário é citada para justificar ataques aos direitos humanos e a quem “defende bandido”. Já Dilma Rousseff, citada no título de uma notícia sobre seu posicionamento a respeito do crime, torna-se alvo de ataques pessoais carregados de misoginia e emblemáticos dentro de uma cobertura sobre violência contra a mulher. “Esquerdopatas” ou “reacinhas” também são expressões desse universo que aparecem nos comentários e que são usadas para atacar aqueles de quem se discorda politicamente.

Uma percepção que consideramos importante destacar é que, ao longo da cobertura, vai acontecendo uma mudança no tom dos comentários. Se nas mobilizações desencadeadas pelas primeiras notícias prevaleciam as críticas à mídia e o apoio à adolescente, na 8ª notícia selecionada – o que foi feito em ordem cronológica – já é possível constatar um tensionamento entre os que se solidarizam com a jovem e aqueles que levantam dúvidas sobre o estupro e tentam justificar a violência num movimento que, como categoria, chamamos de *Culpabilização da vítima*. Esse olhar para a adolescente parece ir se tornando cada vez menos empático. Na metade dos posts selecionados, os ataques a ela ainda geram revolta e mobilização contrária, o que vai diminuindo na mesma proporção em que novos elementos sobre sua vida pregressa vão sendo explorados pela mídia ou jogados nas redes sociais. O fato de ter um filho, de frequentar bailes funk, de se relacionar com homens envolvidos no narcotráfico são explorados de modo a justificar a violência sofrida. Nesse sentido, frases de uma amiga, de um dos suspeitos ou da família da adolescente, destacadas em entrevistas à imprensa, se tornam combustível para esses comentários de culpabilização. Na terceira dezena de postagens selecionadas, quando o caso já caminha para um desfecho com suspeitos detidos, em vez de aumentar a solidariedade à adolescente, ocorre justamente o contrário. Crescem as dúvidas, diminuem os apelos por punição, e as críticas à abordagem da imprensa mudam de tom, amparadas em um possível temor de condenação equivocada. A narrativa produzida por programas como o Conexão Repórter, do STB, também é usada para justificar os ataques que crescem contra a adolescente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Raízes profundas nos fazem violentos. Poderíamos voltar à história mais antiga ou, em se tratando de Brasil, ao processo de colonização que subjugou, matou, escravizou e roubou terras a fim de garantir o poder das elites. Esse desejo de dominação teria, justamente, levado aos problemas com os quais essas mesmas elites seriam incapazes de lidar e acumulariam-se, alimentando a violência: concentração de riqueza, desigualdade social, criminalidade (Bernaski e Sochodolak, 2018). Violentos, nos tornamos autoritários com o objetivo de controlar a violência. Pesquisa de 2017 realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)<sup>58</sup>, em conjunto com o Datafolha, mostrou que o medo da violência é uma das principais razões para que o brasileiro tenha propensão a posições autoritárias.

Seja revisitando o processo de construção social ou voltando a atenção para dados recentes, a violência apresenta-se como elemento arraigado à identidade nacional. O avanço da pesquisa centrada nos comentários dos atores no Twitter a partir das notícias sobre o estupro coletivo no Rio escancarou aos nossos olhos a essência violenta que nos atravessa enquanto sociedade e o quanto ela está normalizada na cultura. A brutalidade no tom do discurso em rede é facilmente percebida e, ao mesmo tempo, explorada pela mídia como forma de atrair a audiência. Esse ímpeto violento descortina-se com diferentes nuances, recortes – que levam em conta marcadores como gênero, raça e classe –, mas consolidando-se como um elemento constituinte dos sujeitos, que impacta tanto a leitura que fazem dos acontecimentos, quanto as possíveis soluções que discutem para eles.

Chamamos atenção para o binarismo que emerge desse discurso punitivista, que parece não considerar qualquer nuance existente entre a impunidade e a castração química, a pena de morte ou o estupro dos suspeitos. Além disso, dentro da disputa de discursos que apelam por punição, atores de espectros completamente diversos acabam por se encontrar. Nossa percepção é de que a natureza do crime, aliada à plataforma onde ele é discutido, acaba por afastar os sujeitos de um debate racional e mergulhá-los em discussões carregadas de emoção que, embora tenham motivações diferentes, culminam em apelos por punição bastante próximos.

---

<sup>58</sup> Disponível: <http://bit.ly/2tt1rQq> Acesso: 02 de fev. 2020.

Destacamos também a tomada de posição sobre os mais diferentes temas como outro aspecto que se evidencia ao longo da análise dos dados – em muitos momentos, atravessada pela violência. Nos parece, no entanto, que os atores nas redes não levam em conta o peso da imprensa hegemônica no conhecimento compartilhado, que nos condiciona mesmo quando o tensionamos e refletimos sobre ele. Um exemplo atual e várias vezes mencionado ao longo da análise diz respeito ao contexto político e à ideia de polarização como algo natural, espontâneo. Em verdade, o que percebemos é uma construção, que vai se dando mais ou menos explicitamente, opondo o que não necessariamente é oposto, trazendo sempre entes diferentes para um mesmo campo de debate e os apresentando como lados opostos, com um mesmo grau de relevância e merecedores de espaço semelhante, a partir da tão abordada lógica jornalística de imparcialidade e objetividade.

A construção dessa oposição pode ser mais ou menos óbvia, passando, por exemplo, por recursos como o jornalismo declaratório, que não tensiona aquilo que é dito, apenas reproduz, pelas mais diferentes razões – estruturais e econômicas, de corte nas empresas jornalísticas, de despreparo profissional, de interesse exclusivamente na audiência, de posicionamento político (ainda que não declarado) da empresa de comunicação –, transmitindo a ideia de noticiar, quando em verdade presta um desserviço ao não aprofundar e complexificar o que é dito. O tom policial é outra característica da cobertura midiática que impacta na compreensão dos atores em rede. Ele se evidencia na escolha das fontes e na quase inexistente discussão ampliada do tema, que acaba restrito ao caso explorado em suas diversas nuances. No que diz respeito à linguagem, os primeiros indícios dos enquadramentos de sentidos que as notícias apresentam já estão nos títulos ou chamadas no Twitter e, especialmente, nas escolhas dos verbos e sujeitos. A polícia, principal fonte das notícias, “investiga”, “identifica”, “faz”, “afasta”, “libera”. As demais pessoas ouvidas, quando recebem esse espaço de destaque, costuma ser por uma frase de impacto, com potencial de audiência, que invariavelmente vem seguida do verbo “diz”, uma espécie de salvo-conduto ao jornalista, que entrega a responsabilidade àquele que deu a declaração.

Ao pensarmos a violência contra a mulher e a cultura na qual ela cria raízes, esses aspectos de uma polarização construída ganham novas camadas. Assim como é explorada, na busca por elementos cada vez mais chocantes, a violência e a cultura do estupro também são naturalizadas. Quando o jornalismo opta por trazer

declarações que culpabilizam a vítima de violência sem confrontá-las, ele justifica essa violência e reforça padrões sociais estruturados sob essa lógica. Ao mesmo tempo, joga no sentido de explorar ao máximo a figura da vítima, seja trazendo episódios de sua vida pregressa que tenham potencial de audiência ou do contexto social em que ela vive e que, da mesma forma, irão ecoar ao entrar em choque com valores morais ou religiosos que balizam a sociedade ocidental, cristã, heterocisnormativa. A abordagem que individualiza, tratando o estupro como monstruosidade ou doença, é outro elemento evidente na narrativa jornalística, que encontra eco nos comentários em rede e serve ao apelo por punição e por mais violência. Dar uma cara ao monstro simplifica a abordagem e impede uma discussão mais profunda, que também precisaria levar em conta aspectos da própria produção midiática.

Ao longo da análise fomos, ainda, percebendo uma característica da discussão no Twitter que nos pareceu relevante e própria dessa plataforma. Trata-se do acionamento de uma memória para reforço de um argumento. No entanto, essa espécie de arquivo, com frequência, é trazida para a nova discussão de maneira enviesada e descontextualizada. Um exemplo que nos levou a essa reflexão é o caso Mão Branca, inserido em um contexto saudosista, que o aponta como um justiceiro do passado, quando estudos indicam que tal personagem nunca existiu. Assim como o apelo a valores morais aparece disfarçado de justificativa para culpabilizar a vítima, episódios antigos extraídos dos mais diversos contextos são usados na construção dessas novas narrativas, não raro atravessadas por elementos misóginos da cultura, que só poderiam ser desconstruídos em uma discussão profunda, quase impossível no universo das redes digitais. Parece-nos que o que acaba por ocorrer é uma nova violência, desta vez simbólica, praticada em rede contra a adolescente vítima de estupro.

Assim sendo, a partir das seis constelações de sentidos que entendemos emergirem dos comentários dos sujeitos no Twitter - *Críticas à mídia, Apelo por punição, Solidariedade à vítima/Feminismo, Contexto social, Contexto político e Culpabilização da vítima* – percebemos uma apropriação que não funciona em mão única, como poderíamos supor a princípio. Jornalismo e atores no Twitter se acionam de diferentes maneiras. O que acaba por se evidenciar é a complexidade da narrativa que, a partir de um ciberacontecimento, encontra espaço na mídia hegemônica por carregar elementos que ecoam na sociedade, em especial a violência, mas vai

ganhando corpo a partir, também, daquilo que é dito nas redes e dos caminhos que esses sujeitos indicam, seja nas críticas à abordagem jornalística ou nos indícios do fortalecimento de um discurso feminista. O que nos parece, no entanto, é que os sujeitos na rede acreditam ter um protagonismo e uma compreensão dos acontecimentos muito mais descolada da mídia do que entendemos realmente ser. Parece-nos que a discussão central não deveria girar em torno de quem controla a narrativa. Em tal sentido, fica evidente a relevância de outros atores. O próprio surgimento do caso, discutido no Twitter antes de chegar à mídia, já demonstra isso. No entanto, elementos vinculados aos contextos social e político, por exemplo, indicam que muito da compreensão dos sujeitos ainda é atravessado pela narrativa jornalística. Mesmo atacada, a imprensa tem um papel preponderante nos valores que esses sujeitos compartilham e demonstram ter ao avaliar a situação e, por exemplo, apelar por punição. Valores esses que, de certa forma, também se remetem a enquadramentos jornalísticos que se pré-configuram na cultura.

Mais disruptiva, ainda que bastante incipiente no caso dessa cobertura, é a articulação feminista de apoio à vítima e confronto dos comentários misóginos contra a adolescente vítima de estupro. Essa sim parece ser uma proposta que nasce de uma mobilização social e começa a ganhar espaço, ainda timidamente, nas narrativas jornalísticas, apontando um caminho que rompe com a cobertura tradicional, baseada nos conceitos cada vez mais discutidos de objetividade jornalística. A existência dessa fagulha em um momento de discussão sobre uma possível crise do jornalismo, fakenews e descrença nas abordagens tradicionais, além de indicar a resistência que sempre permeia as narrativas, é um caminho que nos estimula o desejo de seguir pesquisando os atravessamentos entre jornalismo, gênero e redes sociais na Internet.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, n.1, vol.38, São Paulo, Jan/Abr. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/33CR1JZ>>. Acesso em: 1º dez. 2019.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.
- BENETTI, Márcia. **O jornalismo como acontecimento**. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, p.143-164, 2010.
- BENJAMIM, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- BERNASKI, Joice; SOCHODOLAK, Helio. História da violência e sociedade brasileira. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2ShXBBS>>. Acesso em: 03 fev. 2020.
- BONETTI, Alinne. **Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista**. Labrys, Brasília, 2011-2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2Cv2YpO>>. Acesso em 09 nov. 2019.
- BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. **Cadernos Pagu**, n. 20, p.177-203, 2003.
- BORELLI, Viviane; MACHADO, Alisson; DIAS, Marlon Santa Maria. Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento #SomosTodasVerônica: mídia, transfobia e violência. **Conexão: Comunicação e Cultura**, v. 16, p.113-134, 2017.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- COSTA, Andriolli; MACHADO, Ricardo. O acontecimento jornalístico a partir da semiótica de Peirce. Entrevista com Ronaldo Henn. **IHU On-Line Revista Instituto HumanitasUnisinos**, São Leopoldo, ano 24, n. 457, 27 out. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/30YUwtg>>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **O problema do conhecimento e o problema moral**. In: DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- ENNE, A. L. S.; DINIZ, B. P. **O "Caso Mão Branca" na imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística, ficção e o fluxo do sensacional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005.

FAUSTO NETO, Antonio. **Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação?** In: BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto (Orgs.). Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação. São Leopoldo: Unisinos, p.43-64, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 7a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FORD, Aníbal. **La exasperación del caso**. In: FORD, Aníbal. La marca de labestia identificación, desigualdades e infoentretenimento en la sociedad contemporánea. 2. ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

HALL, Stuart; CRISTCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **A produção social das notícias: Os mugging nos media**. In: TRAQUINA, Nelson (Org). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p.7-41, 1995.

HEINRICH, Ansgard Heinrich. Foreign reporting in the sphere of network journalism, **Journalism Practice**, v. 6, n. 5-6, p.766-775, 2012.

HENN, Ronaldo. **A dimensão semiótica da violência**. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004, Porto Alegre. Intercom 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2YsbSgm>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

HENN, Ronaldo; GONZATTI, Christian; ESMITIZ, Francielle. PussyMade of Steel: os sentidos inaugurados por um cartaz da Women’s March na página Supergirl Brasil. **Revista Fronteiras**, Estudos Midiáticos. v. 19, n.3. Set/Dez. 2017.

HENN, Ronaldo; HÖEHR, Kellen; BERWANGER, Gabriela. Transformações do acontecimento nas redes sociais: das mobilizações contra a homofobia à crise de dupla sertaneja. **Brazilian Journalism Research**, v. 8, n. 1, 2012.

HENN, Ronaldo. **Seis categorias para o ciberacontecimento**. In: NAKAGAWA, Regiane; SILVA, Alexandre (Orgs.). Semiótica da Comunicação II. São Paulo: Intercom 2015, v.2 p. 208-227.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KAEFER, Cintia; FERREIRA, Jairo. **A instabilidade nas interações acionando circuitos-ambientes midiáticos: o caso do goleiro Aranha e da torcedora Patrícia Moreira**. Paper de circulação interna, 2017.

KESKE, Humberto Ivan Grazzi. **Experiências interpretativas: a noção de recepção em Umberto Eco**. Líbero, n. 20, p.113-122, 2007.

LOPEZ, Xosé. **Gestión de las vías de participación en el ciberperiodismo**. Estudios sobre el Mensaje Periodístico. Vol 13, 2007.

LOTMAN, Yuri. **La semiosfera**. Madri: Catedra, 1996.

MANO, Maíra Kubík; MACÊDO, Márcia Santos. **Direitos reprodutivos, um dos campos de batalha do golpe**. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na Perspectiva de Gênero*. Salvador, BA: Edufba, 2018.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MENDONÇA, Carlos Magno. **DANDARA**: a vida nua de um corpo sem peso. In: *Anais do XXVII Encontro Anual da Compós*. Belo Horizonte, 2018.

MORETZSOHN, Sylvia. **“Profissionalismo” e “objetividade”**: o jornalismo na contramão da política. Disponível em: <<http://bit.ly/33zB6g5>>. Acesso em 10 de nov. 2019.

MOUILLAUD, Maurice. **A crítica do acontecimento ou o fato em questão**. In: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

OLIVEIRA, Felipe Moura de; HENN, Ronaldo. Movimentos em rede e ocupação do espaço público: limites e possibilidades ante a crise do jornalismo. **Contemporânea**, v.12, n.1, p.39-54, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/36uHTsb>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

OSÓRIO, Moreno Cruz. **O ciberacontecimentobreaking news**: uma proposta teórico-metodológica para a compreensão de notícias urgentes. 2018. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2018.

PINTO, Julio. Teorias do Signo e da Cultura. In: CITELLI, Adilson et al. (orgs). **Dicionário de Comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, p.504-507, 2014.

PRIMO, Alex. **Interney blog como micromídia digital**: elementos para o estudo do encadeamento midiático. Disponível em: < <http://bit.ly/2JZrIR8> > Acesso em: 13 mar. 2019.

PRIMO, Alex. Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard. **Intexto**. v. 2, n. 25. 2011. p.130-146.

QUÉRÉ, Louis. **Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. In: *Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.

RANSDELL, Joseph. SemioticObjectivity. **Semiotica**, Volume 26, Issue 3-4, Pages 261–288, ISSN (Online) 1613-3692, 1979.26.3-4.261. Disponível em: <<http://bit.ly/2SCHyie>>. Acesso em 11 fev. 2020.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009. 191 p. (no prelo)

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O acontecimento**. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

ROSO, Adriane. Relações de poder, violências e (trans)bordamentos midiáticos: Ensaio sobre o uso democrático de espaços públicos pelas mulheres na era da (des)conexão. In: STREY, Marlene Neves; SOUZA, Nathalia Amaral Pereira de (Orgs.). **Corpo e relações de gênero na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

SÁDABA, Teresa. **Framing: elencuadre de las noticias**. El binomio terrorismo-medios. Buenos Aires: La Corujía, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1996.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990, pp.71-99.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 21, p. 110-120, ago. 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2YmoqWB>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SOUZA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.1, vol. 25, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2Si1KY4>>. Acesso em 22 dez. 2019.

STOCKER, Pâmela Caroline. **Jornalismo e Gênero: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores**. Tese de Doutorado. 2018.194 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional, v. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGO, Ana Luisa. Mulheres na mídia: nada a comemorar. Uma análise sobre a exposição feminina na imprensa e na publicidade brasileiras. In: V CONGRESSO DA ANPTECRE RELIGIÃO, DIREITOS HUMANOS E LAICIDADE, v. 05, p. ST1004, 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2Ooj1ia>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

TRUZZI, Marcelo. **Você conhece meu método?** In: ECO, Umberto; SEBEEK, Thomas. *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas**. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

VALDÉS, Daffne et al. **Un violador en tu camino**. [S.l., 2019?]. Disponível em: <<http://bit.ly/3asoc6D>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2015.

ZAGO, Gabriela. **Recirculação jornalística no Twitter**: filtro e comentário de notícias por interagentes como uma forma de potencialização da circulação. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.